

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Edy Silva de Azevedo Carvalho Prado

**Cooperativa Agrícola Santo Antônio: uma ação coletiva bem
sucedida no Município de Marituba-PA**

Belém
2008

Edy Silva de Azevedo Carvalho Prado

**Cooperativa Agrícola Santo Antônio: uma ação coletiva
bem sucedida no Município de Marituba-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia, da Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção de grau de mestre em Ciências Sociais (Sociologia).

Orientador: Prof. Dr. Heribert Schmitz.

Edy Silva de Azevedo Carvalho Prado

Cooperativa Agrícola Santo Antônio: uma ação coletiva bem sucedida no Município de Marituba-PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia, da Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção de grau de mestre em Ciências Sociais (Sociologia).

Orientador: Prof. Dr. Heribert Schmitz.

Data: 29/05/08

Banca examinadora

Prof. Dr. Heribert Schmitz (orientador)

Prof. Dra. Dalva Maria da Mota (examinadora externa)

Prof. Dr. Wilson José Barp (examinador da casa)

Prof. Dra. Maria José da Silva Aquino (examinadora suplente)

A Deus. Aos meus pais, Heliene e José Maria de Azevedo Carvalho, ao meu marido Agenor Prado e aos cooperados da COOPSANT.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof Dr. Heribert Schmitz pelo incentivo à pesquisa, pela confiança na minha capacidade e pela paciência e compreensão pelos momentos difíceis em que passei.

A Profª Drª Dalva Mota pelo incentivo à pesquisa, acompanhamento e pela sua grande contribuição nos meus momentos de dúvidas.

Aos professores doutores Wilson Barp e Maria José Aquino que também acompanharam o desenvolvimento do trabalho.

As minhas amigas Dulcilene Castro e Ducilene Melo que trocaram algumas informações comigo e me acalmaram nos momentos de angústia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. CÁRITAS Organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
2. COOASA Cooperativa Agrícola Santo Antônio
3. COOPSANT Cooperativa Agrícola Santo Antônio
4. EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
5. MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
6. ONG's Organizações Não Governamentais
7. SAGRI Secretaria Estadual de Agricultura
8. SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
9. SECTAM Secretaria Executiva de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos cooperados (pag. 47)

Tabela 2 - Integração dos cooperados nos grupos da cooperativa (pag. 61)

Tabela 3 - Opiniões dos grupos sobre as melhorias trazidas pela cooperativa (pag. 72)

Tabela 4 - Participação da família no trabalho (pag. 82)

Tabela 5 - Grau de satisfação com a autogestão da cooperativa (pag. 98)

Tabela 6 - Sugestões para melhoria da autogestão - respostas espontâneas e permitida mais de uma sugestão (pag. 98)

Tabela 7 - Grau de participação dos sócios nas atividades da cooperativa (pag. 99)

Tabela 8 - Atividades que os sócios participam na cooperativa (pag. 100)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologia segundo a contribuição dos membros para o projeto comum num contínuo de 1 a 8 entre cooperativa e associação (pag. 35)

Quadro 2 - Definição de participação dos cooperados (pag. 100)

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

RESUMO

ABSTRACT

APRESENTAÇÃO 13

INTRODUÇÃO 14

1. CONCEITOS E INDAGAÇÕES 17

2. NA TRIHA DA PESQUISA 19

2.1 OBJETIVOS E HIPÓTESES 19

2.2 CONTEXTO 20

2.3 METODOLOGIA 20

2.3.1 Estudo de caso e reflexões das abordagens utilizadas 20

2.3.2 Observação *in loco* e entrevistas 22

2.3.3 Instrumentos de registro e relatório de pesquisa 23

2.3.4 Estudos teóricos e levantamentos de dados secundários 23

2.3.5 Etapas da pesquisa e análise dos dados 23

3. A LUTA PELA TERRA, TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES: A IMPORTÂNCIA DE CONSTITUIR UMA COOPERATIVA 24

3.1 A CHEGADA NA FAZENDA SANTO AMARO: UMA HISTÓRIA DE LUTA 24

3.2 ALGUMAS NOÇÕES DO COOPERATIVISMO E A CONSTITUIÇÃO DA COOPSANT (Cooperativa Agrícola Santo Antônio) 28

3.3 TIPOLOGIA DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS 34

3.4 TRAJETÓRIAS, IDENTIDADES E IDENTIFICAÇÕES: COM A TERRA E COM A COOPERATIVA 38

4. GRUPOS, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA	59
4.1 A DINÂMICA ENTRE OS GRUPOS	59
4.2 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA PROPRIEDADE DOS COOPERADOS E NA PROPRIEDADE DA COOPERATIVA	75
5. AUTOGESTÃO, PODER E PARTICIPAÇÃO	89
5.1 DEFINIÇÕES E FORMAS DE AUTOGESTÃO	89
5.2 UMA AUTOGESTÃO EQUILIBRADA: O CASO COOPSANT	90
5.3 A PARTICIPAÇÃO DOS COOPERADOS NA ORGANIZAÇÃO	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS	
Anexo 1 (Questionário)	
Anexo 2 (Fotografias)	

RESUMO

Esta pesquisa trata de um estudo de caso realizado na Cooperativa Agrícola Santo Antônio (COOPSANT) no Município de Marituba-PA. A cooperativa é uma referência no Estado do Pará e a nível nacional como empreendimento coletivo no ramo da produção da alface hidropônica, plantas ornamentais e hortaliças orgânicas. O objetivo da pesquisa é estudar o processo de autogestão da cooperativa. Para isso, utilizaram-se as abordagens qualitativas e quantitativas baseadas em entrevistas informais e semi-estruturadas (aplicação de questionário) com os cooperados, bem como observação *in loco*. O trabalho enfoca, principalmente, a abordagem teórica da Escola Francesa de Sociologia das Organizações de Crozier e Friedberg que trata de temas como poder, organização e autogestão. Conclui-se que mesmo enfrentando problemas, como conflitos, dificuldades de mobilizar a cooperação, dentre outros, os sócios contribuem para a gestão da organização. A COOPSANT tem uma autogestão equilibrada com a participação ativa de seus sócios, mas destaca-se o papel predominante do presidente na condução dos processos decisórios na assembléia geral, coordenação das ações e criação e modificação das regras de funcionamento da cooperativa. O poder pode ser considerado uma força estruturante na organização. A pesquisa identifica, além do presidente, outras pessoas estratégicas na cooperativa. A família participa de forma ativa no trabalho individual e coletivo, assim, fortalecendo o caráter familiar do empreendimento associativo. Por isto os cooperados, mesmo os que não têm familiares envolvidos, dizem que a cooperativa é um empreendimento familiar. Os cooperados se identificam, tanto como agricultor, quanto como cooperado. A identidade dos membros cria um vínculo entre eles e a organização a qual pertencem.

Palavras-chave: autogestão, poder, cooperação, participação e identidade

ABSTRACT

This research is about a case study in the Agricultural Cooperative Santo Antônio (COOPSANT) in Marituba City, state of Pará. The cooperative is a national and regional reference as a collective entrepreneurship in the area of production of hydroponic lettuce, ornamental plants and organic vegetables. The goal of the research is to study the self-management process in the cooperative. For this were used qualitative and quantitative approaches based on non-formals and semi-structured interviews (application of a questionnaire) with the cooperated, as well as *in loco* observation. The work focuses mainly on the French School of Sociology of Organizations of Crozier and Friedberg that deals with issues such as power, organization and self management. Even facing problems such as conflicts, difficulties in enlisting the cooperation, among others, the shareholders contribute to the management of the organization, but it is obvious the predominant role of the president in coordination of actions and in the creation and modification of the operational rules of the cooperative. The power can be considered a force structuring the organization. The research identifies, in addition to the president, others in the cooperative that are strategic to it works. In conclusion we can say that the COOPSANT has a balanced self-management with an active participation of its members, but it is still essential the figure of the president driving the cooperative directions and supporting the decisions process in general assembly. The family participates actively in the form of individual and collective work, strengthening, buy this way, the familiar character of the associative entrepreneurship. So the cooperative members, even those who do not have family involved, say that the cooperative is a family business. The cooperative members are identified, both as a farmer, and as cooperating. The identity of the members creates a link between them and the organization to which they belong.

Key-words: self-management, power, cooperation, participation e identity

APRESENTAÇÃO

Na região Norte ações coletivas no espaço rural têm ocorrido constantemente, mas os agricultores familiares têm enfrentado dificuldades para conduzir estas ações em seus empreendimentos, como por exemplo, em associações e cooperativas. Pois, o baixo retorno econômico, o descontentamento com a falta de incentivos aos que trabalham mais e produzem melhor, a insatisfação do trabalho familiar no coletivo, bem como, os desafios para dinamizar, beneficiar e comercializar a produção em um contexto de extrema competitividade são fatores que contribuem para dificultar o desenvolvimento de ações coletivas e podem ocasionar o abandono dos agricultores destes empreendimentos. Assim, muitos estudos apontam o insucesso dos empreendimentos coletivos nesta região. Todavia, existem experiências bem sucedidas de ações coletivas no espaço rural paraense. Este estudo apresenta a Cooperativa Agrícola Santo Antônio (COOPSANT) como uma destas experiências.

INTRODUÇÃO

O interesse pela temática do cooperativismo surgiu durante o período em que desenvolvi atividades profissionais na Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) no Programa Paraense de Tecnologias Apropriadas (PPTA/CNPq), vinculado ao Setor de Apoio à Gestão de Comunidades da Diretoria de Ciência e Tecnologia. A partir daquele momento, foram estabelecidos contatos com algumas organizações associativas e desenvolvidos trabalhos de cunho social. Dentre elas, a Cooperativa Agrícola Santo Antônio (COOPSANT).

O contato profissional com as organizações contribuiu para o estudo do associativismo no Curso de Especialização em Empreendedorismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), no período de 2002 a 2003 que culminou com a elaboração da Monografia intitulada A Caminho de um Empreendimento Solidário e Sustentável: o caso AFLORBEN (Prado, 2003).

O cooperativismo foi discutido a partir de uma outra ótica no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. O enfoque foi dado nas temáticas da agricultura familiar, cooperativismo, identidade, ação coletiva, auto-gestão, participação, dentre outras, até então não discutidas, tendo em vista que a questão, abordada anteriormente no Curso de Especialização estava muito vinculada à atividade da floricultura como prática empreendedora desenvolvida pela Associação dos Floricultores de Benevides (AFLORBEN).

Escolhi, no mestrado, realizar o estudo de caso da Cooperativa Agrícola Santo Antônio (COOPSANT) pela identificação com o trabalho que realizei na Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente, pelo destaque da cooperativa no Estado do Pará e no momento a nível nacional como empreendimento coletivo da agricultura familiar. A COOPSANT foi uma das organizações associativas pioneiras neste estado a produzir a alface hidropônica, plantas ornamentais¹ e hortaliças orgânicas. Produtos, estes, que têm sido bastante valorizados, não só no mercado local. Contudo, nem todos os cooperados realizam as mesmas atividades. A finalidade desta pesquisa foi discutir principalmente a autogestão desta cooperativa junto com outras temáticas já citadas. Sendo assim, a atividade produtiva da cooperativa não é o foco deste trabalho.

¹ Segundo informações do presidente, são plantas que servem para ornamentação e paisagismo de diversos ambientes, como: jardins, praças, feiras, dentre outros. A COOPSANT produz as seguintes plantas ornamentais: minikissória, cróton, antúriu, palmeira, cactos, dentre outras. Estas plantas são cultivadas em vasos, em sacos plásticos ou direto na terra.

A disciplina Teoria Sociológica e Realidade Amazônica cursada na condição de aluna especial, bem como Ação Coletiva no Meio Rural cursada como aluna efetiva do Mestrado do PPGCS, possibilitaram o desenvolvimento de uma discussão teórica consistente, fundamentada principalmente na Escola Francesa da Sociologia das Organizações que têm como fundadores Michel Crozier e Erhard Friedberg.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos, seguido das considerações finais e anexos.

No capítulo 1- “Conceitos e indagações” foram apresentadas as bases teóricas do trabalho a fim de construir a problematização do objeto, bem como o corpo teórico da dissertação. Para isto, foram realizadas leituras voltadas ao cooperativismo, autogestão, ação coletiva, dentre outras temáticas pertinentes ao tema. Foram utilizados autores como: Reis (2002), Olson(1988), Singer (2002), Laville & Sainsaulieu (2002), Friedberg (1995), dentre outros.

No capítulo 2-“Na trilha da pesquisa” foram tratados os caminhos metodológicos percorridos para desenvolver a pesquisa, tanto empírica, quanto teórica sobre o objeto de estudo. Assim, foram realizadas leituras sobre os autores que discutem as questões metodológicas da pesquisa científica, tais como: André (2000), Goldenberg (1999), Minayo (1996) e Martins (2004) que contribuíram na construção das hipóteses, objetivos e metodologia.

No capítulo 3- “A luta pela terra, trajetórias e identidades: a importância de constituir uma cooperativa” discutiu-se a chegada dos cooperados na antiga fazenda Santo Amaro (hoje residencial Almir Gabriel também conhecido pelos cooperados como ocupação “Che Guevara”), a luta pela conquista da terra daqueles que participaram da ocupação, bem como a trajetória dos demais cooperados e a importância da terra para eles e seus familiares. Além disto, foi abordado o surgimento do cooperativismo naquele local, foram realizadas discussões teóricas sobre esta temática, construídas tipologias dos empreendimentos coletivos, e, por último, foi observada a questão das identidades, tanto como agricultores familiares, quanto como cooperados. Para a construção teórica deste capítulo foram utilizados autores, como: Martins (2003), Singer (2002), Thenório Filho (2002), Schmitz et al. (2007) Veiga & Fonseca (2001), Laville, (2000); Eme et al. (2001), Rech, (2000), Wanderley (2003), Albadejo et al. (2002), Schmitz & Mota (2007), Berger & Luckmann (1985), Oliveira (1976), (2006), além de outros.

No capítulo 4- “Grupos, trabalho e ação coletiva” foi observada a dinâmica entre os grupos da cooperativa. Por isto, foram tratadas questões como: ação coletiva, conflitos,

“zonas de incerteza”, “trunfos”, participação e organização do trabalho na propriedade do cooperado e na propriedade da cooperativa. Estas questões foram observadas principalmente entre os grupos e seus membros e pouco internamente aos grupos. Pois, tive pouco acesso às reuniões internas dos grupos. Existem três grupos que compõem a cooperativa: 1- Grupo da Hidroponia; 2- Grupo da Horta Orgânica e 3- Grupo de Plantas. Os cooperados participam de forma diferenciada nestes grupos. Nem todos participam dos mesmos grupos. Foram trabalhados autores, como: Olson (1998), Crozier & Friedberg (1993), Schmitz (2001), Schmitz et al. (2004), Glasl (1997), Friedberg (1995), Mota (2003), Reis (2002), Veiga & Albadejo (2002), dentre outros.

No capítulo 5- “A autogestão da COOPSANT” foi discutida a problemática da autogestão a partir de temas como: formas de autogestão, participação, poder, tipos de poder e grau de satisfação com a autogestão. Foram identificados os “intermediários” da organização, ou seja, aqueles que estabelecem relações com o entorno. Para discutir a autogestão e seus temas pertinentes foram utilizados autores como: Singer (2002), Albuquerque (2003), Dorneles (2000), Crozier & Friedberg (1993), Friedberg (1995) e outros. Em seguida, foram apresentadas as considerações finais deste trabalho. Por último, os anexos que contém o questionário aplicado aos cooperados e as fotografias da cooperativa e da organização do trabalho. É importante dizer que as traduções das bibliografias em alemão e francês foram feitas pelo meu orientador, prof. dr. Heribert Schmitz que disponibilizou na disciplina Ação Coletiva no Meio Rural e durante as orientações da pesquisa.

1. CONCEITOS E INDAGAÇÕES

De acordo com Reis (2002), as experiências associativas na Região Norte, não têm apresentado resultados significativos. A autora aponta para o problema da existência de interesses individuais predominantes nas organizações. Este problema pode prejudicar a autogestão associativa, bem como a cooperação entre os membros dos empreendimentos coletivos. Portanto, a autora chama atenção para a necessidade de serem realizados mais estudos sobre os empreendimentos associativos nesta região.

Olson (1998), ao desenvolver a teoria da ação coletiva, percebe o predomínio de interesses individuais nos grupos com benefícios coletivos ou públicos. Assim, questionou a idéia de que membros de um grupo com interesses comuns atuassem voluntariamente a fim de tentar promover estes interesses. O principal argumento de Olson se baseia no fato observado de que alguém que não pode ser excluído de obter os benefícios alcançados tem pouca motivação a contribuir para a ação. Para esta pessoa introduz o termo de "proveitador" (*free rider*). O aproveitador passa a obter vantagens coletivas da organização. Para o autor, ele tem um comportamento racional. Olson foi quem avançou na temática da ação coletiva, dando contribuições no sentido de perceber como os indivíduos de um grupo atuam quando se trata de alcançar objetivos comuns, mas desviam-se para os interesses particulares.

Autores como Singer (2002), Laville & Sainsaulieu (2002), Albuquerque (2003), dentre outros, definem conceitualmente a autogestão de acordo com as suas especificidades. Singer (2002) diz que a autogestão está mais presente na economia solidária. É uma gestão democrática em que os associados têm que trabalhar coletivamente nas etapas do processo produtivo: produção, comercialização, compra de insumos, logística. Enfim, o associado é o dono do seu empreendimento e, por isso, cabe a ele participar e tomar decisões em conjunto.

Laville & Sainsaulieu (1997) distinguem duas situações diferentes: a) a auto-organização e b) a organização para os outros (*organisation pour autrui*) (Laville & Sainsaulieu, 1997, p.284-285). Na auto-organização, os membros são também os beneficiários, a exemplo de uma cooperativa de comercialização; na organização para os outros, os membros e os beneficiários não são idênticos, a exemplo de Emaús que tem, além dos membros voluntários, membros contratados pela organização (profissionais) e os beneficiários (sem teto) ficam sem plena participação (Eme et al., 1997).

Segundo Albuquerque (2003), a autogestão tem que ser entendida como um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvida mediante a ação intencional e convergente de várias pessoas, onde as decisões relativas aos destinos do grupo são tomadas enquanto

participam, sendo imprescindível superar a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa e cada unidade de atividade ter autonomia decisória.

O conceito de autogestão para Albuquerque (2003) e Singer (2002) coincide: a tomada de decisões é de forma coletiva e os interesses daqueles que não assumem cargos de direção são também considerados.

Com base nos argumentos apresentados pelos autores, observa-se que a prática da autogestão é um desafio nos empreendimentos associativos, pois os interesses dos atores não são homogêneos e muitas vezes predominam interesses particulares, ocasionando a falta de transparência no gerenciamento, desvios financeiros e influências de instituições externas na gestão. Além disto, quando o empreendimento é auto-gerido sobre a forma de gestão “tradicional”, o empreendimento é gerenciado por um gerente centralizador. Mas, se é auto-gerido sobre a forma de autogestão equilibrada há participação ativa de seus membros (Schmitz et.al, 2007).

Para Singer (2002) e Albuquerque (2003) a participação é importante para impulsionar a criatividade dos membros; aumentar a produtividade; criar uma identidade de grupo; corrigir falhas gerenciais e direcionar novos rumos para organização. Mas, quando todos participam do gerenciamento é comum a falta de coordenação nas atividades, a falta de regras e sanções. Logo, é importante concordar com Friedberg (1995), as relações de poder têm que ser estruturadas e a auto-gestão se apresenta muitas vezes como problema em vez de solução. Para Albuquerque (2003), a auto-gestão não significa necessariamente cooperação entre aqueles que produzem. A cooperação em prol da ação coletiva às vezes não funciona nos empreendimentos autogestionários, pois como diz Olson (1998), o individual chega a preponderar o coletivo.

Diante destas argumentações, surgiu o problema central da pesquisa: **Quais as condições essenciais para uma autogestão satisfatória para os membros da cooperativa?**

Para desenvolver a pesquisa foi necessária a observação de outras questões importantes:

- Qual o sentido atribuído pelos cooperados à ação coletiva e ao trabalho?
- Como se estabelecem as relações de poder?
- Quais os interesses dos membros individuais e dos grupos que atuam dentro da organização?
- Como se estabelecem a dinâmica interna dos grupos e entre estes?
- Como se dá a participação dos membros na cooperativa?
- Como os membros da organização se identificam?

2. NA TRIHA DA PESQUISA

2.1 OBJETIVOS E HIPÓTESES

Este trabalho tem como objetivo geral estudar o processo de autogestão da COOPSANT no âmbito do debate sobre ação coletiva no espaço rural. Para desenvolver o trabalho também foram construídos objetivos específicos, tais como:

- Analisar a dinâmica interna dos grupos e entre os grupos e seus interesses.
- Observar como se estabelecem os processos decisórios e os mecanismos de participação.
- Estudar o grau de satisfação dos associados com a autogestão associativa e explicar os fatores que contribuem para melhorar a autogestão da cooperativa para os associados.
- Observar as relações de poder e o sentido atribuído ao trabalho e a ação coletiva.
- Analisar a identidade com a organização e entre seus membros.

Tendo em vista, o desenvolvimento da pesquisa é construída a hipótese de que a identificação com a organização e as expectativas com o retorno econômico dos investimentos nas atividades contribuem para uma autogestão satisfatória para os membros da cooperativa. Estes fatores estão associados à tomada de decisões necessárias com a participação dos membros, a atuação em conjunto nas atividades da cooperativa e a identidade com a organização que possibilita a mobilização em torno da ação coletiva.

2.2 CONTEXTO

A cooperativa Agrícola Santo Antônio (COOPSANT) está situada no Município de Marituba-PA na área rural do residencial Almir Gabriel, anteriormente denominada Fazenda Santo Amaro, na época era conhecida pelos cooperados como “invasão”Che Guevara. A COOPSANT surgiu da antiga cooperativa COOASA (Cooperativa Agrícola Santo Antônio). Este histórico será melhor apresentado no Capítulo 3. A COOPSANT foi constituída em 1998 com trinta cooperados. Hoje (19/05/08) seu quadro social é constituído por dezenove cooperados, sendo que um está afastado. Sua primeira atividade foi a produção de plantas ornamentais que recebeu recursos do Programa de Capacitação Solidária para realizar cursos de produção de plantas para jovens do residencial. A partir daquele momento, a cooperativa continuou com esta atividade, mas passou a realizar a produção de plantas na propriedade dos cooperados. Depois, introduziu o cultivo da hidroponia (cultivo de hortaliças na água, sem terra) na propriedade da cooperativa. Em seguida, nos terrenos dos cooperados foi introduzida

também a produção de hortaliças orgânicas. Os cooperados estão reunidos em grupos de acordo com as atividades da cooperativa e não participam necessariamente de todas as atividades.

2.3 METODOLOGIA

2.3.1 Estudo de caso e reflexões das abordagens utilizadas

A pesquisa foi realizada através de estudo de caso na organização COOPSANT. Segundo André (2000), o estudo de caso explica situações particulares em profundidade que podem estar relacionados a um sujeito em particular, uma instituição ou uma situação específica. Para Goldenberg (1999), o estudo de caso permite a compreensão das diferenças de comportamentos sem homogeneizá-los, como ocorre com as médias estatísticas, e, assim, desconsidera as particularidades, preocupando apenas com a tendência do grupo. Sendo assim, o estudo na COOPSANT, trata de suas particularidades e da compreensão destas diferenças.

O estudo de caso é um recurso das abordagens qualitativa e quantitativa desenvolvidas nesta pesquisa. Porém, a pesquisa priorizou a abordagem qualitativa. Todavia, a quantitativa também foi focada em quadros para sistematizar informações do questionário aplicado aos cooperados. O objetivo era entrevistar cem por cento deles uma vez que seu número é reduzido. Contudo, não foi entrevistado um cooperado que está afastado da cooperativa. Segundo Martins (2004), o uso da abordagem qualitativa ou quantitativa depende do tipo de problema colocado e dos objetivos da pesquisa.

A abordagem qualitativa permitiu evidenciar narrativas individuais e depoimentos de acontecimentos do presente e do passado que visavam aludir o histórico da organização, o seu funcionamento, bem como o perfil e papel das lideranças e dos demais cooperados, a participação dos mesmos nas atividades da cooperativa, as relações e interações existentes, o grau de satisfação com a autogestão da organização, expectativas, interesses, significados da ação coletiva para cada representante, dentre outros aspectos. Além disto, possibilitou a discussão dos conteúdos subjacentes às relações entre ação coletiva, cooperativismo e autogestão. Estes conteúdos foram discutidos de forma simultânea com os dados obtidos no lócus da pesquisa.

A abordagem qualitativa também permitiu flexibilizar os procedimentos metodológicos e as reflexões teóricas no decorrer da pesquisa. A realidade foi observada como um processo em constante construção. Ela esteve permeável às ações dos atores que

atuaram de forma diferenciada na cooperativa e apresentaram opiniões e experiências singulares.

No processo de construção de trajetórias e narrativas individuais e coletivas, a pesquisa social (elemento da abordagem qualitativa) é muito relevante. Neste aspecto, o pensamento de Minayo (1996) está muito próximo ao de Martins (2004), de acordo com a autora:

A pesquisa social trabalha com gente, com atores sociais em relação, com grupos específicos. Esses sujeitos de investigação, primeiramente, são construídos teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo... (Minayo, 1996:105).

A pesquisa de campo foi essencial para o estudo porque favoreceu o contato entre pesquisador e o objeto pesquisado, bem como a percepção das nuances do campo de pesquisa.

Minayo (1996) faz a seguinte afirmação:

O trabalho de campo constitui-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa, que a rigor não poderia ser pensada sem ele. Opõe-se aos surveys que trazem os sujeitos para o laboratório do pesquisador, mantém com eles uma relação estruturada, segundo Malinowski, “um excelente esqueleto ao qual faltam carne e sangue” (Minayo, 1996:105).

A aproximação entre o sujeito investigado e o sujeito investigador foi importante para compreender a ação dos atores envolvidos na pesquisa. Esta compreensão foi efetivada através dos métodos que o estudo de caso dispõe, como: observação *in loco* e entrevistas. Contudo, Tavares (1993) chama a atenção para que se mantenha também o distanciamento entre os sujeitos. Para o autor, o distanciamento é fundamental, para que o pesquisador não desenvolva um sentimento de pertencimento ao objeto que impossibilite a percepção e compreensão da realidade estudada. Desta forma, o distanciamento foi necessário para o desenvolvimento do conhecimento científico, procurando vincular a teoria aos dados obtidos com a prática social dos atores.

O contato estabelecido com os cooperados foi na condição de pesquisadora, sem o envolvimento com o objeto de pesquisa, garantindo assim, o distanciamento entre sujeito investigador e sujeito investigado, mesmo que tenham sido estabelecidos contatos anteriores com a cooperativa como técnica da SECTAM, estes não ocorreram de forma freqüente. Pois, não era a técnica responsável naquela secretaria pelo desenvolvimento e acompanhamento do trabalho na COOPSANT. De qualquer modo, o contato anterior contribuiu para certa proximidade e acessibilidade à organização para realizar o estudo. Porém, a acessibilidade não foi tão grande, porque os grupos em vários momentos colocaram restrições em minha presença nas suas reuniões internas, o que dificultou alcançar o objetivo específico de estudar a dinâmica interna destes. Por isto, a pesquisa se concentrou na dinâmica entre os grupos. Também não foi permitida a liberação de documentos, como Atas e o Estatuto da

Cooperativa. Mesmo com algumas restrições, acredito que consegui alcançar o problema central da pesquisa e confirmar a sua hipótese. Pois, vários membros, inclusive o presidente (quando estava disponível dos trabalhos da cooperativa), foram bastante solícitos na realização das entrevistas, possibilitando traçar o histórico da entidade e compreender a autogestão da organização, muito mais, de forma ampla.

2.3.2 Observação *in loco* e entrevistas

O trabalho teve como enfoque a observação *in loco* ou direta. Esta possibilitou a percepção e análise do comportamento dos atores nas assembleias gerais e na organização do trabalho. Além disto, a percepção das diferentes interações que se deram entre os membros: lideranças, gestores, cooperados (aqueles que não possuem cargos gerenciais) e grupos de interesses. A realização de entrevistas semi-estruturadas e informais também deram enfoque para estes aspectos como para diferentes variáveis, como por exemplo, nas entrevistas semi-estruturadas em que foram observadas variáveis como: grau de satisfação com a autogestão, renda, participação, contribuições para melhoria da autogestão, ação coletiva, trabalho, benefícios que a cooperativa trouxe para os cooperados, conflitos, fatores de sucesso e insucesso, os interesses coletivos e individuais dos cooperados, dentre outras. Estas entrevistas foram realizadas a partir de questionários, aplicados com 18 cooperados, com questões fechadas e abertas.

As entrevistas informais foram aquelas que ocorreram em situações de descontração, como por exemplo: em uma simples visita na casa de um cooperado, enquanto se tomava um café ou um suco. As conversas fluíram espontaneamente e os cooperados relataram as situações vivenciadas na cooperativa, suas trajetórias, planos futuros, dentre outros aspectos. Assuntos que envolviam situações particulares deles. Na verdade, tanto as entrevistas semi-estruturadas, quanto as informais, foram importantes para a pesquisa porque representaram as informações orais dos entrevistados sobre as suas experiências e visões de mundo, vinculadas a um tempo histórico.

Para Minayo & Sanches (1993) é necessário que os sujeitos investigados se façam ouvir. Assim, a linguagem comum, como dizem, serve como matéria prima, porém, certa confiança entre pesquisador e pesquisado é fundamental no desenvolvimento da pesquisa. Por isto, procurei resguardar os sujeitos da pesquisa, criando pseudônimos quando solicitaram não serem identificados. Ainda, tive a preocupação em elaborar as perguntas, pois de acordo com Barreira (1998), uma pergunta ou uma palavra mal formulada é capaz de quebrar o elo que estava sendo construído.

2.3.3 Instrumentos de registro e relatório de pesquisa

Foi elaborado um relatório de pesquisa a partir das entrevistas realizadas com os cooperados e das observações feitas em assembléias. O relatório foi importante para sistematizar os dados obtidos na pesquisa e escrever a dissertação, cruzando estes dados com o referencial teórico (Prado, 2007).

Para desenvolver o trabalho, foram utilizados diferentes instrumentos de registro a fim de sistematizar as observações e informações, tais como: caderno de campo, roteiro de orientação de entrevistas, gravador e máquina fotográfica. Quanto à aplicação dos instrumentos, foi solicitada a permissão aos sujeitos investigados.

2.3.4 Estudos teóricos e levantamento de dados secundários

Os estudos teóricos ocorreram permanentemente no desenvolvimento da pesquisa. Foram elaborados resumos e fichamentos a fim de compreender os fenômenos observados e sistematizar os dados descritivos. Estes estudos foram realizados em livros e a partir de dados secundários, em dissertações e teses sobre o tema deste trabalho, como por exemplo, o trabalho de Reis (2002). A finalidade desta atividade foi compreender outras experiências associativas e correlacioná-las com o perfil da organização em estudo e seus atores. Como informei, não tive acesso as atas das assembléias e o estatuto da organização como dados secundários da pesquisa.

2.3.5 Etapas da pesquisa e análise dos dados

A pesquisa consistiu em quatro etapas: a primeira tratou das leituras bibliográficas, leituras de dados secundários, fichamentos sobre a temática proposta. A segunda consistiu na realização da pesquisa de campo, a elaboração de relatório e a inter-relação entre o conhecimento teórico e os dados coletados na entrevista e observação *in loco*. Estas etapas ocorreram de forma concomitante. A terceira consistiu na tabulação, sistematização e interpretação dos dados levantados. A última tratou da elaboração da dissertação.

As análises dos dados foram realizadas levando em conta os objetivos do estudo, particularidades e o diálogo com a literatura pertinente segundo os grandes temas geradores e inter-relacionados entre si.

3. A LUTA PELA TERRA, TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES: A IMPORTÂNCIA DE CONSTITUIR UMA COOPERATIVA

3.1 A CHEGADA NA FAZENDA SANTO AMARO: UMA HISTÓRIA DE LUTA

No ano de 1997 foi ocupada a fazenda Santo Amaro no Município de Marituba por inúmeras famílias que moravam neste município, como também em outras regiões do Estado do Pará. A fazenda era de propriedade da família Manoel Pinto da Silva, cuja terra estava arrendada ao senhor. Com a ocupação, o local foi denominado de Bairro Che Guevara. Depois foi denominado pela Prefeitura de Marituba de Residencial Almir Gabriel em homenagem ao governador do Estado do Pará que autorizou a desapropriação e a compra da fazenda pelo governo. Em seguida, transferiu para o Município de Marituba. A área foi então municipalizada. O senhor Armando, morador do residencial, não participou do momento da ocupação, chegou depois. Ele comentou brevemente sobre a história do local: “o governo do Estado, na época do Almir Gabriel, pagou o título da terra para a família Manoel Pinto, para que as pessoas ficassem aqui; é por isso que o nome é residencial Almir Gabriel”. Segundo informações do senhor Gileno, também morador daquele local, o residencial possui 6 km, três situados a frente da rodovia Br 316, considerados zona urbana e três localizados como zona rural, situados nos fundos daquela área caracterizados por propriedades rurais, cuja extensão é de aproximadamente 1 ha.

O senhor Gileno, atual presidente da COOPSANT (Cooperativa Agrícola Santo Antônio), cooperativa localizada na zona rural do residencial Almir Gabriel, informou que os cooperados e os demais moradores do residencial receberam uma declaração de posse expedida pela Prefeitura Municipal de Marituba. Mas somente o presidente possui o título definitivo da terra. O custo para o presidente legalizar sua propriedade foi R\$ 110,00. Por intermédio do presidente junto à Prefeitura Municipal, os cooperados irão receber o título definitivo sem custos. Apenas após onze anos de ocupação que será disponibilizado o título definitivo das propriedades dos cooperados. Sobre este assunto um cooperado morador do residencial, comentou: é sempre assim, perto de eleição que é liberado título. Outro, também comentou:

a declaração de posse e o papel de compra e venda daqui foi recolhido pela cooperativa para entregar na prefeitura, já tá na prefeitura. O prefeito liberou, quem é associado da cooperativa não vai pagar nada, agora a gente tá esperando. Eu acredito que saia no final do mês de março, início do mês de abril.

O processo de ocupação daquela área foi de luta junto à polícia com o enfrentamento de muitas famílias. Estas tiveram o apoio de políticos da região (o ex-deputado federal Babá e

políticos locais) como informou a senhora Maria de Nazaré Ferreira Silva associada da COOPSANT e moradora do residencial que participou do processo de ocupação da terra.

Martins (2003) mostra que a luta pela terra é uma situação conflitiva, enfatiza a realidade dos acampamentos e assentamentos e denomina de sujeito oculto aquele que protagoniza a reforma agrária, vive contradições e indefinição situacional própria de uma inserção social duplamente orientada, dividida entre a de trabalhador e de proprietário de terra, a maioria dos protagonistas da agricultura familiar. O pensamento de Martins (2003) se aplica a história da ocupação da fazenda Santo Amaro. Os relatos de antigos moradores daquela área mostram os momentos de conflito vivenciados. A senhora Maria de Nazaré Ferreira Silva, 52 anos, viúva que vive com “um companheiro”, grau de escolaridade: primeiro grau incompleto morava na zona urbana do Município de Marituba e, como queria “um lugarzinho para plantar”, resolveu participar da ocupação. Ela relatou a sua experiência.

Em 97 nós entramos aqui, que era uma invasão. Era fazenda Santo Amaro. Era do finado Manoel Pinto da Silva. Era mais de mil pessoas, nós tentamos três vezes invadir. Quando a gente chegou lá na frente já tinha pistoleiro. O seu Santos arrendou a fazenda da família e ficou três anos sem pagar. Ele colocou pistoleiro.

A gente fazia reunião lá em casa. Lá em casa foi feita duas reuniões. No dia 27 de junho de 97, a gente entrou na marra. No final de julho, o seu Santos botou a gente para fora com o coronel Magela. Já tinha vinte famílias morando, o resto dormia em Marituba. Eles deram dez minutos para a gente pegar as coisas e ir embora. O seu Rubenildo que é advogado deu apoio e ligou para imprensa. Nós fomos para o ginásio em Marituba, dezoito famílias... No dia 14 de agosto teve reunião no salão paroquial, o Babá dormiu com a gente e ficou para reunião. No dia 15 de agosto nós voltamos.

A senhora Maria ainda disse que políticos locais incentivavam que fosse feita “*área agrícola*” naquele local. Outra cooperada que também participou da ocupação foi a senhora Tereza Teixeira, 59 anos, viúva, grau de escolaridade: primeiro grau completo, ela lembrou a sua história:

Eu fui uma das pioneiras daqui, faz dez anos, com mais quinze famílias. Eu morava em Marituba. Queria uma área maior pra melhorar a situação, para plantar e criar. A luta pra chegar aqui foi briga. O Babá ajudou, o padre Jaime fez a igreja aqui pra segurar logo o terreno, os seminaristas, a irmã Inês e formamos uma comunidadezinha.

... foi luta pra chegar aqui. Eu tenho muito amor por esta terra se for vender folha por folha daqui do meu terreno não dá pra pagar esta terra.

Martins (2003:63) considera que o sentido de comunidade e a memória “como documento de uma história pessoal compartilhada” são referências para a construção de identidade. Mas, em se tratando de assentamentos, ele acredita que há uma frágil e problemática comunidade devido à “perdas pelo caminho”: aqueles que desistem se agregam sem autenticidade, negociam posses e “direitos”, vivem da renda fundiária e a memória é

esfacelada no processo de migração. No caso da ocupação da fazenda Santo Amaro, as cooperadas recorreram às lembranças do passado de forma minuciosa para expressar suas experiências. A senhora Tereza, por exemplo, lembrou da mobilização das famílias, da participação igreja e de políticos para assegurar a manutenção na área e constituir um espaço comum. O sentido do pertencimento, da identificação com o local, quando demonstra seu amor pela terra e o desejo de ascensão a partir do trabalho na terra e dela tirar a sua sobrevivência, estão muito presentes na sua argumentação. O pensamento de Guerra (2001) reforça esta discussão, quando descreve a figura do posseiro como aquele sujeito que luta de forma coletiva pela terra e dela extrai o “seu sustento”.

O ex-deputado Babá sugeriu às famílias que fosse constituída uma cooperativa agrícola naquele local. Esta idéia parece ter sido a forma encontrada para garantir a permanência na terra uma vez que seriam desenvolvidas atividades agrícolas e, assim, a terra cumpriria sua função social como também este seria um incentivo à agricultura familiar. A Constituição Federativa do Brasil de 1988 respalda o argumento acima, pois assegura no capítulo III da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, artigo 185 que “a lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social” (1988:126). No mesmo ano, foi constituída no Bairro Che Guevara a primeira cooperativa agrícola conhecida como COOASA (Cooperativa Agrícola Santo Antônio) com aproximadamente vinte cooperados.²

A senhora Maria de Nazaré comentou sobre a sugestão do deputado, a constituição da cooperativa COOASA, na qual foi presidente, a inserção de instituições e as atividades iniciais desenvolvidas pelos cooperados, bem como a constituição da Cooperativa Agrícola Santo Antônio (COOPSANT) que veio substituir a cooperativa anterior. Esta cooperativa foi fundada em 1988. O presidente da cooperativa, senhor Gileno é o mesmo da época da fundação. A cooperada ainda mencionou a importância do presidente como conhecedor do cooperativismo³ e da área agrícola.

O Babá sugeriu que fosse formada uma cooperativa agrícola, aí a gente reuniu e formou a cooperativa COOASA (Cooperativa Agrícola Santo Antônio), a gente plantava milho, arroz, mandioca e macaxeira. Nós tinha forno, ganhamos da SAGRI. Aí chegou a Cáritas, a irmã Inês e o padre Jaime, trazidos pelo Joaci. Eles trouxeram o projeto da horta orgânica e deram a caixa d'água, bomba e ferramentas. Depois do curso da horta veio o curso de capacitação solidária de jovens de 16 a 18 anos de plantas ornamentais. Foi o seu Valentim que

² Não é possível mensurar o número exato de cooperados da antiga cooperativa (COASA), pois a sua ata de constituição não ficou disponível para atual cooperativa (COOPSANT).

³ Autores como Singer (2002), Thenório Filho (2002), Amman (1977), Reis (2002), Laville & Sainsaulieu (2002), dentre outros, consideram o cooperativismo como uma forma de associativismo.

conseguiu com a ONG IMOTEC, parece que é isso... (ela se refere ao nome da ONG)

A cooperativa tinha sido só registrada em cartório e não foi na receita federal, por isso que não ficou legalizada. Aí o seu Gileno chegou para comprar um terreno aqui, tinha muito conhecimento do cooperativismo, ele chegou em 2000. Seu Gileno veio do Sul do país, Paraná, ele é técnico agrícola... Foi aí que foi legalizada, já COOPSANT.

A Cáritas e a Sectam foram às primeiras instituições que passaram a atuar na antiga cooperativa (COOASA). O Joaci, a quem a senhora Maria se refere, era técnico da Sectam. Ele intermediou a aproximação da Cáritas à cooperativa. Tratava-se de uma “época política” segundo informação de técnicos daquela Secretaria. Naquele momento, o presidente da cooperativa era o senhor Valentim. O curso de horta foi viabilizado pela Cáritas. De acordo com a técnica da Sectam, a Cáritas foi afastada posteriormente, porque o recurso de R\$9.000,00 que esta disponibilizou foi destinado “apenas” para a realização dos cursos, construção de um poço artesiano, aquisição de bomba d’água e construção de um barracão para a cooperativa, ou seja, a entidade não deu continuidade a seus trabalhos de assessoria à cooperativa porque não havia mais recursos.

Após o curso de horta viabilizado pela Cáritas, foi iniciado o curso de Produção de Mudanças Frutíferas e Ornamentais, viabilizado pelo Programa Comunidade Solidária. Como falou a senhora Maria o curso foi destinado para jovens, “jovens da comunidade”. Jovens filhos de cooperados e jovens que não eram filhos de cooperados, mas residiam no Residencial Almir Gabriel. Participaram vinte e cinco jovens. Nas conversas com os antigos cooperados da COOPSANT, eles não souberam dizer, quanto destes jovens eram filhos de cooperados. A faixa etária dos participantes do curso era de dezesseis a vinte e um anos. Com o término do curso, as mudas de plantas ornamentais ficaram para a COOPSANT e, segundo o presidente, senhor Gileno, foi decidido em assembléia que eles iriam dar continuidade neste ramo de produção. As senhoras Maria e Tereza foram as únicas cooperadas que participaram da ocupação da fazenda Santo Amaro e as primeiras cooperadas das duas cooperativas. A senhora Tereza comentou sobre as atividades na primeira cooperativa.

Eu lembro que participou do curso a nora de dona Maria e sua filha, dos familiares de cooperados. Eu participava como voluntária fazendo comida, o presidente era o seu Valentim, foi feita uma horta lá, a Cáritas saiu e ficou a horta e as plantas, depois o seu Valentim saiu, o terreno ficou vazio sem horta, mas tinha planta, e depois chegou o seu Gileno.

3.2 ALGUMAS NOÇÕES DO COOPERATIVISMO E A CONSTITUIÇÃO DA COOPSANT (Cooperativa Agrícola Santo Antônio)

A idéia do cooperativismo surgiu na COOPSANT a partir de uma história de luta pela terra estimulada por políticos locais. Segundo, Schmitz et.al (2007) o estado é um dos grandes incentivadores da organização de produtores familiares rurais nas mais diversas formas associativas, condição elementar para aquisição de créditos e demais serviços, como também para facilitar a execução de suas políticas.

Foi a partir da idade moderna que a cooperação assumiu o caráter de um sistema econômico sob a forma de cooperativas organizadas como forma de reação às contraditórias relações de trabalho assalariado nas fábricas (Prado, 2003). Singer (2002) relatou a exploração do trabalho.

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar” (Singer, 2002:24).

Thenório Filho (2002) fez seu comentário sobre a reação da classe operária e do campesinato frente aos problemas gerados pela revolução industrial. Estes encontraram nas organizações de caráter associativo um mecanismo de sobrevivência ao sistema capitalista:

A idéia de cooperação, da ajuda mútua e da solidariedade entre as pessoas, tem suas raízes na necessidade desse mesmo grupo, de solucionar ou pelo menos aliviar o peso de seus problemas através da cooperação ... (Thenório Filho, 2002:52).

Chayanov (1974) sugeriu a idéia da organização voluntária em cooperativas há 80 anos. Anteriormente, pensadores como Robert Owen, William King e Charles Fourier que acreditavam no socialismo utópico foram os grandes incentivadores para a organização dos trabalhadores em cooperativas. Por isto, são considerados como precursores do cooperativismo. Veiga & Fonseca (2001) consideram que estes pensadores contribuíram com suas idéias para o surgimento em 1844 na Inglaterra da associação denominada Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale voltada para a cooperação no setor de consumo. Em 1852, a sociedade assumiu o caráter formal de cooperativa com vinte e oito tecelões. Estes fundaram a cooperativa devido a uma greve prolongada e fracassada. Elaboraram uma série de princípios, que passaram a constituir o fundamento da doutrina cooperativista, são eles: 1. Controle democrático: uma pessoa, um voto; 2. Portas abertas, livre adesão; 3. Juros fixos e limitados sobre o capital emprestado à cooperativa; 4. Retorno dos excedentes em proporção às

compras⁴; 5. Vendas em dinheiro; 6. Venda de mercadoria de qualidade; 7. Educação dos sócios; 8. Neutralidade política e religiosa. Segundo Singer (2002 b, p.85-86) quando estes princípios são aplicados de forma fiel é praticada a “economia solidária”, onde a cooperativa é definida como espaço democrático e igualitário (para melhor compreensão ver Schmitz et.al, 2007).

Singer (2002) compreende a economia solidária como modo de produção⁵ e distribuição alternativo ao sistema capitalista. “O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles” (Singer, 2002: 83-84). Assim, o trabalho e o capital estão fundidos e aqueles que trabalham são os proprietários da empresa. Não há separação entre trabalho e posse dos meios de produção. A economia solidária é também entendida como um movimento nascente da crise do trabalho (Souza, 2003), e uma resposta ao desemprego (Singer & Souza, 2003). Mas, para transcender o sistema capitalista (a idéia de Morris, 1892/2002) é necessária uma mudança maior que apenas a transformação das empresas em cooperativas. Os empreendimentos autogestionários⁶ não têm como escapar das leis de mercado, muito menos comercializar somente entre eles através de redes solidárias⁷ e a concorrência entre empresas autogestionárias realizar-se-ia de maneira que o sistema capitalista seria confirmado. Mandel (1973) faz referência a esta questão. Contudo, não é tema deste trabalho a discussão sobre a superação do capitalismo.

Se eliminasse completamente a relação capital e trabalho dentro das empresas (p.ex., através da transformação das empresas em cooperativas de produção), deixando predominar a troca generalizada de mercadorias (quer dizer, compra e venda mútuas dos meios de produção como mercadorias), nesse caso seria apenas uma questão de tempo até, a partir da continuidade desse elemento das relações de produção capitalistas, também a separação dos produtores dos seus meios de produção reproduzir-se (Mandel, 1973, p.500).

A economia solidária também assume um caráter de projeto, uma dimensão normativa (Laville, 2000; Eme et al., 2001). Projeto, no sentido em que parte de uma diversidade de

⁴ Nas cooperativas, as sobras ou excedentes têm sua destinação decidida pela assembléia de sócios. Uma parte delas é colocada num fundo de educação, outra é posta em fundos de investimento, e o que resta é distribuído entre os sócios por algum critério aprovado pela maioria (Singer, 2002). Isto quando há sobras, pois muitas vezes o recurso arrecadado com as atividades são destinados apenas para o pagamento de dívidas, como financiamentos.

⁵ “...a diferença fundamental entre tipos de sociedade ocorre no modo como se dá a produção. O modo de produção ...consiste em dois elementos: suas forças produtivas e suas relações de produção. As forças produtivas referem-se às capacidades produtivas da sociedade, não apenas em sentido tecnológico,...mas também as capacidades humanas tanto física quanto conceituais. As relações sociais referem-se às relações sociais sob as quais a produção é organizada...”(Outhwaite & Bottomore, 1996:479).

⁶ São aqueles que praticam a autogestão. Os sócios são donos do empreendimento.

⁷ Laville et al. (2001), assim como Albuquerque (2003) e Mance (2003) defendem à criação de redes de trocas solidárias para comercialização. Laville et al. (2001), tratam inclusive de troca de conhecimento. No entanto, os autores não explicam quais os mecanismos de manutenção destas redes no capitalismo.

atividades já existentes e que vai mais longe do que os empreendimentos coletivos como cooperativa e associação. Contudo, não é fácil obter uma definição concreta além da pragmática proposta por Singer.

O Novo Código Civil de 11/01/2003 denomina a cooperativa como uma sociedade simples, a qual não possui fins lucrativos, mas sim fins econômicos, ou seja, seu capital é voltado para a produção e não para a renda financeira. Além disto, seu objetivo é capacitar seus membros para o trabalho e estimular a educação associativa, bem como na associação. No caso em estudo, os objetivos da COOPSANT estão amarrados em estatuto, conforme a legislação vigente do cooperativismo. Seus principais objetivos são: estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas, de caráter comum; comercializar a sua produção industrial, oriunda de transformação da matéria-prima, de psicultura, carnicultura e afins, além de seus subprodutos e derivados, em feiras e mercados livres locais, nacionais e internacionais; comercialização varejista dos produtos horti-fruti-granjeiros; promover e fazer a preservação ambiental, dentre outros. Contudo, as atividades realizadas estão focadas na agricultura e são: cultivo da alface hidropônica, horta orgânica, plantas ornamentais e plantas medicinais. O presidente da cooperativa, senhor Gileno, já mencionou em reunião que “é preciso atualizar o estatuto”. Porque as atividades e alguns objetivos não condizem com a realidade, como por exemplo, não existe produção industrial.

A COOPSANT foi fundada com trinta cooperados. Depois reduziu para vinte e três. Destes, cinco se desligaram até o mês de agosto de 2007. São eles: Ivo Lêdo, Manoel Secondino, Raimundo Rolim, Daniel Favacho e Severino da Silva⁸. Segundo Rech (2000), no momento da saída do cooperado da entidade, ele tem direito de receber o valor de suas quotas-partes⁹. Mas, se a cooperativa tiver prejuízos, ele entra com a sua parte das quotas para o seu pagamento. Na COOPSANT, em assembléia ocorrida no dia primeiro de agosto de 2007, o senhor Alício informou que a cooperativa devolveu para o senhor Daniel a sua quota-parte devido ao seu desligamento e a quota-parte do senhor Severino foi vendida para o senhor Antônio Matias.

Atualmente, a cooperativa possui dezenove cooperados, mas um está afastado. Trata-se do professor Ronaldo Vicente Oliveira dos Anjos. Ele não participou de nenhuma reunião

⁸ Apenas consegui entrevistar um ex-cooperado para saber a razão de seu afastamento da cooperativa. O trecho de sua entrevista será apresentado posteriormente. A maioria dos ex-cooperados não vive mais no residencial Almir Gabriel.

⁹ “Fração de uma soma comum que cada membro de um grupo deve pagar ou receber” (www.workpedia.com.br/80787/cota-parte.html/). Acessado em 26/02/07 as 12:36). Com relação às quotas-partes: “a lei diz que uma quota-parte não pode valer mais que um salário mínimo” (Rech, 2000:87).

da cooperativa desde que a pesquisa de campo foi iniciada em agosto de 2007. O “professor” (como é chamado pelos cooperados) não quis ser entrevistado. Argumentou que trabalhava junto com o senhor Alício e este responderia pelos dois.

A COOPSANT segue o Novo Código Civil de 2003. O Novo Código diz que a cooperativa não precisa mais ser constituída, no mínimo, por vinte pessoas físicas. Porém, é obrigatório que ela seja constituída pelo número de pessoas necessárias para preencher os cargos da diretoria e do conselho fiscal. De acordo com o Estatuto da COOPSANT, a diretoria da cooperativa é dividida nos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, diretor financeiro ou tesoureiro, diretor operacional, diretor comercial e secretário. Além disso, possui um conselho fiscal constituído por: presidente, secretário, um membro e dois suplentes. Destes cargos, o único que não está ocupado atualmente é de vice-presidente, pois o cooperado que respondia pelo cargo era o senhor Ivo Ledo que saiu da cooperativa. O presidente expôs em reunião ocorrida no dia 04/11/07 que era necessário ser eleito um vice-presidente, uma vez que ele estava “sobrecarregado” com as atividades. O secretário, na época, senhor Alício, explicou sobre os custos para registrar uma diretoria de uma cooperativa:

quando se faz uma ata e elege alguém paga-se o registro na Jucepa¹⁰ e é caro, tá se evitando esta despesa que é de trezentos a quatrocentos reais. Nós consultamos o banco e o presidente e o tesoureiro podem assinar os documentos, o tesoureiro assina pelo vice.

Os custos de uma cooperativa são altos, é por isso, que muitas associações não se transformam em cooperativas e perdem o seu foco, que consiste na melhoria sócio-cultural de seus associados e passam a comercializar seus produtos, reinvestir na produção e distribuir os ganhos provenientes da comercialização. Para Veiga & Rech (2001), este não é o objetivo legal deste tipo de entidade, a situação em que se encontra é irregular. As associações teriam que pagar o tributo correspondente (imposto de renda). Suas práticas estão muito próximas das cooperativas e não das empresas capitalistas, uma vez que a finalidade não é o lucro¹¹.

Com a nova legislação, a cooperativa não precisa mais possuir capital social¹². Contudo, este capital viabiliza a atividade econômica da cooperativa, facilitando candidatar-se a empréstimos junto às instituições financeiras e permitir a realização de outros negócios, a que a cooperativa se destina. Este é um aspecto legal que merece ser repensado. Veiga &

¹⁰ Junta Comercial do Pará

¹¹ O Novo Código Civil (2003) afirma que as associações com estas características têm que se enquadrar na classificação de sociedade empresarial (também denominada de mercantil) ou sociedade simples (também denominada de cooperativa). A primeira está focada no lucro. A segunda não possui fins lucrativos e está voltada para práticas econômicas.

¹² “O capital social é a soma das quotas-partes, seus dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais definidas em assembléia” (Rech,2000).

Fonseca (2001) chamam atenção para a importância do capital social. Segundo eles, o capital não deve ser imobilizado. Quando a cooperativa quiser investir, tem que integralizar capital¹³. O presidente da COOPSANT, senhor Gileno, lembra quando iniciou o seu mandato na cooperativa e como foi estipulado o capital social da nova cooperativa.

... Eu sou um dos fundadores da cooperativa. A primeira quota-parte foi a minha que paguei para dona Maria ... que era presidente. Só que não era uma cooperativa, o nome era COOASA, mas o estatuto era de uma associação com capital social de R\$ 2.400,00. Depois, o presidente foi o seu Valentim, mas não tava nada legalizado. Aí em 2000 foi legalizada. Eu fui lá junto com a dona Maria e demos baixa na antiga cooperativa. Fizemos outro estatuto para esta cooperativa. Aí eu fui eleito presidente. Eu mudei o capital social pra R\$360.000,00 para ser integralizado em oito anos, daí começou a deslanchar. Foi por aclamação que me colocaram presidente. Eu coloquei na lousa como é que tinha que ser uma cooperativa, mandei fazer um outro estatuto, não tinha CNPJ, não tinha nada de cooperativa. De lá pra cá, começou a sair os projetos e ser aprovados. Antes era só conversa, não tinha projeto. Eu fiz um curso no SEBRAE antes de ser presidente foi Brasil Empreendedor... A dona Maria sabe mais do que eu. Ela tava aqui desde o início.

O presidente da COOPSANT cumpre o segundo mandato consecutivo. Cada mandato corresponde a quatro anos. Seu mandato iniciou em 2000 e finalizará em fevereiro de 2009. Para cooperada Maria de Nazaré, a formação de seu Gileno em técnico agrícola contribuiu para ele ter assumido dois mandatos consecutivos, pois ele é o único cooperado que tem formação nesta área. Ela relata:

...também ele é que conhece mais da área agrícola. Ele procura ajudar as pessoas, muita gente conseguiu energia aqui no residencial graças ao seu Gileno, ele dava uma declaração pela cooperativa dizendo que as pessoas residiam na área agrícola daqui.

As atividades iniciais da cooperativa foram lembradas por uma cooperada: “Quando o seu Gileno assumiu, nós plantamos feijão da colônia, só para alimento dos cooperados, não era para venda...”. O valor da quota-parte da cooperativa foi definido em R\$460,00, pago com a produção e venda das plantas (dada continuidade a produção de plantas a partir do curso organizado pelo Programa Capacitação Solidária). Os cooperados chegaram a produzir de 26 a 30 mil mudas (eles não souberam precisar). Contudo, grande parte da produção foi perdida, pois não foi traçado um plano de comercialização pela cooperativa e pelos órgãos que nela atuaram (Sectam e Sebrae) naquele momento.

Um dos maiores desafios que os produtores familiares rurais enfrentam é dinamizar a produção, o beneficiamento e a comercialização de forma associativa num contexto de crescente competitividade em que a qualidade e a disponibilidade dos produtos são

¹³ Quando alguém se associa a uma cooperativa, preenche um cadastro e diz quantas quotas-partes vai assumir e como vai pagar, isto é integralizar capital“(Veiga & Fonseca, 2001:40).

indispensáveis para uma efetiva inserção no mercado. A COOPSANT enfrenta a concorrência com grandes produtores de flores do Estado do Pará, grande parte deles está organizado na Associação Pará Flor. Na época, em que a cooperativa iniciou suas atividades não havia uma padronização da produção que implicasse na melhor qualidade de suas plantas para concorrer no mercado local, nem tampouco o conhecimento dos cooperados sobre o mercado. O problema com a comercialização levou a desmotivação dos cooperados. A cooperada Tereza enfatizou os problemas iniciais enfrentados pela cooperativa e a falta de motivação dos cooperados.

o pessoal ficou desmotivado não via logo dinheiro, não tinha mentalidade de luta, também não tinha mercado, faltava organização, a gente ainda não tinha o comércio com o supermercado; quem vinha buscar planta era paisagista uma vez ou outra, aí ficou parado, a gente só fazia limpar o terreno...

As dificuldades iniciais da cooperativa e a atuação dos órgãos externos, também foram observadas por um cooperado.

naquela época a Sectam era parceira da cooperativa, logo depois veio o Sebrae, só que ele só dava curso que não era para o trabalho da produção, a gente tinha muita planta, mas não tinha pra onde vender. A parceria para venda com o Sebrae e a Sectam era só de ano a ano no Flor Pará.

O Flor Pará a que o cooperado se referiu é uma feira de plantas e flores que ocorre na cidade de Belém todos os anos reunindo os produtores do Estado do Pará.

Com a falta de motivação dos cooperados, a cooperativa “deu uma parada” e se afastou dos órgãos “parceiros”, como falou a cooperada Tereza, e somente no ano 2000 houve uma reaproximação com o Sebrae e a Sectam. Desta vez, a assistência prestada pelo Sebrae esteve focada para a comercialização. Os cooperados passaram a realizar o plantio em seus terrenos particulares. Esta cooperada continuou seu comentário:

Aí depois dessa parada, resolvemos plantar no nosso terreno. Depois o Sebrae voltou, a dona Antônia, técnica, que nos ajudou nas plantas, ela me motivou. Ela ia no terreno de cada um.

Com a dificuldade de comercialização, os cooperados deixaram de cultivar as plantas na área da cooperativa. O presidente da cooperativa informou que após um período de quatro meses em que assumiu a cooperativa, ele sugeriu em assembléia que as mudas das plantas ornamentais fossem levadas para a propriedade dos cooperados para que fosse desenvolvida a plantação nos respectivos locais. Em nenhum momento de sua entrevista, ele falou sobre a dificuldade de comercialização que a cooperativa enfrentou. O presidente argumentou:

ficou quase nada de mudas na cooperativa, eu dei a idéia na reunião pro pessoal levar pro seu terreno que era melhor no terreno de cada um porque ficavam mais perto das plantas, porque uns só vinham de vez em quando, as que estavam aqui já estavam feias, aí cada um levou muda pro seu terreno e o da cooperativa ficou parado. Foram mais ou menos uns três meses que

ficaram plantas aqui. A idéia de tirar as plantas daqui não foi por causa da hidroponia, porque só veio depois.

Como foi dito, a atividade inicial da cooperativa foi o cultivo de plantas ornamentais. Iniciou com as mudas produzidas pelos jovens moradores do Bairro Che Guevara no curso de plantas organizado pelo Programa Capacitação Solidária que ficaram para a cooperativa, e, assim foi dada continuidade à atividade, a qual serviu para os cooperados pagarem a sua quota-parte. Segundo os cooperados que acompanharam o início da cooperativa, foi uma atividade realizada por um órgão externo sem a consulta junto aos jovens e seus familiares sobre suas expectativas quanto à atividade de cultivar plantas ornamentais. Sobre este aspecto, Schmitz (2001) discute a necessidade da execução de projetos a partir da demanda dos usuários. O que o autor quer dizer é que são os usuários que sabem as suas necessidades reais. Com o cultivo das plantas na propriedade dos cooperados foi desenvolvida posteriormente a atividade da hidroponia citada pelo presidente na área da cooperativa.

3.3 TIPOLOGIA DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

Para compreender as interações complexas no interior da Cooperativa Agrícola Santo Antônio (COOPSANT) é indispensável à discussão de tipologias, tanto das cooperativas, como das associações. A discussão identifica a tipologia da cooperativa em estudo. Como também, identifica a tipologia de outras organizações. As tipologias das organizações influenciam o comportamento dos atores envolvidos, seu engajamento, a relação com os líderes e com a coordenação, os problemas enfrentados, a natureza dos beneficiados, etc... (ver explicação de Schmitz et al., 2007).

Porém, na literatura brasileira sobre cooperativismo e associativismo não se encontra, freqüentemente, uma distinção entre os diferentes tipos de empreendimento coletivo. Assim, a autogestão é tratada quase exclusivamente relacionada à cooperativa de produção. Segundo Singer (2002:90), a cooperativa de produção “é o protótipo da empresa solidária”, pois muitas cooperativas de produção surgiram de empresas capitalistas falidas. Os trabalhadores passaram a assumir o empreendimento.

Os princípios dos Pioneiros de Rochdale são baseados para o cooperativismo como um todo, apesar de que eles se referem a uma cooperativa de consumo e, conseqüentemente, nem todos os princípios podem ser aplicados aos demais tipos. Os critérios de distinção também variam. Já foi citada anteriormente a diferenciação entre cooperativa e associação. Mas, para reforçar a discussão das tipologias, complementamos suas diferenças. A cooperativa é uma associação de pessoas para realizar uma atividade econômica de benefício mútuo ou comum,

e a associação tem por objetivo facilitar as atividades (econômicas, culturais, etc.) dos seus sócios, sem finalidade econômica própria da organização. Na prática, os dois tipos de organização podem ser considerados, muitas vezes, como sinônimos, apresentando diferenças apenas em função da legislação (Carvalho, 1998; Veiga & Fonseca, 2001; Veiga & Rech, 2001; Albuquerque, 2003; Cattani, 2003; Menezes, 2005; Pinho, 2004; Schneider, 2003). Pois, como foi dito, as práticas das associações estão muito próximas das cooperativas.

Schmitz et al. (2007), propuseram um contínuo, no qual os pólos extremos eram, por um lado, o "ideal de cooperativa" e, por outro, o "ideal da associação". A cooperativa de produção é colocada mais perto do ideal da cooperativa, pois como disse Singer (2002), "é o protótipo de empresa solidária" e a associação cultural se encontra mais perto do ideal da associação. Schmitz et. al (2007) selecionaram o critério: interesse dos membros em contribuir para o projeto comum. Indicaram uma probabilidade do engajamento dos sócios que depende também de outros fatores (criação de identidade, cultura do empreendimento, sucesso econômico, etc.) que podem ser analisados apenas no caso concreto. O conteúdo da atividade (p.ex., que tipo de serviço oferecido, assistência técnica ou máquinas agrícolas) ou qual produto comercializado (p.ex., cacau ou flores) tem interesse secundário.

Quadro 1: Tipologia segundo a contribuição dos membros para o projeto comum num contínuo de 1 a 8 entre cooperativa e associação

Ideal da Cooperativa

1. Produção
2. Serviço

3. Comercialização
4. Mediação

5. Política
6. Crédito

7. Consumo
- 8 Cultural

Ideal da Associação

Schmitz et al. (2007) partiram de um jogo com seis tipos de atores: os sócios, os líderes, os dirigentes, os funcionários da organização, os beneficiados e os externos (p.ex., os líderes de um movimento social).

Os funcionários (ou operários) podem ser membros voluntários, sócios contratados ou assalariados não cooperados (trabalhadores e executores externos). No caso de uma associação filantrópica, os beneficiados são os outros, os pobres. O trabalho pode ser realizado com membros voluntários ou remunerados. Nem sempre é fácil determinar quem são os beneficiados, como no caso das prestadoras de serviço no Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) que oferecem postos de trabalho autogestionários para extensionistas, enquanto os beneficiados "oficiais" são os agricultores atendidos. Em poucos casos são totalmente idênticos, pois mesmo numa fábrica autogestionária existem como

terceiros os consumidores, aos quais se dirige o trabalho. Porém, nesse caso parece difícil identificá-los como beneficiados (Schmitz et.al, 2007:04-05).

Schmitz et. al (2007) apresentaram uma breve descrição dos tipos ideais. Contudo, foi mostrado abaixo somente os tipos em que estão relacionados ao objeto de pesquisa. Os demais podem ser vistos no artigo de Schmitz et. al (2007).

1. Produção: O objetivo é, através da cooperação no trabalho produtivo, alcançar um efeito de escala e através da divisão do trabalho aumentar a eficiência, tratando-se, muitas vezes, de atividades que não podem ser realizadas de forma viável em escala menor ou individualmente. O modelo é a fábrica, onde tem uma divisão de trabalho definida e a cooperação é indispensável. O operário perde frequentemente o domínio do seu produto, do tempo e dos meios de produção, porém através da sua participação na gestão pode aumentar, indiretamente, os conhecimentos sobre o processo e superar a alienação do trabalho, porque é o “dono” do empreendimento. A atividade econômica é realizada pelos próprios membros-operários que são também os beneficiados. Aproveita-se da criatividade, pois os operários conhecem bem o processo da produção. No caso da agricultura, a utilização deste modelo pode significar uma experiência de coletivização forçada. Como também, o trabalho coletivo pode viabilizar atividades que não seriam possíveis por falta de infra-estrutura (terra, máquinas), ou de concorrência (verticalização). Como os próprios sócios executam o trabalho, este tipo caracteriza-se pelo interesse dos membros em contribuir para o projeto comum (Schmitz et. al, 2007).

2. Comercialização: O objetivo é facilitar a comercialização oferecendo um volume de produtos maior com mais regularidade, abrir canais de comercialização alternativos, aumentar o poder de negociação e, frequentemente, beneficiar os produtos (verticalização). Pode dispor de uma infra-estrutura de máquinas, veículos, armazéns, etc. (bens comuns). Muitas vezes, a principal função é a quebra de um monopólio. Os beneficiados são os sócios, em geral no meio rural, agricultores autônomos. Tem tanto interesse em aumentar os membros para ter um maior movimento, quanto, ao contrário, em diminuir o número dos mesmos para reservar as vantagens para poucos, mas com uma produção maior. Existe a tendência de que os produtores com maior movimento exercem mais poder de barganha na tomada de decisões, pois podem ameaçar retirar seus produtos ou criar regulamentos favoráveis (p.ex., voto e distribuição do excedente anual em função do volume entregue). A atividade muitas vezes é alheia à atividade dos membros, por isso tem uma tendência de contratar funcionários especializados não cooperados. No entanto, o envolvimento dos membros é forte, pois a própria produção e remuneração do trabalho depende do resultado da

atividade. Por isso, de forma predominante esse tipo caracteriza-se pelo interesse dos membros em contribuir para o projeto comum (Schmitz et al., 2007).

3. Mediação: O objetivo é facilitar as atividades econômicas dos membros, assim como, os contatos e procedimentos junto aos órgãos governamentais e bancos. Muitas vezes, o interesse é captar financiamento ou projetos. Os sócios podem ser avalistas e são os beneficiados da atividade. Os próprios sócios executam as tarefas, este tipo caracteriza-se pelo interesse dos membros em contribuir para o projeto comum (Schmitz et al, 2007).

Schmitz et al (2007), disseram que na prática encontram-se freqüentemente tipos mistos nas organizações e não tipos ideais. Como é o caso da COOPSANT que identificou-se três tipos diferentes: a) A cooperativa de comercialização; b) A cooperativa de produção coletiva; c) A cooperativa de mediação.

No que se trata da comercialização, na COOPSANT, os beneficiados são os cooperados que comercializam sua produção pela cooperativa como também têm aqueles que comercializam de forma autônoma, como a senhora Alcinéia e o senhor Alício que produzem hortaliças orgânicas e comercializam no mercado local, ainda não comercializam pela cooperativa pela falta de certificação dos produtos orgânicos e devido à “pequena” produção que não atende o mercado consumidor dos supermercados. Assim, como a senhora Maria de Nazaré que produz hortaliças, mas não comercializa pela cooperativa, pois na cooperativa está somente vinculada à produção de plantas ornamentais e à atividade da hidroponia, esta última de responsabilidade de seu filho Sandro. O envolvimento dos membros se dá, tanto na comercialização, quanto na produção, uma vez que na comercialização existem cooperados destinados para realizar tal função e na produção esta é realizada de forma coletiva predominante no cultivo da alface hidropônico que requer uma produção de escala e exige uma divisão do trabalho especializada. A cooperação é indispensável (este aspecto será discutido melhor no capítulo 4 quando for tratada a organização do trabalho). Aqui se trata do trabalho coletivo na agricultura. Por mais que esteja próximo do modelo de uma fábrica, os cooperados não perderam o controle sobre o produto final. O trabalho coletivo é fundamental para realizar o trabalho na atividade da hidroponia, pois segue várias etapas realizadas de forma manual que não podem ser realizadas por máquinas. A produção e a comercialização dependem do resultado das atividades desenvolvidas. A cooperativa também atua como mediadora para obter financiamentos e projetos junto às instituições bancárias, aos órgãos que assessoram a organização e a Prefeitura Municipal de Marituba.

3.4 TRAJETÓRIAS, IDENTIDADES E IDENTIFICAÇÕES: COM A TERRA E COM A COOPERATIVA

Os cooperados da COOPSANT têm suas vidas marcadas por trajetórias diferenciadas, algumas sujeitas a constantes migrações, em busca de possibilidades. Possibilidades estas que significam o acesso, o trabalho na terra e a reprodução da família.

A cooperada Graciete dos Santos Ramos, 58 anos, primeiro grau incompleto, viúva do primeiro marido e vive atualmente com o senhor Laércio Fonseca Miranda, narrou a sua trajetória e de seu marido. Eles são os únicos cooperados que pertencem à religião judaica. Hoje os dois são cooperados da COOPSANT. Anteriormente, somente a senhora Graciete era cooperada. Faz três meses que seu Laércio se associou à cooperativa. É interessante que outras pessoas entram como associados na cooperativa. Assim, não há somente evasão de sócios.

Nós chegamos no dia 21 de maio de 2001 no Almir Gabriel. Eu já tinha um terreno com uma casa lá na frente. A casa é na rua principal daqui, tá alugada. Eu trouxe o comércio que eu tinha em Ananindeua pra cá. Mas aqui a concorrência é muito grande e também meu marido Laércio queria uma terra e resolveu não tentar mais o comércio. Aí, como agente não tinha logo condição de comprar terra, a gente se juntou ao MST. Meu marido foi no início de 2004 e eu em novembro, ocupamos a área da DENPASA, do dendê, fica entre Santa Bárbara, Santa Izabel, Santo Antônio do Tauá e Pau”Darco. Naquela época tinha 300 famílias. Agora não sei como é que tá. Era muita gente no acampamento, igual uma cidade e ficamos até julho de 2005, porque ele tava doente com dor no peito. Aí nós voltamos pra cá, mas agora pra área agrícola e compramos esta área. Por causa desta doença que ele começou a plantar as plantas medicinais, porque um dizia pra ele tomar chá de uma planta, o outro de outra. Ele só ficou bom, quando começou a tomar. Aí começou o trabalho com medicinal. Tá com dois anos que a gente veio pra cá.

A senhora Graciete falou sobre o motivo do marido trabalhar com plantas medicinais. O senhor Laércio é o único cooperado que produz plantas medicinais na cooperativa. A senhora Graciete ainda expôs o desejo de seu esposo, ter acesso à terra (ele não queria mais trabalhar no comércio). Este desejo levou o casal a se “juntar” ao Movimento dos Sem Terra (MST) e ocupar a propriedade da fazenda Denpasa. A história de seu Laércio e dona Graciete revela uma relação de identificação com a terra anterior à condição de cooperados, como integrantes do Movimento dos Sem Terra, sujeitos a idas e vindas¹⁴, até a conquista do lote

¹⁴ Moura (1982) considera que no capitalismo a classe expropriada de seus meios de produção, principalmente a terra, utiliza a migração como saída inevitável. Aragón (1986) diz que o processo migratório tem que ser analisado em dois níveis: o nível micro, está relacionado ao estudo da mecânica da migração, ou seja, quem migra e como migra. Este nível envolve as variáveis de tipo pessoal, espacial e temporal. O nível macro envolve os variados fatores econômicos, sociais, políticos e espaciais, ou seja, procura analisar os porquês da migração.

agrícola no Residencial Almir Gabriel. Seu Laércio contou porque eles retornaram ao residencial e como conseguiram comprar a terra onde vivem.

como eu adoeci nós resolvemo voltar do acampamento, aí fomos morar na casa que a gente tem na parte da frente do Che Guevara, só que o terreno é muito pequeno, quatro por onze, como a minha vontade era plantar ervas medicinais lá não dava, aí teve a oportunidade de comprar um pedaço de chão daqui. A gente fez empréstimo pra comprar, a mulher que é pensionista né, fez o empréstimo no banco, mil e oitocentos reais, só que era dois mil reais esse pedaço de chão, aí negociamo um prosdócimo que a gente tinha que valia mil reais, o resto, os oitocentos, fizemos a estrutura pra gente morar, compramo madeira, cerquemo, tamo aqui.

O comentário de seu Laércio mostrou a dificuldade para adquirir “um pedaço de chão”, bem como os meios utilizados para negociar a compra da terra. Martins (2003) citou o estudo de Wanderley (2003) sobre os assentamentos de Pernambuco para enfatizar a questão da luta pela terra. Segundo a autora, a luta pela terra não deve ser banalizada, não é somente um caminho como outros que surgiriam, esta luta faz parte da trajetória dos agricultores que pode ser de forma negativa – não ter outra profissão – e positiva – ser agricultor – em que a terra é uma necessidade para aquele que é agricultor. A trajetória de dona Graciete e seu Laércio foi caracterizada da forma como a autora mencionou, trajetória de luta. Ao retornar para o residencial, o cooperado não tinha outra profissão, não era mais comerciante. Ser agricultor não foi apenas uma escolha, foi o meio encontrado para viver, onde era imprescindível a conquista da terra. A escolha da cultura cultivada no lote se deu em decorrência da experiência que seu Laércio teve com as plantas medicinais, uma vez que a crença na eficácia destas plantas estava associada a cura de uma doença contraída por ele. Seu Laércio parece ter se “familiarizado” muito rápido com o trabalho na terra, pois a sua profissão anterior não estava vinculada à agricultura.

Assim como, o senhor Laércio e a senhora Graciete, a maioria dos cooperados migraram de outros locais até o residencial a fim de conquistar o lote agrícola. O senhor Armando Furtado, 34 anos, estado civil amasiado (denominado por ele), grau de escolaridade: primeiro grau completo, evangélico, fez um rápido comentário sobre a necessidade de adquirir uma propriedade maior para trabalhar na terra.

Eu morava em Ananindeua em um terreno pequeno que não dava pra quase nada de plantação, eu vendi a casa, descobri que aqui tinha terreno grande pra vender, daí eu comprei. Na época da invasão, eu circulei por aqui, mas não consegui nada, tinha gente de terçado, machado.

O presidente da cooperativa COOPSANT, senhor José Gileno Silva de Carvalho, 53 anos, paranaense, separado, possui o segundo grau completo e não é adepto a qualquer religião. Ele narrou a sua história e falou sobre a sua relação com a agricultura.

Eu vim do Paraná pra cá em 93... Aí gostei daqui do Pará e fiquei por aqui quando saí da empresa, fui pra Peixe-Boi trabalhar na agricultura: tomate, melão, alface, couve, palmeira, açaí...Lá no Paraná trabalhava com agricultura, todo tempo nasci e me criei na agricultura... Quando eu vim, eu não participei da invasão, os outros invadiram e eu comprei o terreno de outra pessoa, eu não gosto desse negócio de invasão não dá pra mim...

O senhor Gileno e muitos cooperados já tinham uma história de trabalho na terra anterior à associação à cooperativa. O cooperado Pedro Reis de Souza, por exemplo, disse que sempre trabalhou na agricultura e foi presidente do sindicato dos trabalhadores rurais. Seu Pedro tem 61 anos, é casado, possui o primeiro grau incompleto e é evangélico junto com sua esposa dona Antônia. Ele comentou sobre a sua ligação e a vontade em permanecer na terra apesar de um assalto cujo casal foi vítima.

...Sempre trabalhei na agricultura, plantei feijão, pimenta, lá em Primavera, fui presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de lá, fui candidato a vereador, mas eu perdi, fui trabalhar como assessor administrativo uma ano, na Prefeitura. Mas, entreguei quando o pai da minha mulher morreu e vim pra Ananindeua, tenho venda de açaí lá, de lá vim pra cá. Já estou aqui há oito anos mais ou menos da época da invasão, mas eu não participei da invasão. Eu comprei este terreno por mil reais daquele que tinha invadido. ...Eu não penso em vender minha propriedade, a mulher que quer sair daqui por causa do assalto, eu tô na mão do senhor...

A cooperada Maria Alcinéia Ferreira Miranda 44 anos, grau de escolaridade: segundo grau completo, evangélica, veio do Maranhão para o Estado do Pará em 1979. No Maranhão, seu pai era vaqueiro. Ela veio para o Estado do Pará para estudar, morou em casa de família, casou-se e trabalhou em várias atividades com o primeiro marido, “vendendo porcelana” na Feira da Bandeira Branca, montando “mercadinho” no Distrito Industrial, vendendo “sandálias” com o segundo marido e morando no Icuí. Depois retornou ao Maranhão “para vender a casa e o gado” que o ex-marido deixou e viveu mais cinco anos neste estado. Posteriormente, retornou ao Estado do Pará e comprou um “terreno” na localidade de Bela Vista, município de Marituba. Dona Alcinéia vive com seus familiares nesta localidade, trabalha com o atual marido na produção de hortaliças orgânicas e conta com a ajuda dos filhos. Ela comentou, porque voltou novamente do Maranhão para o Pará, assim como a identificação com a terra.

...A vontade do meu esposo era voltar pra cá. Ele voltou primeiro... Aí eu voltei pra cá, porque os filhos perguntavam pelo pai, eu não queria afastar eles do pai. Eu comprei o terreno daqui, quando eu vim na época do ano novo. Aí minha mudança foi em fevereiro de 2000. Essa é a minha trajetória. Eu gosto daqui.. Eu gosto de sentir o cheiro da terra, do mato, senti falta da chuva quando eu tava pro Maranhão.

Hébette et al. (s/d) discutem a mobilidade social na fronteira amazônica como um processo contínuo “...que, até hoje, se realimenta e se renova...,levando velhos e novos migrantes em busca de terra. Uma busca que, muitas vezes, nunca acaba” (Hébette et al, (s/d:06). A busca pela terra como citada por Hébette et al. (s/d), foi um fator condicionante para a mobilidade dos cooperados da COOPSANT, assim como a busca pelo trabalho, estudo e serviços urbanos, tanto na cidade de Belém quanto no município de Marituba. Sempre “na expectativa de se conseguir, um dia, uma terra própria” (Hébette et al, s/d:06). O autor cita sua obra com Marin (Hébette &Marin, 1981) para dizer que a mobilidade se apresenta multifacetada, nas formas: espacial, profissional e social.

O senhor José Ivanildo Ferreira da Costa, 40 anos, casado, grau de escolaridade: primeiro grau incompleto, católico e diretor operacional da cooperativa falou sobre o seu local de origem, a sua ligação com a terra e o motivo por ter deixado o trabalho na terra no seu município de origem. Denominados por Hébette et al (s/d) de “a dureza na vida da roça...”. O senhor Ivanildo também, falou sobre o retorno ao trabalho na terra, já como membro da cooperativa.

...Eu era do interior de Bragança, de um lugarzinho chamado Miriteua, lá eu já trabalhava com agricultura. Eu morava no terreno do meu avô, aí eu vim pra Marituba em 83, quando eu tinha dezessete anos, porque o meu pai veio atrás de emprego; lá ele trabalhava na roça como eu, trabalhar na roça é a maior dificuldade.

Meu primeiro emprego foi em 85 na Belém-Diesel SA da Mercedes Bens, trabalhava na construção civil... depois fui chamado para trabalhar na oficina de lá, aí trabalhei sete meses e eu entreguei, eu já tava enjoado de trabalhar com óleo, meu último emprego foi em 93 na Socôco, lá eu trabalhava na caldeira, depois eu saí de lá e fiquei trabalhando por conta própria como pedreiro, de lá pra cá, eu vim trabalhar na hidroponia e nas plantas já como membro da cooperativa.

O cooperado Mauro Donizete de Souza, 45 anos, casado, grau de escolaridade: segundo grau incompleto, religião protestante, denominado como mormon vinculado a igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, reside no município de Marituba e seu terreno cuja extensão é de 50x200m fica localizado no Residencial Almir Gabriel,. Ele é associado há quatro anos na cooperativa. Seu Mauro é paranaense, sua trajetória foi de constantes migrações; começou a trabalhar na terra desde criança. Trabalhou também com panificação. Mas, esta não era a atividade com a qual ele se identificava. Ele contou sua história:

Eu sou do Paraná, de Curitiba, já estou a cinco anos no Pará. Eu mexo com a terra desde os oito anos de idade em Curitiba, Matogrosso, Macapá, vivia da horta e da panificação. Já fui dono de padaria em Marituba. Agora eu tô só no meu sítio, não quero voltar para panificação, é muito cansativo, desgastante, a gente perde noite de sono....

Outro cooperado que vivenciou muitas migrações em virtude da “luta” pela sobrevivência, foi o senhor Raimundo Alves da Silva, 67 anos, casado, analfabeto. Ele relatou a sua experiência no trabalho com a terra, a necessidade de migrar para os filhos estudarem e o seu percurso até o residencial. Como disse Hébette et al. (s/d), a mobilidade profissional é também uma característica do migrante. Esta pode ser verificada nas inúmeras profissões desenvolvidas por seu Raimundo e seus familiares. Seu Raimundo trabalhou na lavoura, operou moto-serra, vendeu laranja, trabalhou “na capina”, pescou, apanhou caranguejo, sururu e camarão, dirigiu voadeira, sempre migrando e mudando de atividades, a fim de ganhar um pouco mais, porque o “ganho era muito pouco”.

Eu vim da Pará-Maranhão, do Piriá, para Bragança em 84, viemos de lá por causa dos filhos que tinha que botar pra aprender e lá era difícil. Lá eu trabalhei na lavoura, com mandioca, arroz, milho, malva, criação de porco...Eu fui também operador de moto-serra... Aí fomos pra Bragança, moramos sete anos, eu trabalhei na feira vendendo laranja, mas não produzia... Aí eu larguei, porque o ganho era muito pouco... eu fui pro Irituia, fica 10km da Belém-Brasília, na estrada que vai pra Capitão Poço. Eu fui trabalhar com cerca de arame... Passei um ano trabalhando com isso e larguei; fui trabalhar na capina, fazer roça para o pessoal, eu mais meus filhos, mas o ganho era muito pouco. Aí voltamos pra Bragança ficamos dois anos na praia do Castelo. Nós trabalhava de curral lá, com os peixes.... Aí chamei os meus filhos e pensamos em largar, porque dava muito pouco. Fomos pra Ajuruteua com toda família...Aí passei lá um ano e pouco tirando caranguejo, sururu, camarão. Eu disse pra mulher vamo embora, que isso aqui só dá malmente pra comer, a gente tem que vestir, beber. Aí nós mudamo pra travessa da 10 da montenegro que cruza de Bragança para Pará-Maranhão. Passamo um ano e três meses. A gente ia pescar no Piriá. Lá no Piriá eu trabalhei pra SOPEMI... levei dois anos nessa profissão, dirigia voadeira...

O cooperado Antônio Matias falou de sua ligação com a terra, a razão de ter migrado para o Estado do Pará, as atividades realizadas quando chegou e a compra de uma área agrícola no Bairro São Francisco no Município de Marituba onde vive com seus familiares e trabalha na produção de hortaliças.

Vim do Ceará, de Canindé em 94. Já trabalhava com agricultura: milho, feijão, algodão, banana... Vim de lá por causa das secas que tava destruindo tudo. Eu vim pro Pará porque aqui é bom pra trabalho... Aí morei dois meses em Belém, trabalhando na Prefeitura com limpeza. Eu comprei uma casinha no Bairro da União em Marituba, aí vim pra cá, eu tinha uma frutaria. Chegou um filho meu do Ceará, eu deixei ele lá tomando conta. Comprei o terreno daqui, quando tava no Bairro da União, eu já tinha horta aqui. Eu já tô aqui há uns cinco anos. Eu vim morar pra cá pro São Francisco, porque tudo o que eu plantava me roubavam.

Os cooperados restabeleceram o vínculo com a terra, mesmo tendo migrado diversas vezes e trabalhado em profissões variadas. A atração para o Município de Marituba e mais especificamente para o residencial Almir Gabriel esteve associada muitas vezes a redes de relações estabelecidas, seja de parentesco, seja de amizade. Por exemplo, o senhor Ivanildo

foi informado sobre a ocupação pela tia, a senhora Maria que conseguiu o lote para ele. A senhora Maria foi a cooperada que participou e organizou a ocupação, como disse seu Ivanildo:

Cheguei desde o começo da invasão, a minha tia dona Maria pegou um lote para mim. Nós entremo aqui em 1997, eu não tava no meio da luta, foi a titia que arranjou o terreno aqui, a minha tia dona Maria pegou um lote para mim, era de 19m por 185m, mas a marcação tava errada e o pessoal, a titia que tava liderando a ocupação com outros, fez a marcação de novo, aí fiquei com 51 por 185.

O presidente da cooperativa também foi informado por dona Maria. “A dona Maria falou que tinha terreno pra vender aqui... área agrícola, eu já conhecia ela, eu comprei três lotes agrícolas por R\$6.000,00 são 16.800m²”. O senhor Raimundo Alves da Silva foi informado pela filha que havia terra para vender no residencial Almir Gabriel.

...Um dia eu liguei pra minha filha que morava em Belém e ela disse que era pra eu vim urgente pra cá. Veio primeiro só eu. A minha filha que me falou dessa invasão. Já faz muito tempo. Eu comprei esse terreno aqui. Aí veio toda família....

O senhor Armando Furtado comentou como ele soube da ocupação e que havia terreno para ser vendido. “...Eu conheci o seu Valentim que era presidente da cooperativa na época. Comprei o terreno e vim em 2001”. O senhor Valentim era o presidente da COOASA.

A senhora Maria José Cardoso Oliveira era presidente do Conselho Fiscal da cooperativa. Ela tem 47 anos, casada, possui o terceiro grau incompleto é funcionária pública, exerce a função de auxiliar de enfermagem. Sua religião é evangélica, vive no centro do Município de Marituba. A senhora Maria José relatou como conseguiu a sua área produtiva no Che Guevara: “foi por acaso que eu descobri que tinha terra aqui, foi uma vizinha que me falou, comprei de um invasor, foi mil reais, tem 57 por 130m”.

No Residencial Almir Gabriel vive grande parte dos cooperados com seus familiares em suas propriedades. Porém, sete não residem neste local. A maioria das propriedades, tanto dos que residem, quanto daqueles que não residem no residencial, não chega a 1ha¹⁵.

Os cooperados trouxeram consigo aspirações, costumes, religiões e experiências profissionais diferenciadas. Contudo, sempre tiveram algo em comum, a vontade de conseguir

¹⁵ Aqui não me refiro a um cooperado que está afastado da cooperativa. Dos sete cooperados que não vivem no residencial, cinco vivem no centro ou nas proximidades do centro do Município de Marituba, um vive em Ananindeua e uma cooperada vive na localidade de Bela Vista. Destes sete, três têm propriedade no residencial, dois têm propriedade em outros locais do município de Marituba (um deles vive com a família em sua propriedade no bairro São Francisco) e uma cooperada vive com a família em sua propriedade na localidade de Bela Vista.

a terra, nela trabalhar para sustentar a família. A senhora Maria, comentou: “é daqui que a gente tira o ganha pão, essa terra aqui é tudo pra nós”. Além disto, os cooperados ensinam seus filhos sobre o trabalho agrícola como uma forma de dar continuidade à propriedade familiar e à experiência das gerações anteriores. A senhora Alcinéia, disse:

O meu espaço aqui é o meio de sobrevivência, através do nosso plantio, a gente compra roupa pros filhos, paga as contas, a gente não tem outra fonte de renda... O pai deles também tenta ensinar para que eles gostem de fazer o trabalho daqui, ir para uma feira, tirar cheiro-verde. A gente coloca para eles que esse é o nosso trabalho. As vezes o meu filho Tiago reclama. Para que eu vou apanhar açaí? eu não vou ser apanhador de açaí. Eu digo, meu filho, eu não tô dizendo que você vai ser apanhador de açaí, eu tô te ensinando pra vida. Se um dia for necessário você já sabe.

Se eles escolherem uma profissão na área agrícola vai ser bom... É o dia-dia deles... iria ajudar na nossa horta, o conhecimento é muito importante, é tão importante quanto à decisão de plantar. O pai deles teve que fazer vários cursos...Eu penso que seria uma profissão a nível de terceiro grau, a gente sabe que existe a UFRA...Mas eu não imponho não.

Em seguida, o senhor Armando, argumentou sobre a importância da terra para sua família e a necessidade de manutenção da propriedade e da atividade agrícola pelos seus filhos:

Essa terra aqui é meio de sobrevivência pra mim, pra minha família. O meu sonho um dia é tirar tudo do trabalho da terra, é vestir, calçar meus filhos com dinheiro daqui, pra não ter que às vezes fazer trabalho pra fora, carpinteiro, pedreiro, ser empregado. Quero ensinar meus filhos, mostrar que a agricultura é importante, que move a economia do país. Isso aqui um dia vai ser deles.

Martins (2003) observou em estudos sobre vários assentamentos que o objetivo central dos assentados é assegurar a terra como patrimônio da família e morar junto com seus familiares:

mais do que mera sobrevivência..., essas populações buscam sobreviver com dignidade, com base num modo de vida peculiar que é o da economia familiar. Com base na não-dispersão da família e na espera de assegurar um futuro aos filhos. Estamos, portanto, falando em populações que lutam por um projeto de vida... (Martins, 2003:41-42).

A colocação de Martins (2003) está coerente com a realidade e a perspectiva dos cooperados. Eles expressaram o quanto a terra representa para eles e seus familiares. Representa não apenas subsistência, também comercialização dos produtos que dela provém para atender o consumo da família, quanto as suas diversas necessidades (calçar, vestir, estudar, dentre outras) e a manutenção do patrimônio e do trabalho pelas próximas gerações.

A terra, a família e o trabalho na terra com a participação dos familiares fazem parte do contexto de vida dos cooperados. O envolvimento da família no trabalho agrícola¹⁶ se dá,

¹⁶ Serão vistas à frente a organização e o envolvimento da família no trabalho.

tanto na propriedade particular, quanto na propriedade da cooperativa. Além das relações de parentesco presentes entre cooperados e seus familiares, participantes das atividades da cooperativa, os próprios cooperados estabelecem relações de parentesco entre si, sete deles são parentes. Estas relações se identificam da seguinte forma: a senhora Graciete e o senhor Laércio (marido e mulher), o senhor Ivanildo, o senhor Mário e a senhora Maria de Nazaré (Ivanildo é filho de seu Mário e sobrinho de dona Maria de Nazaré, seu Mário é cunhado de dona Maria) e a senhora Maria José e o senhor Almiro (primos). Os cooperados também estabelecem outros vínculos, como compadrio e vizinhança. Como por exemplo, dona Tereza que diz ser “comadre” de dona Maria de Nazaré. “Porque sou madrinha de Sandro”. Sandro é filho de dona Maria de Nazaré. As relações de vizinhança são identificadas pelos próprios cooperados, pois eles mesmos se chamam de “vizinho” e “vizinha”, como por exemplo: a senhora Graciete e o senhor Laércio, a senhora Maria José, a senhora Raimunda e o senhor Mauro que têm seus terrenos muito próximos um do outro, alguns adjacentes. Como também, o senhor Pedro e o senhor Raimundo que têm seus terrenos “quase frente a frente”.

Albadejo et al. (2002) consideram as relações de parentesco, compadrio e vizinhança fundamentais no trabalho e para consolidar “vínculos sociais” e garantir um “universo de sentido comum”.

Podemos então, caracterizar os cooperados da COOPSANT, como agricultores familiares, mesmo que muitos deles não vivam somente da terra. Wanderley (1996) define a agricultura familiar:

aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (Wanderley, 1996:01).

De acordo com o Estatuto da COOPSANT, os cooperados são caracterizados como “hortifrutigranjeiros”. Mas, suas atividades na cooperativa são: a produção da alface hidropônica, hortaliças, plantas ornamentais e medicinais. Contudo, não há cooperado que desenvolva todas estas atividades. A escolha do ramo de produção se deu pela afinidade ao trabalho agrícola desenvolvido. Como disse seu Ivanildo: “Eu planto as ornamentais e o alface na hidroponia, porque é esse trabalho que gosto na terra”. A cooperada Raimunda justificou: “Eu gosto de mexer com plantas, porque planta é vida”. A senhora Graciete chegou a receber financiamento para implementar o projeto de horta orgânica, ainda quando seu esposo o senhor Laércio não era cooperado. Contudo, ela desistiu. A cooperada, explicou:

O Laércio não gosta de trabalhar com verdura, o negócio dele é planta medicinal. Não adiantava pegar um financiamento pro que ele não gosta de trabalhar.

O senhor Laércio confirmou o que sua mulher falou: “é isso mesmo, o meu negócio é medicinal”. Em seguida, a senhora Alcinéia que trabalha junto com seu esposo, expôs outros motivos por ter optado pelo cultivo de hortaliças orgânicas, além da afinidade por este tipo de trabalho. Em sua fala se observa a preocupação com o meio ambiente, a necessidade de ajudar o marido no trabalho, como também o empenho de seu marido em aprender sobre o plantio.

A gente gosta do trabalho com hortaliças, se identifica com o plantio, tem preocupação com o meio ambiente para oferecer um alimento saudável para família e outras pessoas... Eu escolhi o trabalho na horta pra ajudar o meu esposo e também não dava para contratar gente... Logo que a gente chegou aqui observou que tinha que fazer alguma coisa pra sobreviver. A gente começou com uma pequena venda e fomos comprando terreno, a venda não deu certo. Aí começamos com uma pequena horta. Só que a gente não sabia como plantar, o que plantar. Aí o meu marido fez curso no JK de compostagem, aprendeu várias técnicas de plantio. Foi muito bom, porque ele aprendeu muitas coisas que a gente não sabia...Eu sempre gostei de plantar. Quando eu morava no Maranhão, que eu trabalhava em uma escola como professora, eu tinha horta caseira e doava as verduras para complementar na sopa da merenda escolar...

Os cooperados da COOPSANT são em sua maior parte do sexo masculino. São doze homens e seis mulheres que atuam na cooperativa. A faixa etária varia de trinta e quatro a sessenta e sete anos. A religião predominante é evangélica, pois oito cooperados se identificaram evangélicos. Seguido de seis católicos, dois judeus e um mórmon. Somente um cooperado afirmou que não tem religião. Dos dezoito cooperados atuantes na cooperativa, doze possuem renda mensal de outras fontes e atividades, três possuem renda proveniente somente da agricultura e três vivem de profissões esporádicas e sazonais como pedreiro, comerciante (dono de “ponto de açã”) e servente em uma escola do residencial (pluriatividades).

As rendas provenientes de outras fontes e atividades estão em sua maioria na faixa de um pouco mais de um salário mínimo. A senhora Graciete disse que é com dinheiro do aluguel de suas casas que “mantém isto aqui porque a planta medicinal ainda não tem retorno”. O senhor Antônio Matias, comentou: “o aluguel da kitinete dá uma ajuda para o nosso trabalho aqui, mas não é certo todo mês, às vezes atrasa e muito”. Apenas quatro cooperados chegam a ganhar dois salários provenientes de outras fontes e atividades. No que se refere ainda a estas tipificações de renda há somente dois cooperados que ganham menos de um salário. São aqueles que recebem somente o benefício de Programas Sociais. Existem seis cooperados contemplados em Programas Sociais. Segundo eles, o benefício ajuda na

compra de materiais escolares para seus filhos. A tabela 1 traça um breve perfil dos cooperados.

Tabela1- Perfil dos Cooperados

Cooperado	Idade	Sexo	Religião	Renda Proveniente somente da agricultura?	Outras fontes/atividades geradoras de renda
1	47	F	Evangélica	N	Funcionária pública
2	45	F	Evangélica	S	Bolsa Escola
3	53	M	Não tem	N	Aluguel de casa
4	63	M	Evangélica	N	Aposentadoria (func. público)
5	53	F	Católica	N	Comerciante
6	34	M	Evangélica	N	Pedreiro
7	61	M	Evangélica	N	Comerciante
8	52	F	Católica	N	Servente/Bolsa escola
9	59	F	Judaica	N	Aluguel de casa e pensão
10	41	M	Judaica	S	—
11	58	M	Evangélica	N	Aluguel de casa/Bolsa escola
12	45	M	Mórmon	S	—
13	41	M	Católica	S	Bolsa escola
14	59	F	Católica	N	Pensão
15	59	M	Católica	N	Caldeireiro e vigia/ Bolsa escola
16	39	M	Evangélica	N	Mecânico
17	67	M	Católica	N	Aposentadoria (Op. moto-serra) / Bolsa Escola
18	58	M	Evangélica	S	—

Os cooperados que vivem também de atividades sazonais e temporárias consideram estas atividades como um “complemento”. Para o senhor Armando que além de agricultor e cooperado desenvolve a profissão de pedreiro de forma esporádica, a atividade de pedreiro não é aquela em que ele se realiza profissionalmente, por isto, quer abandoná-la e se dedicar exclusivamente ao trabalho na terra. Porém, ele expôs o motivo de ainda não ter deixado de trabalhar como pedreiro.

Mesmo que o trabalho não seja toda semana, é de onde eu tiro minha maior renda, porque só como cooperado ainda não dá para manter eu e a família, mas o que eu quero mesmo é me dedicar para os trabalhos com as plantas e com a horta, eu tô trabalhando pra isso, pra viver só disso, porque é o que eu gosto...

Assim como seu Armando, a senhora Maria de Nazaré, servente temporária em uma escola do Residencial Almir Gabriel, disse que é com a atividade agrícola que ela se identifica.

O que eu ganho na escola ajuda muito, é um serviço temporário pode acabar qualquer hora, é um salário... Na verdade, o que eu gosto mesmo é do trabalho aqui em casa na horta, nas plantas, eu gosto de pegar na terra,

molhar as plantas, arrumar a terra, depois o nosso sustento vai ser tirado todo daqui mesmo, vai terminar o trabalho na escola...

Tanto o relato de seu Armando, quanto da senhora Maria mostram que é no trabalho como agricultores que eles se realizam profissionalmente; a terra servirá para dona Maria como a única fonte de renda familiar. Para seu Armando, este é um objetivo a ser alcançado. Os cooperados que têm outras profissões permanentes, também se identificam com o trabalho agrícola, por exemplo, a senhora Maria José que exerce a função de auxiliar de enfermagem. Justificou: “eu gosto de cuidar das minhas plantas, sempre gostei, pena que eu não tenho muito tempo...”. A senhora Graciete que tem casas alugadas como principal fonte de renda, a qual mantém o cultivo das plantas medicinais expôs as suas expectativas para o futuro: a terra como meio de subsistência e fonte de renda, mesmo que o tamanho de sua propriedade não seja considerado ideal por ela.

Não são apenas os cooperados que desenvolvem atividades paralelas que se identificam com a atividade agrícola. Também, se identificam aqueles que deixaram suas profissões anteriores e passaram a se dedicar somente ao trabalho na terra. Como o senhor Mauro e o senhor Ivanildo. O senhor Mauro, mesmo já tendo trabalhado na terra desde criança, foi padeiro, mas abandonou esta profissão, porque era “desgastante”. Ele disse o que gosta de fazer: “Eu amo trabalhar na terra”. Ele logo se adaptou ao trabalho de agricultor. Foi o que ocorreu também com o senhor Ivanildo, diretor operacional da cooperativa. Ele também já havia trabalhado na terra desde a infância, mas passou muito tempo afastado da agricultura, pois exerceu diversas profissões, sendo a última, pedreiro. Hoje, ele é o maior produtor de cactus e plantas ornamentais da COOPSANT. Ele comentou: “agora me dedico à hidroponia e às plantas, nem tive mais tempo de ter outra profissão”. Além destes, pode ser citado o senhor Laércio. Este já exerceu outras profissões, mecânico industrial e comerciante, mas agora se dedica somente ao cultivo de plantas medicinais. Ele comentou: “é isto que gosto de fazer, não penso em fazer outra coisa”.

O trabalho na terra traz realizações profissionais, pessoais e familiares. Contudo, as dificuldades enfrentadas, são inúmeras. O senhor Rodrigo comentou sobre as dificuldades enfrentadas pelos cooperados. Estes se identificam como “agricultor”, “agricultor familiar” e “produtor rural”.

A vida do agricultor, do produtor, é assim, muita dificuldade, pra ter terra, pra conseguir embalagem, pra conseguir adesivo de código de barra, pra conseguir financiamento pra comprar material, eu falo, pá, ancinho o que usa na terra, pro conhecimento pra lhe dar com a terra, tem coisas que só um técnico formado pode fazer pra ajudar o agricultor...

Em seguida, o cooperado ainda comentou sobre as dificuldades enfrentadas para conseguirem informações e “apoio” em suas atividades junto à Prefeitura Municipal de Marituba e o quanto é importante ter acesso à informação para superar dificuldades e conquistar melhorias no trabalho como agricultor .

...Aí a gente tem que ir atrás, ir cedinho na Prefeitura, espera muito pra ser atendido. É assim que as autoridades tratam um pobre produtor. A gente pode lutar com uma dificuldade dessa?...É muita burocracia que atrapalha a vida de qualquer um. Um produtor, se não for orientado, informado, nunca vai sair destas dificuldades, vai continuar com seu chapéu de palha e o seu cigarro.

A senhora Alcinéia foi outra cooperada que comentou sobre as dificuldades enfrentadas como agricultora e produtora de hortaliças orgânicas, assim como, aquelas enfrentadas pelos demais agricultores da cooperativa.

As dificuldades são com os custos do produto orgânico, é mais caro, às vezes até o triplo do convencional e ter que competir com o convencional, as pessoas não querem pagar o valor do orgânico, a certificação é outra dificuldade que a gente não tem para poder comercializar (no supermercado), o meu é orgânico, a gente não usa agrotóxico, a gente mesmo que prepara o inseticida, é natural. Mas, o que garante que o produto é orgânico, é a certificação. Outra dificuldade é o transporte, nós da agricultura familiar, não temos condução própria, um carro para transportar a produção, o máximo é a bicicleta, que dá pouco coisa para transportar e ainda tem que fazer várias viagens. O carro faz muita falta.

A gente tem também dificuldade na opção do que plantar em fazer pesquisa de mercado, saber o comportamento do mercado, tem que ter técnico competente pra ajudar, mas a gente procura os órgãos competentes.

O senhor Laércio também comentou sobre os obstáculos que ele enfrenta como “*produtor de ervas medicinais*”, disse que persiste neste ramo de produção e mostrou-se preocupado com a preservação das ervas .

... tô tentando, insistindo porque não tem mercado pra gente trabalhar”... Eu tenho visão do passado, são as pessoas antigas que conhecem as plantas medicinais, as novas querem comprar o remédio mecânico, agora é só informática. Era digital. Não tem uma política voltada para as medicinais, os grandes laboratórios não deixam, eles não dizem que preparam remédios das medicinais”.

Eu tava lendo uma reportagem do Egito, lá eles embalsamavam com as ervas medicinais. Se não tiver alguém que preserve, um dia não vai mais ter, porque o planeta tá se acabando.

Wanderley (1995, citada por Wanderley, 1996, p.10) expôs diversas dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar, dentre elas, o acesso a terra e o lugar periférico e subalterno que a agricultura familiar sempre ocupou na sociedade brasileira. Para Wanderley (1996), a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido, pois recebeu

estímulo da política agrícola que passou a modernizar e assegurar sua reprodução¹⁷. Schmitz & Mota (2007) perceberam outras dificuldades, como: a atomização da categoria como ator no mercado, as dificuldades de organizar a ação coletiva e a profunda heterogeneidade das condições de reprodução social dos agricultores. Destacaram a pobreza marcando o cotidiano de muitas famílias no meio rural devido à transferência de renda para setores não-agrícolas.

Neves (2002, citado por Schmitz e Mota, 2007, p. 05) faz referência a agricultura familiar como categoria social e de ação política reconhecida hoje. Para Schmitz et al. (2007), tanto no debate acadêmico, quanto nas políticas públicas a agricultura familiar durante um bom tempo não foi considerada importante para o desenvolvimento rural.

Freqüentemente, usava-se a expressão pequenos produtores para descrever esta categoria que parecia ter o seu futuro irremediavelmente marcado pela eliminação, cedendo lugar às empresas agropecuárias, no processo de modernização capitalista. (Schmitz et AL., 2007:21).

Segundo Schmitz & Mota (2007), muitos autores recorreram a diferentes estudos sobre o desenvolvimento dos países europeus (Alemanha, França, Polônia), asiáticos (Japão, Coreia, Filipinas, Indonésia) e norte-americanos (Estados Unidos, Canadá) para demonstrar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento da sociedade.

Como foi verificado, os cooperados se identificaram como “agricultor”, “produtor” e “agricultor familiar”. Disseram “sou agricultor, sou produtor, sou agricultor familiar”. Neste caso, enfatizaram a dimensão individual ou pessoal da identidade (Oliveira, 1976:04). Como também, a dimensão coletiva ou social da identidade, Oliveira (1976:04). O presidente enfatizou a dimensão coletiva da identidade, em uma reunião na cooperativa se referindo ao grupo: “aqui é agricultura familiar” e a senhora Alcinéia: “nós da agricultura familiar” e outro cooperado que não quis se identificar: “a vida do agricultor, do produtor é assim...”. A discussão da identidade foi travada por diversos autores, como: Berger e Luckmann (1985), Oliveira (1976), Oliveira (2006), Goffman (1988), Castells (2002), Erikson (1972), dentre outros.

Oliveira (1976) considerou que, tanto a dimensão individual, quanto a dimensão coletiva da identidade são importantes. Ele também denominou estas dimensões de níveis. Para o autor, antropólogos e sociólogos têm procurado mostrar que estes níveis estão interconectados e fazem parte de um mesmo fenômeno, porém o nível individual é objeto de estudo da Psicologia e o nível social da Sociologia e Antropologia. Todavia, “a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também de algum modo é um reflexo

¹⁷ “Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como registro da luta para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade” (Wanderley, 1996:10).

daquela” (Oliveira, 1976:05). Por isto, a identidade deve ser vista como “um fenômeno bidimensional” que permite incorporar as contribuições dos estudos psicológicos aos estudos sociológicos e antropológicos.

Segundo Castells (2002:22), identidade de atores sociais pode ser entendida como "o processo de construção de significado com base em atributo cultural". Erikson, quem, segundo Outhwaite & Bottomore (1996:369), mais desenvolveu a idéia da identidade, se refere a James que tem descrito o sentimento de identidade "da melhor maneira possível" (James, 1920, citado por Erikson, 1972, p.17-18): "O caráter de um homem é discernível na atitude mental ou moral em que, quando chegou o momento de revelar-se-lhe, ele se sentiu mais profunda e intensamente ativo e vivo. Em tais momentos, existe uma voz íntima que nos fala e diz: 'Isto é o que realmente eu sou!'".

Para Oliveira (1976), a identidade está em processo, sua construção supõe relações sociais e não se dissocia da dimensão cultural. Berger & Luckmann (1985) compartilham desta idéia e vão além. “A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais...” (Berger & Luckmann, 1985:228). Para os autores os processos sociais que atuam na formação e conservação das identidades são determinados pela estrutura social. Falam em tipos de identidade como produtos sociais “que podem ser observados na vida cotidiana”. Desta forma, não existe uma única identidade. São construídas identidades pelos indivíduos e grupos de acordo com suas relações. A identidade pode ser atribuída ou auto-atribuída. Na primeira situação é como você vê o outro ou os outros. Goffman (1988) considera que a identidade social e pessoal fazem parte dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo na qual a identidade está em questão e Oliveira (2006) fala em “reconhecimento pelos outros”. Na segunda situação é como você se vê. Oliveira (2006) chama de “auto-reconhecimento”.

Oliveira (1976), (2006) e Castells (2002) desenvolvem o conceito de identidade. Porém, o conceito de identidade desenvolvido por eles, se concentra na discussão da identidade étnica. Contudo, este não é o foco deste trabalho. Pretende-se discutir a identidade profissional, agricultor e cooperado, que se cria em um contexto cultural.

A identidade profissional é identificada na fala dos cooperados, quando perguntamos qual era a profissão deles, “o que você é e faz?” a senhora Alcinéia respondeu:

eu sou professora de primeira a quarta série, no momento não estou exercendo não, agora agricultora, é daqui que a gente tira nosso sustento, do trabalho na horta”. Em seguida, o senhor Alício falou: “sou aposentado, já fui funcionário público e hoje sou também agricultor, eu gosto desse trabalho, hoje é isso que eu sei fazer e eu sou secretário na cooperativa”. O senhor Pedro disse: “Eu sou agricultor meu trabalho foi e é na agricultura,

sempre trabalhei na agricultura, plantei feijão, pimenta, lá em Primavera, fui presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de lá..tô também na cooperativa, como cooperado”. O senhor Raimundo comentou:“... fui lavrador no Piriá, fui operador de motoserra...

Outros cooperados responderam. A senhora Maria José: “eu sou funcionária pública e me considero também agricultora..., na cooperativa, eu sou presidente do conselho fiscal”. O senhor Gileno disse: “eu sou agricultor e presidente na cooperativa”. O senhor Ivanildo respondeu:

eu sou pedreiro e agricultor, eu trabalhava como pedreiro, cheguei aqui, ingressei no trabalho dos alfaces, das plantas e não tive mais nem tempo de trabalhar como pedreiro, agora eu sou mais é agricultor.

A senhora Maria de Nazaré, argumentou:

eu sou agricultora e servente, mesmo trabalhando na escola, é serviço temporário, não sei até quando vou ficar, depois eu vou ter que viver, é daqui, como agricultora.

O filho da senhora Maria, Sandro, comentou: “eu sou agricultor, mesmo fazendo serviço por fora porque me dedico a hidroponia, as hortaliças e as plantas”. A senhora Graciete, falou: “eu sou agricultora, mesmo não tando direto no trabalho, cuidando da casa, a gente é agricultor...”

Observou-se a existência de identidades, como dizem Berger e Luckmann, (1985) “tipos de identidade”, que foram construídas a partir das relações sociais vivenciadas pelos agricultores cooperados. Identidades diversas, não apenas como cooperado e agricultor, assim como: pedreiro, professora, servente, dona de casa, funcionária pública, operador de motoserra, dentre outras. Como por exemplo, a senhora Graciete, que disse ser dona de casa e agricultora, também é cooperada e já foi assentada junto com seu Laércio, quando se uniram ao MST. Seu Laércio foi comerciante, assentado, mecânico industrial, atualmente é “produtor” e cooperado. O senhor Laércio, argumentou: “*agora sou produtor de ervas medicinais...*”. Além disto, verificamos certa dualidade quanto à identidade na argumentação de seu Mauro e seu Raimundo. O senhor Mauro apresentou insatisfação com os problemas na produção (baixa produtividade), por isto mostrou incerteza quanto ser ou não agricultor, porém ao mesmo tempo expôs o seu desejo em fazer faculdade de agronomia para ampliar seu conhecimento e permanecer no trabalho na terra, ou seja, em ser agricultor.

Eu amo trabalhar na terra, mas hoje eu tenho vergonha de dizer que sou agricultor, porque não tô produzindo quase nada. Eu não sei, o que eu sou, mas eu vou fazer agronomia, vou continuar trabalhando com a terra, eu vou ser um agricultor com conhecimento. Eu sou apaixonado pela terra.

O senhor Raimundo parece ter se identificado como agricultor “... hoje eu zelo pelo sítio, capino, planto...”. Mas, ficou em dúvida, se o trabalho desenvolvido como cooperado na atividade da hidroponia é considerado uma profissão. Ele justificou:

...Quem tá acostumado a trabalhar no pesado pega uma enxada todo tempo. Esse trabalho de lá é pra enterter o tempo. Hoje eu não tô no pesado, eu era acostumado a trabalhar no pesado, trabalhava, semana, mês, ano na lavoura. Eu acho que o trabalho da cooperativa não é profissão por isto...

Os cooperados também comentaram sobre a sua identidade como cooperado, quando foi feito o questionamento, o que é ser um cooperado? além disto, relataram a sua identificação com a cooperativa, quando foi perguntado porque se associaram à cooperativa. Eles falaram do retorno que a cooperativa tem proporcionado, suas perspectivas futuras e a necessidade de se organizar via cooperativa para prosperar. A senhora Alcinéia argumentou: “cooperado é ser parceiro, as pessoas têm que se unir em prol de uma coisa, eu entrei na cooperativa para crescer, ter retorno”. A senhora Graciete fez seu comentário:

Ser cooperado é se ajudar, colaborar com o coletivo, pensar no futuro pra ter uma renda..... resolvemo entrar na cooperativa pra vê se tem melhora... A cooperativa ajuda a gente, sem ela a gente não chega a lugar nenhum, a gente precisa se organizar. Para o meu marido colocar planta no mercado foi pela cooperativa, ele faz curso, vende no supermercado Yamada Plaza pela cooperativa, se tem evento, as plantas também são vendidas. A cooperativa tem mil e uma utilidades. É essa nossa vida”.

Logo depois, o senhor Antônio Matias, falou:

“Eu entrei na cooperativa porque cada um de nós tem que se encostar numa cooperativa porque é por lá que você pode pegar financiamento, dá pra encaminhar um aposento, dá pra dar entrada num papel pra conseguir um terreno, a cooperativa ajuda a conseguir muitas coisas.

Para os cooperados, a cooperativa representa uma possibilidade para alcançar uma ascensão econômica e social futura. Martins enfatiza este aspecto quando se refere às pesquisas de Wanderley sobre os assentamentos diz que ela observou “algo presente na consciência do assentado: o desejo e a busca de ascensão social...” (Martins, 2003:77). Este fator é o principal objetivo dos cooperados.

Muitos cooperados disseram que preferiam trabalhar como agricultores em suas propriedades a serem “empregados” em outras atividades para serem “donos” de seu trabalho e “negócio”. A preferência se dá ao trabalho realizado nas propriedades particulares, sejam com atividades destinadas à cooperativa, sejam com outras atividades como agricultores autônomos. O trabalho de forma coletiva como cooperado é preterido por alguns deles. A senhora Maria de Nazaré, trabalha na sua propriedade e não na cooperativa. Perguntei a dona Maria porque ela não trabalhava na cooperativa na atividade da hidroponia junto com seu filho Sandro. Ela respondeu:

eu prefiro trabalhar aqui na minha área, na minha horta, porque eu mando e desmando no meu trabalho o que eu fizer sou eu mesmo que respondo, aqui cada um sabe da sua tarefa, eu não trabalho na cooperativa, daqui é o Sandro, ele gosta daquele trabalho, de trabalhar no grupo mesmo, lá tem muita cabeça diferente.

Na verdade, os agricultores familiares normalmente preferem a autonomia no trabalho que fornece a sua identidade. A comercialização coletiva não altera este quadro, pois não é o centro de suas atividades (que é a produção). Não se identificam como comerciantes. Porém, o trabalho coletivo na produção coloca outras questões importantes para a pesquisa. Enquanto a cooperação no âmbito de uma fábrica de propriedade dos operários pode significar uma diminuição da alienação do trabalho, no caso dos produtores familiares rurais, o trabalho coletivo pode aumentar a alienação e levar a uma perda de autonomia não desejada com transformações na gestão familiar do trabalho, nos seus padrões de sociabilidade e nas práticas agrícolas baseadas no saber autóctone. Como agricultores eles têm experiências diferenciadas e estão acostumados com o trabalho individual e coletivo quando há a participação da família em seus estabelecimentos. Em virtude desta problemática, Reis (2002) considera que muitas associações e cooperativas de agricultores no Estado do Pará apresentam dificuldades para gerenciar suas entidades quanto à comercialização, produção e tomar decisões em conjunto. O cooperado Antônio Matias argumentou a sua preferência pelo trabalho como agricultor. Ele enfatizou a questão da autonomia.

Eu gosto de trabalhar na agricultura porque eu não sou mandado por ninguém, trabalho de empregado é muito pior do que trabalhar assim. Eu trabalho confiando de que na terra eu arranjo a minha sobrevivência. Trabalho de empregado tem hoje, amanhã pode ser que não, um dia se pensa que tá empregado, no outro tá desempregado. Aqui não, um dia tá ganhando mais, tá ganhando menos, mais todo tempo tem alguma coisa, tem comida e se arruma dinheirinho pra comprar as coisas que se precisa...

Sendo assim, no meio rural, a organização do trabalho pautada numa relativa autonomia é muito valorizada socialmente.

...de maneira geral, o acesso à terra no passado e no presente significa a possibilidade de independência e autonomia para uma população que teve a sua reprodução social, muitas vezes, dependente da grande propriedade ou, mesmo no seu interior, a partir de relações de trabalho que mesclavam compadrio, parentesco e camaradagem em oposição à liberdade” (Schmitz et. al, 2007:30).

O produtor familiar rural no seu trabalho cotidiano se aproxima muito da idéia proposta por Marx, quando sugeria o ser humano universal, capaz de "caçar de manhã, pescar de tarde, cuidar do gado antes de anoitecer e fazer crítica após o jantar [...] sem jamais se tornar caçador, pescador, pastor ou crítico" (Marx & Engels, 2005, p.59-60). O relato de dona

Maria e seu Matias estão coerentes com a idéia de Marx, como também o da senhora Alcinéia e do senhor Armando. A senhora Alcinéia retrucou:

... eu era contratada como professora, não tinha segurança. É preferível você trabalhar em algo que tenha segurança, aqui como agricultora. Aqui é uma coisa minha, da família, você faz o seu horário de trabalho, calcula seus lucros, o que produz, o negócio é meu, do marido...

Em seguida, o senhor Armando, que além de agricultor e cooperado trabalha como pedreiro, comentou que pretende ser um micro-empresário ao se dedicar somente para produção de hortaliças e plantas.

...Eu tô abrindo uma firma que vai se chamar flores e companhia vai ser uma prestadora de serviço, voltada pras plantas, serviço de jardinagem, poda de árvore, fornecimento de mudas, venda de plantas, compra pra revender e ainda mais coisas que ainda tô pensando... Eu quero ser dono do meu negócio, fazer no meu tempo, trabalhar pros outros a gente fica preso.

Como foi visto, o trabalho individual é valorizado pelos cooperados. Singer (2002) mostrou que esta preferência se dá também em algumas iniciativas do MST, onde tentativas de organizar a produção agrícola de forma coletiva enfrentam rejeição e baixo grau de adesão dos agricultores. Nos assentamentos predomina a produção individual, como foi mostrado por ocasião do I Censo da Reforma Agrária em 1997: 93,96% contra apenas 1,21% de produção coletiva e 4,82% de forma mista (Souza, 1999, p.150)¹⁸ Estudos mostram que muitas famílias se retiraram de cooperativas abrindo mão de seus direitos, principalmente, pelo magro retorno econômico da produção coletiva, descontentamento com a falta de incentivos aos que trabalham mais e produzem melhor e insatisfação com o papel do trabalho familiar no coletivo (Singer, 2002b:111). Assim, o problema da cooperação se refere mais à produção, enquanto a criação de estruturas coletivas nos assentamentos (ocupação espacial, geração de infra-estrutura) enfrenta menos resistência (Mendonça, 2004). Lembramos a resistência contra a introdução da produção coletiva nos países do socialismo real através da coletivização forçada.

A importância da identidade na organização associativa, junto com a mobilização necessária, aproxima este tipo de ação coletiva às características dos movimentos sociais. Laville & Sainsaulieu (2002) consideram que uma cultura forte suscetível a criar a inter-

¹⁸ Num assentamento dirigido pelo MST no Sudeste do Pará, recentemente, "...mais de 95%, segundo os próprios responsáveis pelos núcleos de famílias, dizem desenvolver apenas atividades produtivas de forma individualizada ... Um total de mais ou menos 48% dos componentes destes núcleos de famílias não realiza nenhum tipo, ou quase nenhum tipo de cooperação, seja troca de trabalho ou serviço, realização de mutirões ou outra destas ações. ... Desta forma ... das 346 famílias vinculadas, 329 (95,09%) trabalham unicamente de forma individual, 13 (3,75%) trabalham de forma semicoletiva e 04 (1,16%) trabalham exclusivamente de forma coletiva em seu núcleo" (Monteiro, 2005, p.88, 91, 74).

compreensão e principalmente o reconhecimento mútuo são estratégias que mantêm a identidade do grupo.

Um dos maiores recursos do poder na verdade não se apóia na capacidade (expertise), na comunicação, na alocação de recursos ou na redefinição das regras, mas nos problemas de reconhecimento social dos indivíduos que, em troca de um engajamento autônomo, polivalente, até amplamente voluntário, demandam na realidade uma atenção associativa a seus esforços" (Laville & Sainsaulieu, 1997:288).

Sainsaulieu & Kirschner (2006) tratam da formação de identidades coletivas nas relações organizadas de trabalho que se constituem devido à extrema variedade de relações e de poderes definidos pela organização do trabalho. Segundo os autores, a empresa organiza as relações entre indivíduos, cognitivas e afetivas, "... é na realidade um alto lugar da socialização, da construção da definição de si e dos outros...é fonte de aprendizagem cultural"¹⁹ (Sainsaulie & Kirschner 2006: 1999). Além disto, dizem que "a mudança nas representações que podem conduzir a outros olhares sobre si e sobre os outros, e a evolução das identidades coletivas, resulta, portanto de processos sociais grupais e relacionais" (Sainsaulie & Kirschner 2006: 205). Sobre este aspecto, consideramos que as organizações associativas também organizam as relações entre seus associados e nelas são produzidas tanto identidades individuais, quanto coletivas, onde são construídas definições de si e dos outros, assim como estão sujeitas às modificações mediante a "processos sociais grupais e relacionais". Na COOPSANT, as relações se desenvolvem no dia a dia dos cooperados, nas reuniões, na comercialização, na participação em feiras e demais eventos, na participação em mutirões, em cursos. Estas relações permitem criar a identidade do grupo "nós agricultores familiares e cooperados" e sua afirmação como tais perante os outros, como disse o cooperado Armando, "eu quero que vejam a gente como agricultores de uma cooperativa", como falou seu Alicio "a gente já é reconhecido lá fora", como disse seu Laércio

...já veio até gente de fora pra conhecer o que a gente faz aqui, do Ministério da Agricultura, de universidade de fora, bateram foto, parece que vai está num calendário, a gente tá ficando importante.

Sobre este assunto, o presidente comentou:

a gente é reconhecido por aí, no mercado, porque a cooperativa tá crescendo, por onde eu vou eu, falo da experiência da cooperativa, eu sempre sou convidado a dar palestras e falo do sucesso da cooperativa, é claro que tem seus problemas, mas a gente tá crescendo como membro da cooperativa, agricultor e a gente quer crescer mais...

¹⁹ Sainsaulie & Kirschner (2006) utilizam o conceito de aprendizagem cultural da antropóloga Margaret Mead. "Falar de aprendizagem cultural significa, então, que as pessoas podem mudar de cultura, ou fazer evoluir seus sistemas de representação...Para falar de aprendizagens específicas à empresa, seria preciso imaginar que a própria experiência da vida em organização possa criar zonas ou contextos específicos de aprendizagem" (Sainsaulie & Kirschner, 2006:200).

Quanto à questão da identidade, foi observado na COOPSANT três tipos de cooperados:

a) Tipo agricultor autônomo que transfere algumas atividades para a cooperativa (comercialização), mas não participa na produção coletiva; como por exemplo: o cooperado Pedro Reis e a cooperada Raimunda que produzem plantas ornamentais em suas propriedades, contudo não participam da atividade da hidroponia realizada de forma coletiva, mas comercializam suas plantas pela cooperativa.

b) Tipo agricultor autônomo que produz no seu lote e de forma coletiva, na atividade da hidroponia como, por exemplo, o senhor Ivanildo.

c) Tipo operário que produz exclusivamente de forma coletiva, como por exemplo, o senhor Raimundo que atua apenas na atividade da hidroponia. Estas caracterizações serão melhor observadas quando for discutida a organização do trabalho no capítulo seguinte.

Para Bernoux (2005:195)

a identidade é aquilo pelo que o indivíduo se define a si mesmo socialmente. Ele pertence a vários grupos sociais: o da sua origem geográfica, a sua família, a sua profissão, a sua empresa..., a sua religião, o seu partido político, etc...

Ele ainda considerou que com a identidade entramos no campo das representações “cujos resultados são perfeitamente visíveis”. Conota “a pertença graças à qual um indivíduo se define... fundamenta a comunidade, no sentido em que esta se define por uma ação comum”. Sobre o sentimento de pertencimento enfatizado por Bernoux como parte integrante da identidade, seu Marcelo falou:

eu já me afastei da cooperativa por causa de umas coisas aí, mas resolvi voltar porque eu tenho como contribuir e não penso mais em me afastar, fui até convidado pra ser vice-presidente pelo presidente na reunião.

Seu Marcelo não comentou sobre o seu afastamento. O senhor Almiro, responsável pela venda da alface, argumentou: “esse aqui é meu trabalho, não me vejo longe daqui, é como se fosse uma família”. Em seguida, o senhor Laércio, “produtor de plantas medicinais”, falou:

agora sim, pertenço à cooperativa, tô no grupo, já sou um cooperado, tem mais ou menos de três a quatro meses que entrei e tô pagando as quotas pra lutar se melhora a comercialização pras medicinais, antes era só minha mulher, lá dentro posso lutar por isso.

A cooperativa é um empreendimento coletivo bem sucedido, mesmo com os problemas já apontados pelos agricultores cooperados. Compreende identidades coletivas e

individuais que identifica principalmente o caráter profissional de seus membros a partir de relações construídas entre eles, criando uma relação de pertencimento ao grupo.

4. GRUPOS, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

4.1 A DINÂMICA ENTRE OS GRUPOS

Segundo Olson (1998) a palavra grupo é usada para “significar um grupo de indivíduos com um interesse comum” (Olson, 1998:07). Para o autor (1998), a função primária das organizações é fazer avançar os interesses comuns ao grupo de indivíduos. Contudo, também existem “interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros da organização ou do grupo” (Olson, 1998:8). Estes interesses são conduzidos por ações individuais, não organizadas que são realizadas de forma mais rápida. Acredita-se que pode haver uma maior facilidade para efetivar ações individuais, uma vez que elas não dependem das ações e tomadas de decisões do restante do grupo, as quais requerem um tempo maior. Porém, a organização deve ser pensada a partir do coletivo e não do individual, senão perde a sua nobre função.

A ação individual e não organizada não terá capacidade para avançar minimamente para o interesse comum ou, pelo menos, não terá capacidade para o fazer adequadamente” (Olson, 1998:7).

Mancur Olson (1998) é um dos representantes da teoria da escolha racional. Esta é uma abordagem econômica que explica diversos aspectos da vida social como o comportamento social e político das pessoas a partir do pensamento econômico. Considera que os indivíduos agem racionalmente.

A teoria da escolha racional é um modelo teórico que não deve ser na sua aplicação confundido com a realidade. Pois, a realidade não está detida exclusivamente às questões econômicas, muito menos se pode dizer que o comportamento dos atores está voltado somente para tal finalidade.

Segundo Olson (1998), a ação coletiva é definida como toda ação de um grupo para a produção ou a obtenção de um bem público ou coletivo, ou seja, aqueles que quando alcançados por uma ou várias pessoas em um grupo, não devem ser negados ou retirados dos demais. A produção do bem coletivo depende do custo que alguém do grupo está disposto a pagar para que o bem seja produzido. O autor acredita que membros de um grupo com interesses comuns não atuam de forma voluntária para promover esses interesses, principalmente quando envolvem objetivos econômicos. O principal argumento de Olson se baseia no fato observado de que alguém que não pode ser excluído de obter os benefícios alcançados tem pouca motivação a contribuir para a ação. Para esta pessoa introduz o termo de "aproveitador" (*free rider*).

Olson (1998) diz que a ação coletiva é praticada por grupos de indivíduos através das organizações. Para construir a sua teoria dos grupos, o autor fez referência aos cientistas políticos Harold Laski e Arthur Bentley. Ainda utilizou o pensamento do psicólogo social Leon Festinger. Laski aponta o papel das associações: *"As associações existem para responder aos objetivos comuns a um grupo de homens"* (Laski, citado por Olson, 1998, p.6). Bentley, fundador da teoria dos grupos na ciência política, comenta: "Não existe grupo sem um interesse" (Bentley, 1908, citado por Olson, 1988, p.7). Festinger ressalta a importância dos grupos.

A atração pela adesão a um grupo não está no foco de ser apenas membro do grupo, está antes na vontade de atingir alguma coisa através deste estatuto. (Festinger, citado por Olson, 1998, p.06).

A definição de grupo concebida por Olson (1998) e pelos autores por ele citados, contribuiu para observar a dinâmica entre os grupos na Cooperativa Agrícola Santo Antônio. A cooperativa é constituída pelos seguintes grupos: 1 - Grupo da hidroponia; 2 - Grupo da horta Orgânica; 3 - Grupo de Planta.

O grupo da hidroponia produz a alface hidropônica na propriedade da cooperativa. O grupo da horta orgânica produz hortaliças, como cheiro-verde e couve, e o grupo das plantas produz plantas ornamentais e medicinais. Os cooperados que participam do grupo da horta orgânica e do grupo das plantas produzem em suas propriedades particulares, porém não de forma coletiva (com outros membros dos grupos). A participação dos familiares nas atividades se dá nos três grupos. Esta questão será discutida no tópico que discute a organização do trabalho.

Com a venda das plantas dos cooperados, é abatido cinco por cento do valor e revertido para a COOPSANT a fim de pagar seus custos, como por exemplo, energia. Esta norma foi estabelecida em assembléia. Como no grupo da horta orgânica, os agricultores comercializam predominantemente de forma individual como agricultores autônomos, não é abatido os cinco por cento da venda das hortaliças orgânicas para a cooperativa. Mas, quando eles participam como cooperados nos eventos, por exemplo, em feiras, representando a COOPSANT, o valor é abatido e revertido para cooperativa. Sobre este assunto a ex-presidente do conselho fiscal, Maria José, comentou:

o grupo do orgânico só irá abater os cinco por cento, quando eles comercializarem pela cooperativa nos supermercados. A Sagri e o Ministério da Agricultura estão com a gente pra conseguir a certificação para eles comercializarem pela cooperativa nos supermercados.

O abatimento dos cinco por cento nas vendas se dá de forma individual, ou seja, de acordo com a produção comercializada de cada agricultor. Assim, recebem de acordo com o

que produzem. No grupo da hidroponia é diferente. É abatido sessenta por cento da venda do alface do grupo de plantas e não de forma individual, pois o trabalho é realizado de forma coletiva como veremos posteriormente. O valor é para pagar o financiamento bancário que custeia a atividade da hidroponia. O restante é para pagar as despesas da cooperativa e, quando tem sobra, é dividida entre os cooperados deste grupo ou aplicado em conta bancária.

O grupo de plantas e o grupo da hidroponia vende sua produção para os supermercados Yamada e Nazaré. Os membros do grupo da horta orgânica vendem de forma individual nas feiras, “mercadinhos” e para “vizinhos”.

A maioria dos cooperados pertence a um grupo. A tabela abaixo, visualiza a integração dos cooperados nos grupos da cooperativa.

Tabela 2- Integração dos cooperados nos grupos da cooperativa

Cooperado	Grupo da Hidroponia	Grupo de Plantas	Grupo de Horta Orgânica
1	X	--	--
2	X	--	--
3	X	--	--
4	--	X	--
5	--	X	--
6	--	X	--
7	--	X	--
8	--	--	X
9	--	--	X
10	X	X	--
11	X	X	--
12	X	X	--
13	X	--	X
14	X	--	X
15	--	X	X
16	X	--	--
17	--	X	--
18	X	X	X

Como foi observado dos dezoito cooperados atuantes, onze integram somente um dos grupos e sete integram mais de um grupo. Apenas um cooperado participa dos três grupos. Trata-se do presidente da cooperativa (número dezoito). Ele somente não participa da produção de plantas medicinais do grupo de plantas. O cooperado que corresponde ao número dezesseis integra o grupo da hidroponia. Sua participação se realiza de forma diferenciada, pois ele é o único responsável pela venda da alface. O cooperado correspondente ao número dezessete integra o grupo de plantas, porém está afastado atualmente da produção, pois está com “pouca planta”. Entretanto, procura se inserir e participar das demais atividades da cooperativa como os mutirões e reuniões.

No âmbito da organização foi observada a participação concreta. Aquela que se manifesta no cotidiano dos cooperados, nas assembléias e entre os grupos. A COOPSANT é

uma organização que pratica a autogestão, sendo seus membros os “donos” da organização. Portanto, querem deliberar, discutir, elaborar pautas de discussão e tomar decisões. Nas assembleias e entrevistas foi os interesses divergentes, a formação de grupos, as zonas de incertezas, os trunfos, a manifestação para ação coletiva, assim como a dificuldade para praticar a cooperação. Desta forma, a participação não é concebida aqui a nível mais amplo e geral, como a participação política e social tratadas por Amman (1977), Kersnetzky (2002), Avritzer (1997), Demo (1996), Bordenave (1994), Conceição (2001) e Conceição & Maneschy (2003).

É possível que os cooperados que participam de mais de um grupo exerçam uma influência maior nas atividades e deliberações da cooperativa. Contudo, não são todos que participam de mais de um grupo que exercem tal influência. É necessário ter “trunfos” e manter as zonas de incerteza, ou seja, espaços livres onde se localiza o poder (Crozier & Friedberg, 1993). Nestes espaços, a relação de força aumenta quando o indivíduo consegue tornar o seu futuro comportamento imprevisível para o outro. Raramente alguém cujo futuro comportamento é totalmente previsível (transparente) consegue ganhar o jogo²⁰ (Crozier & Friedberg, 1993). Enquanto cada ator quer reduzir a complexidade, quer dizer, a imprevisibilidade do outro, no mesmo tempo é preocupado em aumentar a complexidade do seu próprio comportamento para os outros. Pode-se citar o senhor Ivanildo e o senhor Gileno como aqueles que exercem uma influência maior na cooperativa, têm trunfos e mantêm suas zonas de incerteza. O senhor Ivanildo, diretor operacional, tem seu terreno vizinho ao da cooperativa, é beneficiado, segundo alguns cooperados, na comercialização das plantas pela proximidade de seu terreno ao terreno da cooperativa quando “pessoas de fora” vão até o terreno da cooperativa à procura de plantas. Ele é o cooperado que mais tem familiares envolvidos nas atividades da cooperativa (cinco familiares). Como diretor operacional, controla o trabalho da hidroponia e supervisiona a comercialização do alface e das plantas. O senhor Gileno, presidente da cooperativa, comercializa palmeiras produzidas em sua propriedade também direto com consumidores. Como fazem contatos externos e têm acesso privilegiado sobre as informações devido à função que assumem, a comercialização de seus produtos é facilitada na opinião de muitos cooperados. Por isto, consideram que eles são os maiores beneficiados. Assim, dispõem de trunfos. O comentário do senhor Rogério se referiu a um grande trunfo de seu Ivanildo na comercialização:

As pessoas vão lá na cooperativa e procuram planta, só que lá não tem planta, só alface. Como a área do Ivanildo é do lado da cooperativa, só ele

²⁰ O jogo é entendido como decisões estratégicas tomadas pelos atores para resolução de problemas.

vende e só quando falta a dele, quando ele não têm uma planta, é que vem aqui avisar pra gente. As pessoas vieram aqui e compraram a planta dele para ornamentar a igreja quando o Papa veio pro Brasil. Ele que tá crescendo, aparecendo. Quem tá na beira do fogo se esquenta melhor. O certo era ter uma estufa ou barracão com exposição das plantas de todos os cooperados. Isto vai ser o cartão de visita da cooperativa.

O senhor André comentou sobre a imprevisibilidade do comportamento de seu Gileno e seu Ivanildo nas “zonas de incerteza”, como também os trunfos disponíveis por estes cooperados, inclusive a formação de “grupinho”.

Lá na cooperativa a gente nunca sabe o que o presidente vai dizer, vai fazer, nem ele nem o Ivanildo, às vezes pegam a gente de surpresa. Tem grupinho lá. Tá sempre o Ivanildo, o Gileno e o Sandro. Teve um evento que o Laércio não deu pra ficar, porque ele é judeu, não trabalha no sábado, aí não venderam nada das medicinais do Laércio, só das plantas que é do grupo deles. Vai muita gente da família do Ivanildo e do Sandro que são parentes, claro que vendem mesmo a planta deles.

A senhora Rosalina fez o seu comentário: “O Ivanildo é beneficiado, tem o terreno encostado na cooperativa”. A senhora Augusta falou sobre a existência de pequenos grupos: “O Ivanildo, o Sandro e o Gileno compram vaso, adubo orgânico mais barato e nem avisam, fica entre eles, depois é que a gente sabe”.

Na verdade, outros cooperados poderiam se reunir para comprar vasos em conjunto e não apenas esperar isso do presidente e dos demais que já realizam esta tarefa. Embora todos os membros do grupo de plantas tenham interesse em obter vasos a um preço mais barato, nem todos se organizam para realizar esta tarefa, esperam muito do presidente e da diretoria para também serem beneficiados. A senhora Maria de Nazaré comentou a respeito da dependência dos cooperados sobre o presidente: “...Quando teve a segunda eleição, ninguém queria assumir, o pessoal se acostumou a deixar tudo com o seu Gileno”.

Olson (1998) diz que muitos integrantes do grupo não têm interesse em pagar o custo da provisão do bem, ou seja, entende-se aqui como o esforço, o trabalho e o tempo gasto do presidente e do diretor operacional para se obter um bem. Neste caso, foi dado o exemplo da compra de vasos.

Cada qual preferiria que fossem os outros a suportar a totalidade dos encargos, podendo participar naturalmente dos benefícios resultantes quer tivesse ou não participado nos custos desse bem (Olson, 1998:19).

Crozier & Friedberg (1993) consideram que dentro da organização podem se formar, grupos que possuem “trunfos” e capacidades de interação, sendo alguns considerados estratégicos, outros apáticos, segundo a sua influência na vida organizacional. Contudo, foi possível perceber a existência dos trunfos e das zonas de incerteza somente entre os indivíduos dos grupos. Não foi possível perceber as zonas de incerteza e os trunfos internamente nos grupos, como também a distinção entre os grupos estratégicos e os apáticos,

pois os grupos, na maioria das vezes, mantiveram-se reservados quanto à presença de pessoas externas em suas reuniões. Estes discutem questões específicas que são socializadas apenas entre os membros do respectivo grupo. Nas assembleias são tratadas questões gerais, como por exemplo: a participação da cooperativa nos eventos, o desenvolvimento das atividades, financiamento, espaço para comercialização dos produtos da cooperativa, mensalidades, eleição, impostos, dentre outros. Na assembleia do dia 04/11/2007 o presidente solicitou que me retirasse, pois logo depois iria iniciar a reunião do grupo da hidroponia. Ele comentou: “Agora só o pessoal da hidroponia”. Sobre este aspecto, a cooperada Maria José comentou, porque não poderia estar presente: “é muita lavagem de roupa suja”. Assim, as observações foram feitas mais sobre as Assembleias Gerais e entrevistas. Muito raramente sobre o grupo da hidroponia, pois foi o único que permitiu minha presença, porém em poucas reuniões.

O grupo da hidroponia e da horta orgânica foram contemplados com projetos junto a instituições financeiras para desenvolver suas atividades. O projeto da hidroponia foi financiado pelo Banco da Amazônia (Basa), cuja linha de crédito é do FNO do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf C) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). O valor do projeto é de R\$ 72.000,00. A atividade da hidroponia completou três anos no mês de outubro de 2007. O projeto desta atividade foi elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) que presta assistência ao grupo da hidroponia.

O projeto da horta orgânica iniciou em novembro de 2006. O “grupo do orgânico” (como os cooperados se identificam) também recebe assistência técnica da Emater. O projeto foi financiado pelo Banco do Brasil através da linha de crédito Pronaf C. O valor é de R\$9.000,00. O projeto é para ser pago em cinco anos. O presidente criou a seguinte regra para os cooperados efetuarem o pagamento do empréstimo bancário. Ele expõe a regra por ele criada:

Se não pagar o banco, o terreno passa a ser incorporado no patrimônio da cooperativa e a cooperativa paga a dívida. Esta foi a única maneira que eu vi de dá certo. Porque senão fica tudo inadimplente. A dor que mais dói no ser humano é a dor do bolso. O projeto da hidroponia não é assim, porque é feito no terreno da cooperativa.

As regras criadas pelo presidente são um dos meios de manifestar o poder. Como já visto, segundo Crozier & Friedberg (1993), as organizações necessitam do poder como força estruturante para coordenar suas ações.

O projeto da horta orgânica foi financiado em duas etapas. Na primeira foi liberado o crédito para os cooperados: Alício, Ronaldo (o professor como é chamado), Antônio Matias e Graciete. Todavia, como já foi mencionado, o esposo da senhora Graciete, senhor Laércio,

único cooperado que produz plantas medicinais não quis participar do projeto, pois ele quer um projeto voltado para sua produção.

Da segunda etapa do projeto, participam: o senhor Gileno, o senhor Mauro, a senhora Alcinéia e o senhor Armando. Contudo, o financiamento somente foi liberado para o senhor Mauro e o senhor Armando no dia 10/10/07.

Quanto ao grupo de plantas, este não tinha projeto junto à instituição bancária para financiar a produção de plantas ornamentais e medicinais. Somente, um projeto de comercialização de plantas criado pelo SEBRAE. O grupo de plantas é assessorado por este órgão. O Sebrae desenvolve atividades como: cursos direcionados para a produção de plantas, agronegócio, empreendedorismo, organização (associativismo e cooperativismo), cursos para o cultivo de plantas nas propriedades dos cooperados que integram o grupo de plantas, como: substrato, compostagem, dentre outros. O Sebrae ainda articula a participação da cooperativa em feiras e demais eventos, organiza junto com a Sagri a visita deste grupo a outros estados para conhecer experiências coletivas na produção de plantas e flores. Como também já articulou a comercialização das plantas e da alface hidropônica nos supermercados Yamada e Nazaré.

A senhora Tereza contou sobre as primeiras ações do Sebrae na propriedade dos cooperados do grupo de plantas e expressou uma gratidão a este órgão e aos demais que prestam assistência à cooperativa.

O Sebrae doou 10 metros de plástico, 10 metros de sombrite e vasos para dá estrutura na produção das plantas.... O Sebrae foi tudo pra nós da cooperativa, a Cléo ajudou bastante pra conseguir espaço pra gente no supermercado. Eles apostaram na gente agricultores. Eles investiram muito em nós. Eu não vou desistir disso, eu vou até o final da minha vida. Eu já tenho conhecimento. Tudo o que eu sei, eu devo ao Sebrae e às outras entidades que ajudam a gente. Eles não podem ficar todo tempo sendo babá da gente. Nós temos que aproveitar e tocar só com as nossas pernas.

A Cléo a quem a senhora Tereza se referiu é a técnica do Sebrae que presta assessoria à cooperativa.

Nas entrevistas realizadas, foi observado que dentre os órgãos que atuam na cooperativa, o Sebrae foi o único questionado pelos cooperados tanto no direcionamento para os cooperados sobre a produção no início da cooperativa quanto na organização dos eventos.

A senhora Carmem expôs o motivo de não ter participado do evento Expopará realizado de 15 a 23/09/07. Motivo este que dizia respeito ao Sebrae.

Eu não gostei da organização do Sebrae, as plantas dos cooperados ficaram tudo no sol, o stand era muito pequeno, eu me decepcionei, e por isso, não quis levar as minhas plantas.

Em conversa informal no dia 09/10/10 na propriedade do cooperado Augusto, ele criticou o Sebrae e mostrou o seu descontentamento com a organização do Exporará. A cooperada Francisca também contestou a atuação deste órgão. Ele falou que ficou “muito chateado” porque os técnicos do Sebrae “disseram que era pra cada produtor levar só quinze vasos”. Ele justificou:

Eu tenho mais de oitenta variedades. Disseram pra eu mandar de volta porque eu tinha levado umas trinta variedades. Agora não tem cabimento ter que levar só quinze vasos. Com a venda deles não ia dá nem pra eu pagar o frete...

A cooperada Francisca questionou:

“Esse pessoal tem é que se colocar na pele do produtor... fazem é organizar os eventos, mas não pensam mesmo no produtor... Elas não vêem que a venda de quinze vasos não dá pra nada.

O objetivo não é contestar a atuação do Sebrae, mas refletir sobre as considerações dos cooperados. Estas considerações chamaram atenção para um aspecto. A importância da participação dos agricultores (nos referimos aos cooperados) na condição de usuários e beneficiados de um projeto. Quando a cooperada comentou: “Esse pessoal tem é que se colocar na pele do produtor...” e quando o cooperado disse: “...Agora não tem cabimento ter que levar só quinze vasos. Com a venda deles não ia dá nem pra eu pagar o frete...”. Eles mostram que deve ser atribuída uma importância maior ao agricultor e que são eles que sabem de suas necessidades, pois somente eles conhecem o meio em que vivem. Para Schmitz (2001:90) “importante é uma outra visão do homem do campo e suas organizações e do papel da agricultura (familiar) ”.

Assim, o saber popular deve ser considerado, acabando com o pressuposto de que apenas a ciência é detentora do conhecimento. Schmitz (2001) diz que muitas vezes as instituições de pesquisa e extensão desenvolvem projetos “de cima para baixo”, usando convencimento e persuasão na intervenção. O autor ressalta a importância do desenvolvimento de projetos de “baixo para cima” que partem do agricultor, considerando que neles se pode falar de métodos participativos. Assim, diz-se que a participação proposta pelo autor, é na realidade concreta e articulada a partir da demanda dos agricultores. Porque visa a execução de projetos e demandas solicitadas pelos usuários (agricultor), procurando envolver os atores em todas as etapas do projeto e definindo em conjunto em que nível eles querem e devem participar. A participação é definida conforme as necessidades e é fruto de negociação entre os atores envolvidos. “Quem participa e em que nível depende da visão e da decisão dos principais atores” (Schmitz et al., 2004:12). Este é o caminho que enfatiza o

importante papel do agricultor e modifica o olhar que lhe era anteriormente atribuído como passivo e retraído.

Como foi discutido, o grupo de plantas não tem projeto junto à instituição bancária para financiar o cultivo de plantas ornamentais e medicinais. A ausência de financiamento foi questionada pelas cooperadas Ana e Francisca, bem como pelo João, em conversa informal no dia 05/09/07. A senhora Francisca, questionou:

...nós que somos do grupo de plantas não temos projeto, financiamento. O presidente deveria ter feito um projeto para nós. Nós tamos necessitados de dinheiro para investir no nosso trabalho.

O senhor João considerou: “Tem que ter investimento pro trabalho com as plantas...”.

A senhora Francisca falou novamente:

...a gente que não tem financiamento para as plantas o presidente devia pensar um pouco na gente pra fazer um projeto pra medicinal, pra ornamental... financiamento não tem que ser só para hidroponia.

A senhora Ana comentou:

É nós não podemos entrar no projeto de extensão da hidroponia. A gente achava que teria acesso a esse novo projeto da hidroponia. O seu Gileno chegou lá na cooperativa e disse que era para quem já estava na hidroponia.

Observou-se que os cooperados que integram o grupo de plantas e não integram o grupo da hidroponia acreditam que é atribuída maior atenção a este grupo pela diretoria e pelos demais cooperados que integram este grupo. Por isto, dizem que o grupo da hidroponia é o mais beneficiado. Como foi visto, eles questionaram a falta de financiamento para o grupo de plantas. Como também, o motivo do presidente expandir a atividade da hidroponia através de um novo projeto e financiamento ao invés de conseguir para o grupo de plantas. Na realidade, muitos cooperados esperam que o presidente realize os trabalhos da cooperativa para serem beneficiados.

As reclamações quanto à maior atenção atribuída ao grupo da hidroponia e seus possíveis benefícios não foram apenas tratados pelos cooperados do grupo de plantas, o senhor André do grupo de horta orgânica, fez a sua queixa:

Eu observo que se fala mais é da hidroponia na assembléia geral, eu já dei minha opinião a respeito, tinha que conversar das dificuldades do orgânico, isto é uma coisa chata desestimula a gente.

Não acredita-se que o grupo da hidroponia seja o mais beneficiado, mas sim aquele que parece ter mais influência e destaque tanto internamente quanto externamente à cooperativa devido ao seu tempo maior de existência, a uma maior solidez no mercado, a organização do trabalho e a padronização do produto (iremos tratar no tópico que discute o trabalho). Mas, isto é uma suposição, pois não pudemos observar a dinâmica interna dos

grupos (como foi dito anteriormente). Pelo comentário dos cooperados, o grupo da hidroponia é mais fechado e o presidente mantém certo controle quanto à inserção destes neste grupo. Porém, não é possível afirmar estas questões, pois o presidente no dia da reunião que tratou da expansão do projeto da hidroponia em momento algum falou sobre os participantes do novo projeto. Somente que este seria desenvolvido na propriedade do senhor Ivanildo, assim como das possíveis fontes de financiamento, Basa ou Banco do Brasil.

A insatisfação quanto à inexistência de um projeto financiado para a produção de plantas ornamentais foi manifestada na assembléia geral ocorrida no dia 07/10/07. A partir da argumentação da senhora Francisca e do senhor André (membro do grupo de horta orgânica), o presidente se manifestou quanto à criação de um projeto para esta atividade. A senhora Francisca falou: *“a gente tá querendo produzir plantas, flores. Eu e a dona Ana não tamos em projeto”*. Em seguida, o senhor André falou:

Seu Gileno, eu também estou querendo, como é que a gente faz?. A gente que é do orgânico pode produzir as plantas e ser comercializado pela cooperativa?

O presidente por último respondeu:

Vocês têm que se reunir, conversar com a dona Raimunda, definir o que vão plantar, como, para ver o que plantar, como plantar, tem que ter linha de produção para não ter canibalismo. Depois eu faço o esboço do projeto, mando pra Emater, eles fazem o projeto, aí vêm o fiscal da Emater e do banco para verificar a área e aprovar ou não o projeto.

O presidente enfatizou a necessidade de se discutir sobre a produção de plantas ornamentais entre os cooperados interessados no referido projeto para manter uma padronização do produto e a coesão do grupo na produção e comercialização de forma mais igualitária e não competitiva entre eles (subentendida quando disse *“...para não ter canibalismo”*).

Observou-se que o presidente se mostrou muito flexível, quanto ao posicionamento dos cooperados que querem participar do projeto de plantas. Ainda comentou sobre a existência de direitos e deveres dos cooperados, a importância da participação, da cooperação e da igualdade entre seus membros: *“aqui é uma cooperativa, a gente troca idéia, todos têm seus direitos e deveres, ninguém é melhor que o outro, pessoal tem que dá opinião, ajudar”*.

A igualdade (um dos preceitos do cooperativismo) defendido por Lauschner (1995) e a cooperação discutida por Olson (1998) são difíceis de serem praticadas. Olson (1998) percebeu a dificuldade de implementar a cooperação nos grupos a partir da contradição entre o comportamento racional individual e o comportamento racional coletivo. Todavia, não pode-se dizer que na COOPSANT os cooperados não cooperam entre si e são movidos

exclusivamente por interesses individuais. A fala do presidente ressaltou a necessidade da cooperação entre os membros.

O presidente informou que o projeto de plantas que será viabilizado para a cooperativa, é denominado pelo Banco do Brasil como projeto de flores que envolve tanto o cultivo de plantas ornamentais como de flores. Será financiado por este banco, a linha de crédito também é do Pronaf C. O valor varia de R\$2.000,00 a R\$ 9.000,00.

Na assembléia realizada no dia 04/11/07 o presidente tratou sobre o financiamento para plantas medicinais, apresentou as dificuldades para conseguir empréstimo bancário para esta atividade, mas disse que era importante fazer um grupo de produtores de plantas medicinais para tentar viabilizar o financiamento de outra forma. Contudo, não expôs qual seria a forma.

As medicinais para financiamento bancário não sai mais, porque os produtores não pagam, o cara fica no vermelho, porque compra todo material, produz e na hora de comercializar não compram. Tem que fazer um grupo de três, a Alcinéia que já tem alguma coisa, a Raimunda e o Laércio para fazer um projeto para medicinal, mas não para banco. Vamos ver de que forma a gente consegue.

O senhor Laércio imediatamente replicou:

O SUS vai comprar nossa produção, o MDA tá querendo fazer um projeto piloto pra medicinal no Estado do Pará.

O presidente expôs um dos grandes problemas dos agricultores de plantas medicinais, não conseguir pagar o financiamento, mas este problema não se restringe aos agricultores de plantas medicinais, também atinge os demais agricultores. Como por exemplo, o cooperado Pedro Reis que produz plantas ornamentais e que pediu financiamento. Contudo não conseguiu saldar a dívida: “Foi no banco do Povo pra fazer irrigação pras plantas, R\$1.800,00, mas as coisas deram pra trás, as dificuldades”.

Os cooperados expõem seus posicionamentos, defendem o (os) ramo (os) de produção que desenvolvem, participam das assembléias, argumentam e contestam as deliberações. O presidente, após as argumentações dos cooperados sobre o financiamento para o grupo de plantas resolveu adiar a expansão da atividade da hidroponia e mencionou as prioridades da cooperativa em reunião realizada no dia 07/10/07: “eu acho melhor a gente resolver a questão da feira, ter um transporte pra gente e ano que vem a gente pensa em ampliar a hidroponia”. O cooperado Laércio, falou: “e tem o projeto pras plantas”. O presidente em seguida, comentou: “é verdade vamos correr atrás”.

A cooperativa além de possuir a área, onde é localizada sua sede, recebeu da Prefeitura Municipal um terreno, onde será construída a feira do produtor, cuja gestão será da

COOPSANT e integrará outros produtores. O terreno fica à margem da rodovia Br 316 no Residencial Almir Gabriel (Che Guevara). Os produtores que não são cooperados da COOPSANT terão que descontar 5% da venda de suas mercadorias para a cooperativa.

Neste estudo, não foi possível observar os conflitos existentes dentro dos grupos, porém nas entrevistas foram citadas algumas disputas internas nos grupos, assim dá para entender o que ocorre nos grupos de uma cooperativa. Glasl (1997) define conflito:

O conflito social é uma interação entre atores na qual pelo menos um ator vivencia incompatibilidades no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com um outro, assim que na ação ocorre um impedimento através do outro. (Glasl, 1997:464).

A senhora Carolina relatou o conflito com o senhor Ricardo no grupo de plantas.

Eu me senti traída porque houve uma reunião na casa do seu Ivan com a Cléo do SEBRAE. Ela falou pra gente produzir vasos de diferentes padrões de tamanho, fazer inovação, porque foi feita uma pesquisa de mercado e verificaram que estava tendo uma repetição de espécies e embalagens... era pra levar pro Flor Pará, mas não foi repassada estas informações para determinados cooperados...Aí o Ricardo, o Marcela e dona Quitéria, mandaram. O Ricardo mandou foi muita planta.

Neste evento agora foi de novo a mesma coisa, não repassaram pra mim. Eu falei pro Ricardo, não tem telefone? Eu falei, isso não é cooperativismo, isso é ganância. Ele falou, é bom tomar uma decisão pra não atrapalhar a vida dos outros. Eu falei se quiser me tirar do supermercado pode me tirar... Isto não é certo, eu participo pra caramba, represento a cooperativa em reuniões fora e sempre aviso o que acontece.

Outros cooperados se manifestaram quanto ao bloqueio de informações nos grupos e como as decisões são tomadas. As informações não chegam de forma completa e clara para todos os membros de seu respectivo grupo. Em conversa informal no dia 09/10 entre seu João, a senhora Francisca e a senhora Ana, o assunto tratado foi à participação dos cooperados do grupo de plantas no evento Super Norte que ocorreu do dia 10 a 11/10/07 no Hangar na cidade de Belém (espaço para realização de eventos cedido pelo governo do Estado do Pará). A senhora Ana questionou o porquê da participação de somente três cooperados no evento. Ela comentou: "Vocês já sabem quem vai pra esse evento?". Seu João disse: "não". A senhora Ana retrucou: "parece que é só o Josias, o Ricardo e a dona Quitéria". Seu João comentou: "tá vendo como é, mas quem decidiu isso? A senhora Ana falou: "eu não sei, só fiquei sabendo". A senhora Francisca completou: "mas disseram que é apenas pra exposição de plantas". Seu João disse: "é pra exposição, mas no último dia, eles vendem as plantas deles, divulgam não só a cooperativa, mas o que é deles, o produto deles".

Os cooperados mostraram que o controle das informações dificultou a cooperação, os interesses individuais de alguns membros predominaram, por isto prejudicou o restante do grupo. Este aspecto ficou claro, quando a senhora Carolina disse: "...isso não é

cooperativismo, isso é ganância” e quando seu João questionou sobre a decisão de quem participaria da feira, bem como a divulgação das plantas somente daqueles que participariam. A teoria de Olson (1998) sobre os grupos e a ação coletiva, mais uma vez está coerente com o exemplo apresentado. Crozier & Friedberg (1993) disseram que uma das quatro fontes de poder nas organizações está relacionada ao controle de informações e canais de comunicação (em seguida será melhor discutida as fontes de poder no capítulo 4). Sobre esta questão, Friedberg (1995), ainda considerou que aqueles que são os interlocutores da organização com o meio externo, denominados de intermediários, poderão filtrar ou retardar informações sobre as evoluções em curso em benefício próprio dependendo da posição de força que tenham conquistado na organização. O senhor Ricardo parece ser um deles. Contudo, na opinião de alguns cooperados é importante que as informações fluam e sejam socializadas para facilitar a cooperação, evitar conflitos e tentar se chegar a um objetivo comum e não filtrar as informações para privilegiar alguns membros ou apenas um. Mas, o conflito faz parte do dia-dia dos empreendimentos coletivos, é importante para expor diferentes opiniões, contestar os comportamentos desviantes, dizer o que está correto e discutir os objetivos do grupo nas organizações. Para Friedberg (1995) as organizações são conjuntos humanos formalizados e hierarquizados com vistas a assegurar a cooperação e a coordenação de seus membros no cumprimento de determinados fins. Na condição de estruturas de ação coletiva, as organizações precisam resolver o problema de sua sobrevivência, o conflito é um desses problemas.

Neste estudo, além das questões já tratadas, procurou-se compreender o grau de satisfação dos membros dos grupos com a cooperativa. O objetivo não foi fazer uma análise financeira, mas sim perceber, se a COOPSANT está trazendo melhorias sócio-econômicas para seus associados. A tabela 3 contempla este aspecto.

Verificou-se que os depoimentos foram os mais variados. Foram selecionados apenas alguns, pois as respostas se aproximam bastante uma das outras. Como melhorias que a cooperativa têm proporcionado aos cooperados foram citadas capacitações e participações em eventos para todos os grupos. Quanto ao retorno econômico, somente o grupo da hidroponia foi citado como beneficiado pelos três grupos. O próprio presidente considerou: “o retorno é maior pra hidroponia já tem financiamento há mais tempo”. Contudo, a senhora Maria José, ex-presidente do conselho fiscal, disse sobre a hidroponia: “tem mês que não dá nada, tem que pagar o banco”. O grupo da horta orgânica expôs a falta de certificação como dificuldade para comercialização e para gerar retorno econômico. Já o grupo de plantas citou como dificuldades para gerar retorno econômico aos seus cooperados, novamente, a falta de

financiamento para investir na produção, a falta de transporte e o gasto com o frete de um veículo para transportar as plantas. A questão da falta de transporte já foi citada anteriormente também pelos membros de outros grupos como a principal dificuldade da cooperativa. Como foi visto no depoimento de um cooperado, somente o grupo da hidroponia tem como transportar seu produto. O transporte é subsidiado pela Prefeitura de Marituba que transporta a alface hidropônica, da cooperativa, até os supermercados.

Tabela 3 – Opiniões dos grupos sobre as melhorias trazidas pela cooperativa

Grupos	A cooperativa tem trazido melhorias para os sócios?		
	Sim	Não	Por quê?
Hidroponia	10	--	- “a cooperativa está se desenvolvendo, dando formação pros cooperados. Ela já tá trazendo um retorno, não está sustentando o sócio, mas do trabalho na hidroponia é pago a quota-parte e as despesas e sobra um troquinho...”(M.N.F.S). - “o retorno financeiro é pouco, porque está se pagando o financiamento, mas depois vai melhorar; enquanto acreditar que vai dar certo, fico como cooperado”(A.M.N).
Horta Orgânica	6	--	- “tá trazendo retorno devagar, mais tá, porque a gente ainda não vive mesmo só de lá...eu sou do orgânico e da hidroponia, mas é a hidroponia que mais dá retorno à gente, ainda não comercializa o orgânico no supermercado, não tem certificação, vendo na feira, pra vizinho, restaurante (A.G.M)” - “trás melhorias, a gente participa de feiras, cursos, o cooperado fica atualizado e nossos produtos conhecidos. Mas, o retorno do orgânico é pouco, porque ainda não vendemos pro supermercado falta certificação, eu por exemplo agora tô no vermelho porque não estou produzindo muito, mas com o dinheiro do financiamento eu tô aumentando o meu plantio. Aí a minha renda vai aumentar, eu tenho essa esperança... ” (M.A.F.M).
Plantas	7	3	- “a melhoria é pro pessoal da hidroponia, porque eu vejo que a diretoria não quer caminhar nenhum quilômetro pra avançar o grupo de plantas, se eu vejo um camarada interessado, a gente vai junto, tem que se ajudar... Como a cooperativa não tem transporte, só o carro da Prefeitura transporta o alface da hidroponia, a gente tem que tá levando e trazendo as plantas do supermercado. Quando a gente vai somar, não dá quase nada com a venda do supermercado, porque tem que ficar pagando frete, por isto nós aqui de casa tamos parando de mandar pra supermercado, vai mais pra feira do Distrito” (P.R.S). - “não vejo isto aí, até agora a gente do grupo das plantas não vê renda do trabalho da cooperativa (G.S.R).” - “pela cooperativa, eu já fiz alguns cursos que já deu pra aprender alguma coisa, isso é bom, mas retorno, o dinheiro, pelo que deu pra perceber é pra hidroponia, mesmo assim eles tão pagando o banco, por isso eu acho que não é grande, nós do grupo de plantas tamos lutando por projeto, não tem recurso pra investir, é mesmo recurso próprio, aí é difícil” (R.A.S).

É importante que a cooperativa possa proporcionar melhorias para os membros de todos os grupos. Sobre esta questão, o senhor Armando disse: “os grupos têm que ser

tratados de forma igual”. Para os cooperados, os valores e atitudes que eles colocaram como imprescindíveis à cooperativa, foram a cooperação, a igualdade, a responsabilidade e a honestidade mesmo que tenham considerado que não é “fácil” de serem praticados. Seu Armando ainda falou:

eu acho que é uma atitude importante pensar no outro no momento de tomar decisões, também tem que ser honesto, a gente não deve ser desonesto e ter ambição de ter mais que os outros, passar por cima.

Em seguida, seu Pedro comentou: “temos que pensar que somos uma cooperativa, o negócio é nosso, temos juntos que andar com nossos pés”.

Mesmo com o relato de alguns cooperados do grupo de plantas e horta orgânica sobre os descontentamentos quanto a prioridade atribuída a atividade da hidroponia, parece que este diminuiu. Contudo, não é possível afirmar isso, pois foi feito contato recentemente (nos dias 23 e 24/04/08) com apenas dois cooperados que nos informaram sobre os recursos que serão destinados para as atividades de plantas e hortaliças. Esta notícia teria provocado, segundo dona Alcinéia, “satisfação” em muitos cooperados. Sobre esta questão, o senhor Alicio explicou que a cooperativa por intermédio do trabalho do presidente e do restante da diretoria na elaboração de um projeto de plantas e hortaliças, foi contemplada com recursos do Ministério da Agricultura para investir nas atividades “das plantas e hortaliças”, também disse:

...falta pouco para sair o recurso do Projeto das Plantas e Flores pelo Banco do Brasil, a cooperativa vai comprar um terreno para quem quiser produzir as plantas.

Nós recebemos recurso a fundo perdido do Ministério da Agricultura. Nós decidimos que o recurso é para implantar a feira do produtor, construir galpão, escritório, fazer manutenção e comprar insumos para as medicinais e hortaliças, também vai ter cursos técnicos. O recurso vai ser administrado pela cooperativa.

Sobre este mesmo recurso, a cooperada Alcinéia também fez seu comentário e enfatizou o destaque da cooperativa no cenário nacional:

A cooperativa recebeu do Ministério da Agricultura quase R\$50.000,00, eu acho que é isso, para o grupo de plantas que tava pedindo projeto. Nós concorremos com cooperativas no Paraná e Pernambuco e nós ganhamos desses dois que são fortíssimos. Isso mostra que a gente tá dando certo, tem um nome a zelar...

Segundo informações de alguns cooperados, a cooperativa enfrenta problemas na gestão econômica de suas atividades. Estes dizem que há uma mistura dos recursos dos grupos, o que pode dificultar a prestação de contas. O senhor Ivan explicou:

Quatro pessoas do grupo de plantas têm dinheiro pra receber. A Quitéria falou, com base nas notas do supermercado. Ela fez um cheque de R\$2.000,00. Eu cheguei no banco pra receber e disseram que não tinha saldo. O cheque tava assinado pelo Rodolfo. O Francisco tem que ver pra

onde foi o dinheiro. Essa conta foi feita só para o grupo de plantas, mas também já tão movimentando pra hidroponia. Tem que regularizar isso, porque as pessoas dependem desse dinheiro e quando vai receber não tem. A dona Graça, por exemplo, precisa desse dinheiro pra viver. A Quitéria mandou o Natanael ir lá com o Alfredo e tirar o extrato pra resolver isso. Eu contei a situação para o Natanael isso foi terça-feira, ainda não vieram dizer o que ficou resolvido.

Sobre esta questão a senhora Graça, também comentou:

Eu fico pensando já trabalhei muito é tanto trabalho. Eu fico trabalhando nessas plantas, mas já tô quatro meses sem receber, temos quase R\$3.000,00 pra receber e não tamos recebendo dinheiro, a última vez parece que foi em maio que eu recebi R\$ 320,00. Desse dinheiro tirei R\$270,00 pra pagar os vasos que eu comprei. O seu Ivan foi no banco pra tirar dinheiro e não recebeu nada. Eu ainda tenho que pagar todinho esse vaso aqui é quatrocentos e uma fração. Se a gente não pegar esse dinheiro lá como é que eu vou pagar porque eu não tenho de onde pagar. Eu disse pra Quitéria que eu não sei quanto eu recebo. Eu não posso dizer. Custa muito pra receber.

Existem pessoas que dependem do dinheiro da atividade desenvolvida para viver e para reinvestir na produção. Por isto, é importante que haja um gerenciamento sistemático dos recursos. Como os cooperados do grupo de horta orgânica ainda não comercializam pela cooperativa nos supermercados, eles não apresentaram nenhuma reclamação quanto a este aspecto. Como disseram, vendem em feiras, restaurantes e na vizinhança de forma individual. Somente comercializam juntos, quando há eventos no qual a cooperativa participa. Os cooperados do grupo da hidroponia também não apresentaram reclamações quanto ao gerenciamento dos recursos desta atividade, pelo contrário, a senhora Maria de Nazaré argumentou:

...o meu filho Sandro que trabalha por mim na hidroponia, lá é tudo organizado, tudo anotado direitinho, quanto sai de alface pra supermercado, pra cá mesmo em Marituba na feira, mercadinho, restaurante, a gente sabe mais ou menos quanto se ganha, o seu Cat toma conta disso, o Ivanildo supervisiona.

O senhor “Cat” a quem a senhora Maria se referiu é o senhor Almiro (responsável pela venda da alface). Não se pode dizer, realmente, de que forma são gerenciados os recursos nos grupos, pois não foram disponibilizados os balanços da cooperativa. Todavia, não é finalidade deste trabalho ter realizado uma análise financeira. Contudo, os relatos acima apontam que é necessário haver uma melhor gestão dos recursos.

Como falamos anteriormente, a COOPSANT é uma organização que desenvolve a mediação (consegue créditos e financiamentos), está muito próxima da associação neste aspecto, como também desempenha a produção e a comercialização. Os cooperados acham que é importante que seus recursos sejam bem gerenciados, que se realize um controle na produção e comercialização e que se mantenha como mediadora para apoiar os interesses

econômicos de seus grupos. Observou-se em várias reuniões, o empenho do presidente para tal realização como intermediário junto aos órgãos externos em busca de projetos e participação da cooperativa em eventos, inclusive no Projeto de Plantas e Flores financiado pelo Banco do Brasil, como também a agilidade para elaborar o Projeto de Manutenção de Hortaliças e Plantas Ornamentais, cujo recurso é do Ministério da Agricultura, no qual a cooperativa foi contemplada.

Em seguida, será discutida a organização do trabalho na propriedade particular dos cooperados e na propriedade da cooperativa.

4.2 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA PROPRIEDADE DOS COOPERADOS E NA PROPRIEDADE DA COOPERATIVA.

Neste tópico, a dimensão do trabalho não foi discutida na perspectiva dos clássicos da Sociologia, como Marx (1988), Durkheim (1999) e Weber (1999). Pois, as teorias destes pensadores não compreenderam a formação e consolidação de ações coletivas como resposta ao capital. Os clássicos não vislumbraram o capitalismo no seu momento atual. Marx, por exemplo, acreditava na superação do modo de produção capitalista. Jamais imaginariam as terríveis conseqüências do mundo do trabalho, acompanhadas do fortalecimento do terceiro setor.

Muito embora se reconheça a importância desses teóricos para o estudo do tema, as suas análises já não são suficientes para explicar as transformações do mundo do trabalho no contexto global em que a sociedade industrial, base das suas reflexões entra em crise. Mas, importa reter que, apesar dos limites empíricos de suas teorias, as questões discutidas por estes teóricos continuam a iluminar e influenciar as discussões atuais (Mota, 2003:38).

Portanto, a dimensão do trabalho foi tratada aqui segundo a lógica da ação coletiva e a problemática da cooperação, discutida por Olson (1998). Esta dimensão é observada tanto na propriedade particular dos cooperados, quanto na propriedade da cooperativa. A discussão travada por Olson (1998) já foi citada no tópico anterior deste capítulo.

Na propriedade dos cooperados são desenvolvidas atividades destinadas à cooperativa, como o plantio de plantas ornamentais, medicinais e hortaliças orgânicas. O cultivo destes produtos é desenvolvido de acordo com a inserção dos cooperados nos grupos da cooperativa. Na propriedade da cooperativa é cultivada a alface hidropônica.

O trabalho assume uma dimensão coletiva na atividade da hidroponia, desenvolvida na propriedade da cooperativa. Esta atividade é realizada pelos cooperados e familiares que atuam no grupo da hidroponia, desde a produção até a comercialização da alface semanalmente nos supermercados, feiras do município de Marituba, restaurantes e

”mercadinhos”. Na propriedade particular dos cooperados, o trabalho assume uma dimensão predominantemente individual entre os cooperados (exceto em algumas situações que veremos a seguir). Pois, a maioria deles que integram o grupo de plantas e hortaliças não produzem juntos. Eles trabalham como agricultores autônomos e a maioria conta com a participação dos familiares. Contudo, o trabalho assume também uma dimensão coletiva no grupo de plantas e raramente no grupo de hortaliças. Pois, no grupo de plantas, a comercialização é realizada pela cooperativa, semanalmente são vendidas plantas para os supermercados. Existem no grupo de plantas os responsáveis pelo controle de qualidade das plantas, pela prestação de contas, pelo abastecimento e manutenção das plantas nos supermercados. O grupo de hortaliças comercializa predominantemente de forma individual como agricultores autônomos nas feiras, “mercadinhos” e com “vizinhos”. Pela cooperativa, comercializam somente em eventos em que a organização participa. Nestes eventos, também participa o grupo de plantas. Os participantes dividem tarefas, como: selecionam as plantas e hortaliças, alugam o transporte ou conseguem na Prefeitura, arrumam os stands, fazem manutenção dos produtos, realizam a prestação de contas, dentre outras tarefas.

Existem exceções, em que o trabalho é realizado de forma coletiva sistematicamente na propriedade particular. Trata-se do senhor Alício e do professor Ronaldo. Estes trabalham juntos na propriedade do professor com hortaliças orgânicas. Mas também, de forma esporádica, há cooperação entre alguns cooperados para produzir na propriedade particular. Dona Raimunda justificou o motivo de ter comprado “um terreno” no Residencial Almir Gabriel. Ela comentou: “no meu terreno aqui em Marituba que eu cultivo as ornamentais, eu não conto com a ajuda de nenhum cooperado, lá no residencial é diferente a gente conta com a ajuda, mas de poucos”. O relato da cooperada nos faz refletir sobre a dificuldade para implementar a ação coletiva entre os cooperados, discutida por Olson (1998).

O seu Laércio ajuda muito a dona Maria José, sempre quando ela precisa, ele molha as plantas dela, ajuda em tudo, vê adubo e como ela trabalha, não tem muito tempo. Eu sei que, se meu terreno for lá perto, eles podem me ajudar. Todos dois. O seu Laércio então, sempre pensa nos outros da cooperativa. O Armando também é uma pessoa que pensa em todo mundo, sempre tá em contato, passa informação pra gente, ele, o seu Laércio, também a dona Maria José, são eles que pensam nos outros naquela cooperativa.

Em seguida, o senhor Pedro Reis fez seu comentário sobre a problemática da cooperação:

Seria muito bom se tivesse cooperação no trabalho entre os associados na área de cada um, um mutirão por exemplo”. A senhora Graciete, falou: “a gente não vê esse lado de cooperação aqui no terreno dos cooperados, cooperação a gente vê no pessoal que participa da hidroponia.

A organização do trabalho no grupo de plantas é diferente da organização no grupo da hidroponia. Pois, dissemos que os membros do grupo de plantas trabalham como agricultores autônomos, também porque o trabalho no lote é mais complexo que o trabalho no grupo da hidroponia. Na hidroponia há uma divisão do trabalho seqüenciada e especializada; aqueles que trabalham na atividade dependem uns dos outros em todas as etapas do processo produtivo. Trata-se de uma produção em escala, por isto, a atividade não pode ser realizada de forma individual. Veremos a seguir a organização do trabalho nos grupos. Por mais que a lógica do trabalho no grupo de plantas seja diferenciada do grupo da hidroponia, os cooperados do grupo de plantas ressaltaram a necessidade da cooperação entre eles. Os relatos acima chamaram atenção para a problemática da cooperação.

Foram selecionados somente alguns cooperados para comentar a organização e rotina do trabalho nas propriedades particulares. Pois, a organização e rotina de trabalho deles é muito semelhante. Por isto, foram selecionados aqueles que apresentam algumas diferenças quanto à questão do trabalho. Existem cooperados que contam com a participação do trabalho da família no lote agrícola familiar. Tanto de forma permanente, quanto esporádica. De forma permanente, são os cooperados: o senhor Raimundo Alves (a mulher, filhos e netos), a senhora Maria de Nazaré (o marido, filhos, genros e noras), o senhor Antônio Matias (a mulher e os filhos), a senhora Alcinéia (o marido e os filhos) e o senhor Armando (a mulher, a irmã, e tio). De forma esporádica a senhora Tereza (uma filha). Mas, existem situações que o trabalho não é realizado pela família na propriedade particular. Foram apresentadas situações diferenciadas, tanto aquelas em que o trabalho é realizado pela família, quanto as que não tem a sua participação nos lotes agrícolas.

Primeiramente, será tratado o trabalho realizado pela família no lote, inclusive com a participação de crianças, filhos de cooperados que desempenham desde tarefas mais simples até um pouco mais complexas nas propriedades particulares. Em seguida, será mostrado aspectos diferenciais do trabalho familiar e apresentada outras configurações do trabalho na propriedade particular. Além disto, será tratada a realização do trabalho na propriedade da cooperativa que também conta com a participação de familiares dos cooperados.

Anteriormente, foi dito que a senhora Alcinéia participa somente do projeto da horta orgânica pela cooperativa. Ela e seu esposo possuem três propriedades na localidade de Bela Vista no Município de Marituba onde mora. Duas delas possuem a extensão de 20m x 80m (nelas não há produção) e a terceira 50m x 50m. Assim, como os outros cooperados, com exceção do presidente da cooperativa, ela não possui o título da terra: “Este terreno aqui tem

50x50, tenho mais dois terrenos de 20x80 cada um, mas ainda não tô produzindo lá, falta recurso”.

Na propriedade de 50m x 50m a cooperada trabalha junto com seu esposo na produção de hortaliças orgânicas e frutas. As hortaliças são: cheiro-verde, alfavaca, chicória, pimentinha, pepino, couve, cariru, feijão-verde e cebolinha. As frutas: caju e açaí. A produção é tanto destinada para a venda quanto para o consumo familiar. Eles não têm empregados, nem de forma permanente, nem de forma esporádica. A atividade agrícola é a única fonte de renda do casal. Em seguida, dona Alcinéia relata a divisão do trabalho familiar que conta com a participação de dois filhos do casal (o menino com a idade de treze anos e a menina com onze anos), o mercado consumidor e o motivo de ainda não ter efetivamente comercializado seus produtos via cooperativa.

O trabalho aqui é duro desde cedinho até a noite. A rotina funciona assim, eu e o marido levantamos quinze para as seis, eu tiro e lavo o cariru, couve, alfavaca, a tarde tiro cheiro-verde, chicória e pimenta, a pimenta fica toda enrolada na embalagem, pego os maços do cheiro e a chicória que ficaram na bacia com água para conservar tirados na tarde do dia anterior, que já foram lavados e amarrados os maços e depois foi para bacia. Meu marido sai mais tardar, 7:00h, deixa minha filha até a escola no Che Guevara... depois faz as entregas. As vezes dá tempo pra voltar pra casa, se faz a entrega até por volta das 10:00. Hoje por exemplo, ele voltou e está capinando, ontem depois que voltou plantou cheiro-verde. Quando não dá tempo, ele já fica por lá e pega a menina, já volta na hora do almoço... Mas se chega cedo de volta, fica trabalhando na terra até na hora de levar o menino. Depois almoça, descansa um pouquinho e trabalha na horta até a hora de buscar o meu filho, à noite. Eu fico por aqui trabalhando...molho, planto, faço colheita, lavo, preparo embalagem, preparo leira...

...os filhos ajudam. A minha filha quando eu e o pai dela tamos trabalhando, ela leva um café, uma água ou, quando chega uma pessoa para comprar, ela pega a sacola do cliente e coloca o cheiro, o que for... Agora mesmo eu disse para minha filha vai lá na horta e pega xicória, alfavaca e manjeriço. Ela fez confusão, não sabia o que era alfavaca, depois ela conseguiu descobrir. Eu fiz isso para ela se envolver porque esse é o nosso mundo. É importante eles estarem presente naquilo que a gente faz aqui. O menino, quando eu tô limpando uma área, ele também ajuda de vez em quando, até porque é criança não pode tá trabalhando pesado. Quando tá na época de tirar açaí, é ele que tira, mas eu fico só monitorando.. A gente já tem nossos clientes certos, vende para freguês que tem ponto de venda de comida e para os vizinhos. Eu ainda não estou comercializando mesmo pela cooperativa porque ainda não tenho grande quantidade...

O depoimento da senhora Alcinéia mostrou o dia-dia do trabalho na agricultura. A importância do envolvimento da família nas atividades. Desde as mais simples desenvolvidas pelos filhos, como levar um café para os pais que estão direto na produção, colocar cheiro-verde na sacola do cliente e colher as hortaliças. Até as mais complexas, como apanhar açaí, e aquelas realizadas pela senhora Alcinéia e seu esposo. Como disse Wanderley (1996), a agricultura familiar se funda sobre a relação propriedade, trabalho e família. A senhora Alcinéia objetiva expandir a sua plantação para que seus produtos sejam comercializados pela

cooperativa. Perguntei, se ela pretendia mudar de atividade em sua propriedade e introduzir uma nova cultura, ela respondeu que não e justificou:

Eu considero que a gente tá implantando agora a produção do orgânico. Quando estiver produzindo em três hortas, a produção será vendida via cooperativa, mas a gente esbarra na certificação pra vender. Quero trabalhar aqui com a rotação de cultura.

Em conversa telefônica no dia 23/10/07, a cooperada bastante entusiasmada nos informou que a Empresa Técnica de Extensão Rural (EMATER) em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) irá divulgar o trabalho dela e de seu marido através de um documentário, cuja finalidade é caracterizar a sua propriedade como unidade de referência de produtos orgânicos. Ela estava com muita expectativa para conseguir novos financiamentos com a divulgação do documentário.

A senhora Alcinéia passa a maior parte do tempo trabalhando no lote particular. Como ela participa somente do grupo da horta orgânica, ela estabelece pouco contato com a cooperativa. Pois, como foi mencionado, o grupo da horta orgânica trabalha nas propriedades particulares e não comercializa de forma sistemática pela cooperativa (somente em feiras). Ela comentou:

Eu vou mesmo na cooperativa nas assembléias, porque o meu trabalho é aqui e também não vou mais lá pela dificuldade de transportar as hortaliças até a cooperativa para ir pras feiras, tem que pagar frete. Só participei de duas feiras... No Flor Pará vendi planta no vaso, cheiro-verde, cebolinha, couve, xicória e pimenta e na feira de produtos orgânicos na praça Batista Campos em novembro do ano passado vendi pimenta em vaso, sem ser em vaso, manjeriço, couve, cheiro-verde, hortelã,... esses outros todos em vaso.

A prioridade da senhora Alcinéia é o trabalho no lote. Pois, tem dificuldade de transportar a produção até a cooperativa para participar dos eventos e não desenvolve as atividades produtivas no espaço da cooperativa. Como ela enfatizou “o meu trabalho é aqui”. Por isto, não está tão envolvida com a cooperativa.

Aqueles cooperados, que pertencem a mais de um grupo, estão mais próximos da cooperativa, pois as atividades aumentam e o envolvimento é maior. Tanto a atividade da hidroponia, quanto a produção de plantas requer uma maior aproximação da cooperativa. No caso do grupo da hidroponia, como foi citado, na produção e comercialização, e no grupo de plantas, na comercialização. Mesmo aqueles cooperados que pertencem ao grupo da hidroponia, mas não trabalham nesta atividade, sendo realizado o trabalho por familiares de cooperados, os membros deste grupo ficam interessados sobre o andamento do trabalho e as questões da cooperativa, pois as informações são repassadas entre familiares e membros do grupo da hidroponia.

Foi mostrado que o grupo de plantas e hortaliças desenvolve suas atividades apenas no lote dos cooperados, por isto é mais difícil o envolvimento na cooperativa, como no caso da senhora Alcinéia que participa somente do grupo de hortaliças. Todavia, a cooperada informou que este distanciamento da cooperativa diminuirá para aqueles que pretendem participar do projeto de flores e plantas, financiado pelo Banco do Brasil. Pois, os membros do grupo de plantas irão produzir juntos, assim, tende a se aproximar e participar mais das atividades da cooperativa. Esta é uma questão interessante, porque o trabalho no grupo de plantas irá assumir uma nova dimensão, a dimensão coletiva. Ela se mostrou interessada em participar:

Os cooperados com dinheiro do projeto de plantas tão pensando em comprar um terreno. Quem quiser participar pode entrar no grupo. O trabalho vai ser em equipe. Vai ficar uma produção em conjunto, unificada. Eu fico feliz. O pessoal vai ficar próximo um do outro e lá da cooperativa.

O comentário da senhora Alcinéia mostrou que os cooperados gostam também de trabalhar juntos, o quanto representa para ela, à cooperação, o trabalho “em equipe”.

É interessante comentar sobre a organização do trabalho na propriedade do senhor Armando e do senhor Antônio Matias. Pois, os dois cooperados pagam “diária” para seus familiares trabalharem na propriedade da família, diferentemente dos demais. O senhor Armando, que também trabalha como pedreiro, participa do grupo de plantas e do grupo de horta orgânica e o senhor Antônio Matias, que trabalha apenas como agricultor participa do grupo de horta orgânica e do grupo da hidroponia. A propriedade do cooperado Armando possui uma extensão de 20m x 200m. A área produtiva é de 20m x 40m. Trabalham quatro pessoas na sua propriedade, ele, a esposa, sua irmã e seu tio. Ele comentou como funciona o trabalho na sua área e o pagamento das diárias para os familiares.

...a minha irmã, minha esposa e meu tio ficam direto trabalhando, inclusive quando tô trabalhando fora. A minha esposa dá uma ajuda, a minha irmã administra a parte das plantas e da horta. Ela também ganha uma comissão da venda do cheiro-verde, eu pago pra ela 40% do que é vendido. Pro meu tio eu pago R\$12,00 na horta que já existe do cheiro, cebolinha e feijão, ele trabalha de duas a três vezes por semana. Ele também tá fazendo a limpeza na área onde vai ser a horta do projeto...

O projeto, a que seu Armando se refere, é o projeto da horta orgânica, em que ele irá iniciar a produção. Seu Armando comentou sobre a participação de sua irmã nas atividades da cooperativa : “...Ela já fez entrega no Yamada Plaza e Marambaia, foi um sucesso. Essa semana, ela vai pro Yamada Plaza, Marambaia e Almirante Barroso”.

O senhor Antônio Matias tem uma propriedade, cuja extensão é de 100mx100m. Ele aproveita toda a extensão da área para o cultivo e criação. Sua área é localizada no Bairro São

Francisco no Município de Marituba e não no Residencial Almir Gabriel. Ele cultiva hortaliças orgânicas: couve, cheiro-verde, alface, cariru, chicória, jambú e cria suíno e peixe em sua propriedade. As hortaliças e os suínos são consumidos pela família e também comercializados. Somente os peixes ainda não são vendidos, a criação está em expansão. Logo, apenas são para consumo da família. O senhor Matias informou, que são cinco pessoas que trabalham frequentemente no seu “terreno”: três filhos, a mulher e ele. Todos os filhos estão envolvidos no trabalho. Como falamos, ele remunera seus familiares pelo trabalho, seus filhos. Aquele, que tem a idade de 16 anos, recebe R\$ 30,00, o outro, que tem 12 anos, recebe R\$ 10,00. Quando perguntei por que remunerava seus filhos, ele respondeu:

Eu pago, porque eles precisam também, eles precisam comprar roupas, caderno, lápis, aí eles se mantêm por conta deles. Se não pagar eles, fica tudo nas minhas costas. Eles se viram e compram, o que precisam.

O filho mais velho de seu Matias, que tem 28 anos, trabalha na empresa Maginco (madeireira) como operador de máquina. Não recebe pelo trabalho no lote, porque segundo o cooperado ele ajuda no trabalho na horta somente quando está de “folga, na segunda de manhã e em feriado”. O cooperado falou que quando aumenta o volume de trabalho contrata um diarista “só quando aumenta o serviço pago a diária de R\$ 10,00 para uma ajuda aqui, é uma vez ou outra”.

Tanto seu Armando, quanto seu Matias têm outras funções na cooperativa, além de serem cooperados. O senhor Armando é responsável pela venda, abastecimento, manutenção das plantas e prestação de contas na cooperativa pelas plantas vendidas nos supermercados. O senhor Matias é diretor de vendas da cooperativa. Mas, não está exercendo a função, repassou para o senhor Almiro. Ele deixou muito claro, que ele deu prioridade ao trabalho realizado como agricultor autônomo em sua propriedade, e, por isto, deixou a sua função na cooperativa. O cooperado Matias explicou:

Eu sou diretor de vendas, só que eu não tô assumindo, quem tá é o Cat porque eu não tenho tempo por causa do meu serviço aqui, da horta, da criação. O Cat conhece venda. Mas na ata ainda tá eu, agora ele mexe com a parte da venda.

Os relatos dos cooperados mostraram o envolvimento de seus familiares no trabalho tanto na propriedade da cooperativa quanto no lote agrícola familiar. A partir da tabela abaixo é possível melhor visualizar a participação da família dos cooperados no trabalho.

Tabela 4 - Participação da família no trabalho

Cooperado	Nº de membros da família que trabalham nas atividades da cooperativa	Nº de membros da família que trabalham como agricultores autônomos nas atividades do lote agrícola familiar
1	1	1
2	1	1
3	4	4
4	1	1
5	3	3
6	2	6
7	1	1
8	5	1
9	2	2
10	2	2
11	2	2
12	3	1
13	4	1
14	1	1
15	1	2
16	5	5
17	1	1
18	1	1
*** Total ***	40	36

Como foi visto, os familiares de cooperados estão envolvidos tanto no trabalho da cooperativa quanto no trabalho do lote agrícola familiar como agricultores autônomos²¹ Assim, nas atividades da cooperativa os familiares participam principalmente de feiras, reuniões, mutirões e produção. Atualmente, os familiares estão mais envolvidos na produção da horta orgânica e nas plantas ornamentais. Pois, será visto posteriormente que o trabalho passou a assumir uma outra dimensão na produção da alface hidropônica. Com isto, foi reduzida a participação dos familiares nesta atividade. Nas atividades do lote agrícola como agricultores autônomos, os familiares se envolvem na produção e na venda dos produtos. Vale ressaltar, que a produção de hortaliças orgânicas e plantas ornamentais mesmo que desenvolvidas na propriedade dos cooperados são atividades da cooperativa, por isto foram contabilizadas a participação dos familiares dos cooperados nestas atividades. Observa-se como exemplo da participação da família nas atividades, os cooperados que correspondem aos números seis, oito e treze, estes estabelecem relações de parentesco. O cooperado número seis e oito são irmãos, ambos têm filhos que participam das atividades da cooperativa e das atividades do lote agrícola familiar como agricultores autônomos. O cooperado número seis tem um filho que participa de forma ativa principalmente nas atividades da cooperativa. O cooperado número oito tem dois filhos que participam das atividades da cooperativa, sendo

²¹Entende-se por família aqueles que estão ligados por laços consanguíneos que não necessariamente vivem na mesma residência, aqueles que não têm laços consanguíneos, mas vivem na mesma residência e aqueles que estabelecem relações de compadrio, por isto foram contabilizados como familiares de cooperados: tios, primos, irmãos, afilhados, madrinhas, padrinhos e agregados.

que um deles também é cooperado, corresponde ao número treze. Também pode ser citado como único exemplo de relação conjugal entre cooperados aqueles que correspondem aos números nove e dez. Eles participam do grupo de plantas.

Foi observada a participação da família no trabalho tanto nas atividades da cooperativa quanto nas atividades do lote agrícola familiar. Todavia, no lote o trabalho não é realizado somente pela família, existem cooperados que “pagam” a diária ou “pagam” por semana para “trabalhador” “ajudar no trabalho”. Mas, são poucos. Sistemáticamente, o senhor Gileno (presidente) e o senhor Pedro Reis. O senhor Gileno justificou, porque paga trabalhadores. O motivo é a sua função como presidente: “pago R\$100,00 por semana para dois trabalhar na horta, eles me ajudam, também porque tenho que cuidar das coisas da cooperativa”. De forma esporádica, o senhor Antônio Matias paga a diária de R\$10,00. Ele comentou “é só quando o serviço aumenta, pra ajudar eu e meus filhos, uma vez ou outra”. Também existe apenas um caso, em que o trabalho no lote é realizado entre “sócios”. Trata-se de seu Ivanildo. Este tem um “sócio” que não é cooperado. Eles produzem juntos as plantas ornamentais, dividem o que foi vendido e abatem os cinco por cento para cooperativa. Suas plantas são comercializadas com a cooperativa e com consumidores externos (paisagistas). Aqueles que produzem individualmente no lote e sem a participação da família, contam com “a ajuda” de outros cooperados, como foi falado.

Como foram citados, os únicos cooperados que produzem juntos em propriedade particular são o senhor Alício e o “professor” Ronaldo. Produzem na propriedade do professor. É interessante fazer um breve comentário sobre o trabalho deles e o que os levou a trabalhar juntos. Os dois são aposentados. O professor se dedica hoje à produção de hortaliças orgânicas e o senhor Alício se dedica tanto ao trabalho das hortaliças quanto à atividade da hidroponia. Eles não contam com o envolvimento de seus familiares no trabalho. O senhor Alício justificou o motivo de trabalharem juntos na produção de hortaliças:

Aqui a gente trabalha junto, já tinha outras experiências de trabalho junto... tá acostumado um com o outro já a um bom tempo”. Aí resolvemos plantar hortaliças aqui na propriedade do professor com o financiamento que saiu para o grupo do orgânico pela cooperativa, fomos um dos primeiros...se der tudo certo vou plantar no meu terreno, mas não vamos deixar desse trabalho aqui não.

O comentário de seu Alício mostrou que “experiências” anteriores e a amizade estabelecida foram importantes para o desenvolvimento do trabalho. Seu objetivo é expandir a produção de hortaliças para sua propriedade. Contudo, ele deixou claro que não pretende abandonar o trabalho realizado com o senhor Ronaldo. Seu Alício nos informou que eles trabalham “juntos” na produção e também dividem “as tarefas”, “depende da necessidade e do

trabalho”. Eles dividem o dinheiro da venda “no mercado local” (eles se referem aos feirantes, donos de restaurantes e “mercadinhos” e “o pessoal da redondeza”). A produção também é para consumo da família.

O senhor Alício falou sobre os objetivos em comuns (dele e o do “professor”) com a venda das hortaliças. “Estamos vendendo no máximo dez maços de cheiro por dia. É o que é mais vendido... A nossa visão era vender 30 maços dia...”.

O senhor Alício trabalhava na atividade da hidroponia de duas a três vezes por semana. Tem a função de secretário da cooperativa e assumirá a vice-presidência. Ele falou sobre sua proximidade à cooperativa, o motivo de ainda não ter assumido a nova função, o trabalho realizado na hidroponia e as mudanças nesta atividade:

Eu sempre tô em contato com a cooperativa, como agricultor e como secretário, vou ser o vice-presidente. Porque a cooperativa tava sem vice, mas tá só no papel, falta legalizar, registrar a ata na Jucepa. Por isso, ainda estou na função de secretário da cooperativa. Como secretário, faço ata, preparo documento e outras coisas. Já como agricultor, trabalhava na hidroponia e ainda trabalho no terreno com hortaliças. Na hidroponia o plantão era dividido por dez pessoas de dois em dois dias intercalados entre os cooperados e familiares da hidroponia. Eu ia plantar, colher, semear, fazer limpeza nas calhas, colocar os nutrientes, completar água. É essa a rotina da hidroponia...

A Jucepa, a que seu Alício se refere é a Junta Comercial do Estado do Pará e o “plantão” foi a denominação criada pelos cooperados da hidroponia sobre o tempo de trabalho gasto na atividade da hidroponia. Esta não pode ser interrompida. A atividade é desenvolvida durante vinte e quatro horas. Segundo, a senhora Maria José, o plantão era dividido “de duas em duas pessoas”, sendo que cada dupla trabalhava doze horas, “as vezes tinha mais de duas pessoas, dependia do trabalho e da escala”. Participavam do “plantão” um número maior de cooperados e seus familiares. Eram quatro cooperados (Matias, Alício, Raimundo, Ivanildo) e quatro familiares (o irmão, a filha e o genro do cooperado Ivanildo, um filho da senhora Maria de Nazaré, o sobrinho de dona Tereza). Contudo, seis cooperados não tinham disponibilidade para cumprir o plantão. Eram eles: Gileno, Antônio Carlos, Maria José, Maria de Nazaré, Mário e Tereza. Por isso, o senhor Gileno, a senhora Maria José e o senhor Antônio Carlos pagavam para os familiares de cooperados o valor de R\$15,00 para serem substituídos nos “plantões”. Os demais não pagavam, porque como disse seu Mário “o trabalho é da família, era o meu filho que tirava o plantão por mim, o que recebia da hidroponia ia pra ele”. Seu Mário reforçou o caráter do trabalho familiar.

Antes, o trabalho era realizado sob a forma de plantão dividido dias e horários entre os cooperados e seus familiares que substituíam aqueles que não tinham disponibilidade para cumprir. Contudo, houve modificações quanto ao número de pessoas para desenvolver o

trabalho na hidroponia. O presidente enfatizou em assembléia no dia 05/08/07 que era importante contratar três pessoas para trabalhar na hidroponia e substituir os cooperados: “três pessoas pagas com a própria produção, dois de dia e um à noite”. Contudo, tanto a senhora Maria José, quanto Sandro (filho da senhora Maria, apesar de não ser cooperado, é bastante participativo nas reuniões) não concordaram quanto a contratação de pessoas de “fora” para trabalhar na hidroponia. A senhora Maria José comentou:

Eu acho que não tem que contratar gente de fora, esse trabalho aqui é da família, tem uns que tem outros afazeres de onde de se sustentar, mas quem não tem?

Em seguida, Sandro argumentou:

Gente, isto aqui não tá funcionando como cooperativa... Os sócios e familiares têm que trabalhar aqui. Mas, se tem funcionário a gente não pode dizer que é uma cooperativa nossa.

O presidente depois concordou: “enquanto tá na agricultura familiar o pessoal ainda é nosso. Mas se for contratar, eles vão ser empregados...”. Foi muito importante a colocação de Sandro, pois ele chamou atenção para o sentido do cooperativismo. A necessidade de que os sócios e seus familiares assumam o empreendimento e pratiquem a autogestão. Sandro também se manifestou na assembléia realizada no dia 07/10/07 em defesa do trabalho de promotor de vendas da alface e das plantas nos supermercados serem realizados pelos próprios cooperados e familiares. Ele comentou:

A gente tem família, filho, todo mundo aqui precisa trabalhar. Eu acho que o promotor de vendas tem que ter vínculo com a cooperativa, ser gente nossa e não de fora.

A partir da colocação de Sandro, o presidente refletiu sobre o sentido do trabalho familiar e do cooperativismo. Por isto, não foram contratadas “gente de fora”. Mas sim, o trabalho permaneceu entre familiares de cooperados e cooperado. Hoje o trabalho na atividade da hidroponia é realizado somente por três pessoas sistematicamente, seu Alicio explicou:

...agora optamos por deixar três pessoas direto, o Sandro, filho da dona Maria e primo do Ivanildo, o Chico irmão do Ivanildo e o seu Raimundo, que é cooperado. O Ivanildo fica na supervisão, mas só fica direto no trabalho, quando falta alguém. A cooperativa começou a pagar pra eles e não pra gente de fora, porque é de cooperado e familiar de cooperado. Eles também já conheciam o trabalho. Optamos assim, porque tava cansativo dar os plantões.

O presidente complementou: “agora fica um de dia, o Chiquinho, e dois de noite, o seu Raimundo e o Sandro, resolvemos pagar pra eles. O seu Mário as vezes vai lá ajuda o filho”. O seu Mário, a quem o presidente se refere, é pai do “Chico ou Chiquinho”. Logo, o foco do trabalho continua sendo a família e não “gente de fora”.

Assim, o trabalho na hidroponia não é individual. Os membros dependem um dos outros, enquanto um realiza uma tarefa, o outro realiza uma outra, às vezes também realizam de forma simultânea. Segundo Sandro (filho de dona Maria), “se uma tarefa falha pode prejudicar o andamento do trabalho”. Sandro disse que prefere trabalhar de forma coletiva. Ele justificou “...É muito bom assim, a gente divide as tarefas. Eu prefiro trabalhar com outros...o trabalho fica menos cansativo...e termina logo o serviço”. Ele comentou ainda sobre a especialidade e divisão do trabalho na hidroponia:

Lavo bancada, tampa da caixa, semeio, faço o transplante, o transplante é tirar do berçário as mudas e colocar nas bancadas, lavo bandeja desocupada e recompleto o berçário, coloco nutriente, completo caixas com água. Depois, o Ivanildo vem e faz a adubação e controle de insetos. Enquanto os outros dois também fazem essas tarefas, ou a gente divide ... a colheita é feita no dia anterior a entrega...

Assim, foi observado o funcionamento do trabalho na atividade da hidroponia caracterizado pela especialização de funções e compartimentação do trabalho muito próximo das experiências de autogestão citadas por Singer (2002) e Albuquerque (2003) dentro de fábricas.

Questionou-se o diretor operacional, se o trabalho na atividade da hidroponia era realizado de forma igual entre os membros, quando havia os “plantões”. Ele considerou: “sempre tem um que puxava pra um lado, tem uma diferençazinha, um fica empurrando o serviço pro outro e às vezes não terminava seu trabalho”. Este é um exemplo da dificuldade de praticar a cooperação, citada por Olson (1998). Para a senhora Tereza estes problemas também existiram quando iniciou a cooperativa:

Começamos a plantar na cooperativa. Ficava um grupo de manhã e outro de tarde, tinha muita gente que faltava, eu também faltava, a comadre Maria era mártir molhava a planta de todo mundo. Ficou naquele lenga, lenga de um trabalhar mais que o outro, montar um no outro...

Como foi visto Olson (1998), questionou a idéia de que membros de um grupo com interesses comuns atuassem voluntariamente a fim de tentar promover estes interesses. Aqueles cooperados, que não poderiam ser excluídos de obter os benefícios alcançados pelo trabalho dos que realizavam as atividades, poderiam ter pouca motivação a contribuir para a ação.

Tanto no grupo da hidroponia, quanto no grupo de plantas (seus produtos são comercializados semanalmente pela cooperativa), existem pessoas responsáveis pela venda dos produtos e prestação de contas. O senhor Armando e o senhor Sandro (filho de dona Maria que não é cooperado) controlam a venda das plantas nos supermercados. A senhora Quitéria já realizou a prestação de contas. O senhor Almiro, como foi dito, é responsável pela

venda da alface nos supermercados e nas feiras e mercadinhos do Município de Marituba. A supervisão da qualidade da alface e das plantas é realizada pelo diretor operacional da cooperativa, senhor Ivanildo, que também realiza a prestação de contas junto aos responsáveis pela venda das plantas nos supermercados e pela venda da alface nos supermercados e no mercado local (feiras, restaurantes, “mercadinhos”). Assim, há uma divisão do trabalho interna nestes dois grupos.

É interessante tratarmos também de uma outra dimensão do trabalho. Trata-se dos mutirões. Estes são realizados de forma esporádica, como disse dona Tereza, “quando tem necessidade”. Os mutirões têm sido realizados na propriedade da cooperativa e todos os cooperados são convocados para participar. O presidente comentou: “todo mundo pode participar, mas participa quem pode quem não pode, paga alguém pra substituir, dá o lanche pra quem trabalha”. O trabalho no mutirão é para a limpeza do terreno da cooperativa (poda e capina). O senhor Alício chamou atenção para a importância dos mutirões em assembléia, no dia primeiro de setembro de 2007: “os mutirões estão um pouco parados e têm que retornar”. Seu Ivanildo é o responsável pela organização dos mutirões. Sobre os mutirões, ele comenta: “trabalha todo mundo junto, capinando, tirando lixo”. Indagamos ao senhor Ivanildo se o mutirão já foi realizado nos terrenos particulares, ele disse: “a gente faz só aqui, mas teve uma vez que teve um pessoal que invadiu o terreno do seu Alício e nós compramos estaca e arame para cercar o terreno dele”. Em assembléia realizada no dia 07/10/07, o presidente chamou atenção para ser realizado o mutirão na área, onde será construída a feira do produtor e não somente no terreno da cooperativa. Ele falou:

Eu queria combinar, se a gente faria um mutirão lá, limpeza, baudrame. Teve uma época que tavam invadindo, eu fui com o prefeito e com a procuradora e tiraram o pessoal do terreno. Agora já saiu gente de lá, mas podem querer voltar, a gente tem que fazer logo o mutirão e começar a obra... O esquema é o seguinte, quem não pode ir, paga um trabalhador...

Veiga & Albadejo (2002), em seus estudos nas localidades de Sítio Novo e Vera Cruz, localidades vizinhas do Município de Marabá, discutem a emergência da ação coletiva. Segundo os autores, o mutirão é um dos meios para emergir esta ação. Uma das formas em que o mutirão se manifesta é para “adiantar serviço” (roçar, capinar), e o convite aos participantes se dá de forma mais pública, como em reuniões. Na COOPSANT, uma das finalidades de realizar o mutirão é para “adiantar serviço” e assegurar o espaço da cooperativa, como mostrou o presidente. A forma de realização, a convocação e a discussão sobre os participantes ocorrem nas assembléias. A partir das assembléias ocorridas nos meses de agosto e outubro de 2007, os cooperados decidiram retomar os mutirões. No dia 07/11/07,

foi realizado um mutirão para capinar e “limpar o terreno da cooperativa”, como falou seu Alício. Participaram os cooperados: Alício, Tereza, Matias, Ivanildo e Raimundo. Dos familiares de cooperados participaram seu “Chico” (irmão de Ivanildo e filho de seu Mário) e o senhor Ailton (esposo de dona Maria de Nazaré). Somente um trabalhador diarista foi contratado. Este foi contratado pelo presidente que não pôde participar do mutirão, pois estava “ocupado com assuntos da cooperativa”, segundo ele. Mas, nem todos aqueles que consideraram a necessidade de realizar o mutirão nas assembleias participaram, como dona Maria José. A senhora Tereza falou sobre a participação nos mutirões: “muita gente diz na assembleia que vem pro mutirão, chega na hora, alguns faltam, o negócio não é só falar, tem que participar”. A senhora Tereza chamou atenção para a necessidade da cooperação e participação dos cooperados. Assim, aqueles que não participam da ação coletiva são também beneficiados, como diz Olson (1998). O presidente informou em conversa telefônica, no mês de abril do ano de 2008, sobre a realização do último mutirão: “faz dois meses que não tem mutirão, o último foi pra limpeza simples lá na cooperativa”.

O trabalho, como foi observado, assume dimensões diferenciadas, tanto nos lotes dos cooperados, como na propriedade da cooperativa. Observou-se à participação da família, como também outras configurações do trabalho. O mais interessante é que nos dois espaços e nas diferentes atividades realizadas, os cooperados acreditam que o desenvolvimento do trabalho é para o crescimento da organização e para melhoria de suas condições de vida e de seus familiares, seja este realizado de forma autônoma, pelos cooperados como agricultores em seus lotes, seja realizado na cooperativa. Eles têm em mente que o trabalho familiar é a base de sustentação da cooperativa, como vários disseram “é da família” e como falou seu Raimundo “...é nosso trabalho, da família...”. Por isto, não remunera seu filho, quando ele lhe “ajuda” no trabalho no lote familiar. Por mais que muitos não tenham familiares atuantes na cooperativa, eles dizem que o trabalho é da família. A expectativa é muito grande na cooperativa e no retorno que esta proporciona e proporcionará para os associados e seus familiares. Em seguida, será discutida a autogestão da cooperativa.

5. AUTOGESTÃO, PODER E PARTICIPAÇÃO

5.1 - DEFINIÇÕES E FORMAS DE AUTOGESTÃO

Anteriormente foi visto que os empreendimentos autogestionários são aqueles que praticam a autogestão. A autogestão é a “gerência de uma empresa pelos próprios trabalhadores” (Ferreira, 2004; ver também: Macdonald, 2005, p.46; Melo Neto, 2005). Para Singer (2002), Albuquerque (2003), Dorneles (2000), como a autogestão é um outro modelo de gestão, seus membros são donos do empreendimento. Eles assumem a total responsabilidade pela gestão da entidade e deliberam as decisões em conjunto. Além de cumprirem suas tarefas preocupam-se com os problemas gerais do gerenciamento (Singer, 2002). Para Singer (2002a, p.16), “talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas”. Distingue entre heterogestão, a (administração hierárquica) e a autogestão (a administração democrática). Dorneles (2000) diz que a autogestão é uma forma de organização que está emergindo na sociedade brasileira já há alguns anos, e é também uma forma de desenvolvimento da participação. Segundo a autora, os anos noventa foram caracterizados pela crise do desemprego. O surgimento de associações e cooperativas foram alternativas encontradas pelos trabalhadores desempregados.

Na COOPSANT, em diversas assembléias, alguns cooperados e familiares chamaram atenção para que os próprios sócios e a família destes assumissem as tarefas e a gestão da organização e não contratassem trabalhadores “de fora”. Sandro, filho de dona Maria de Nazaré, constantemente tratou esta questão, inclusive em relação à organização cotidiana do trabalho. Dentre vários comentários que ele fez, é citado mais um: “Pessoal tem que tá aqui no dia-dia é a gente que tem que assumir as coisas da cooperativa”. Seu Armando também falou:

Como a cooperativa é nossa, a gente que tem que se esforçar pra dar certo, porque aos poucos tá dando certo, tem alguns problemas, mas se não for a gente pra fazer, resolver, quem é que vai ser, é o cooperado, é o filho do cooperado, outro parente que tem que se esforçar pela cooperativa.

Assim, a organização associativa se administra através da autogestão. Porém, a forma da autogestão pode variar em função das estratégias da organização, o que está relacionado ao tipo da organização associativa. A participação dos membros na vida da organização e na tomada de decisões é altamente influenciada por estes fatores. A autogestão pode se realizar de três formas sendo os extremos a gestão central e a fraca coordenação (a "anarquia"), enquanto a autogestão equilibrada se mantém numa posição intermediária, baseando-se na participação ativa dos sócios (ver Schmitz et al., 2007).

A gestão central pode se realizar de duas maneiras: a) Gestão "tradicional", por exemplo, através de um gerente centralizador. b) Gestão carismática, frequentemente caracterizada mais pela maneira de coordenar (sem regras, relações personalizadas) do que pelas qualidades "extracotidianas" do líder (Weber, 1994, p.158;²²). Nesses dois últimos casos, pode ter falta de transparência, contabilidade e controle (social), fatos que permitem a atuação de um gerente-aproveitador.

A gestão do tipo "fraca coordenação" tem o discurso de que todos são cooperados e ninguém manda neles, a exemplo de uma parte das cooperativas prestadores de serviço do Projeto Lumiar, nas quais o coordenador era um ator com pouco poder em relação aos extensionistas (Schmitz et al., 2007). A autogestão equilibrada baseia-se na participação ativa dos sócios.

5.2 UMA AUTOGESTÃO EQUILIBRADA: O CASO COOPSANT

Considera-se que a autogestão praticada na COOPSANT é equilibrada com destaque à figura do presidente. Este direciona as ações da cooperativa, e, foi eleito junto com uma diretoria pelos demais sócios. As diretrizes e decisões em sua maioria são discutidas e aprovadas em assembleias gerais e extraordinárias. As assembleias gerais ocorrem uma vez por mês (no primeiro domingo de cada mês) e as extraordinárias ocorrem “sempre que for necessário”, como falou o presidente. A frequência nas assembleias é muito grande, os sócios procuram sempre estar presentes. Como citamos, tratamos da participação concreta, ou seja, aquela que se preocupa com a tomada de decisão em organizações associativas ou projetos de desenvolvimento e que pode ser analisada através da sociologia das organizações usando o conceito do sistema de ação concreto (Schmitz, 2005; Schmitz et al., 2006) e não a contribuição da participação na cooperativa para a cidadania dos seus sócios. Para Bernoux (2005), o sistema de ação concreto em uma organização formal é um “conjunto de relações que se estabelecem entre os membros de uma organização e que servem para resolver os problemas concretos cotidianos” (Bernoux, 2005:167). Estas relações informais não são previstas, são criadas no dia a dia das organizações. Na COOPSANT, estas relações são criadas entre os cooperados, permitindo que tragam soluções para os gargalos da organização. Nelas são criadas regras informais e aqueles que pretendem introduzir mudanças no ambiente organizacional têm que conhecê-las. O presidente é uma dessas pessoas. Ele está antenado

²² "O líder fica à vontade para fazer intervenções sempre que sente que os participantes não resolvem a situação. A organização não tem regras formais, nem órgãos administrativos e nem precedentes para guiar novos julgamentos". O líder pode utilizar os bens comuns como se fossem de sua propriedade particular, fato muito comum nos relatos sobre empreendimentos coletivos (Ritzer, 1996, p.133).

com as relações informais criadas nos grupos. Uma das principais pessoas que incentivam estas relações é o senhor Armando. Ele constantemente frequenta a propriedade dos cooperados e estabelece contatos e conversas informais. Pode-se citar também o senhor Laércio.

Na COOPSANT, existem aqueles que se destacam e participam ativamente das assembleias. Como por exemplo: Rodolfo, Marcelo, Augusta, Alberto, Natanael e Leonardo. Perguntou-se aos cooperados quem eram aqueles que mais se destacavam e seriam líderes da organização. Alguns consideraram o senhor Rodolfo e além dele, os senhores Marcelo, Natanael, Leonardo e Alberto. Todavia, destacaram mais o senhor Armando. A senhora Helena, justificou:

Estão sempre inteirados com tudo da cooperativa, se destacam nas reuniões, falam o que acham, mas o Marcelo por exemplo, repassa as informações, vai atrás das coisas, o Natanael participa, argumenta.

O senhor Sérgio comentou: “O Leonardo tem idéias, fala nas reuniões. Já o Marcelo é esforçado na comercialização, tem idéias positivas para organização e ajuda o grupo”. O presidente considerou o senhor Ivanildo: “é muito esforçado e não tem que tá tudo consultando o presidente”. Interessante que o Natanael não é sócio (filho de cooperado). Tanto o senhor Marcelo, quanto o senhor Natanael e o senhor Leonardo não ocupam cargo na estrutura organizacional da cooperativa. Destaca-se o senhor Marcelo, o senhor Natanael e o senhor Leonardo como membros estratégicos na cooperativa. Eles realizam outras funções, mas não possuem cargos formais. Principalmente, o senhor Marcelo que na maioria dos relatos foi apontado como uma liderança e considerado “um grande líder” por seu Rogério. O senhor Marcelo é apontado pela maioria dos cooperados, como o próximo presidente da cooperativa Também o presidente e o senhor Ivanildo são líderes e pessoas estratégicas. Eles já exercem cargos na organização. Estes estratégicos sabem “jogar”, mantêm suas opiniões diferentes e buscam argumentações. O cooperado Roberto, por exemplo, disse em assembleia que não poderia um cooperado sair da cooperativa e repassar a sua quota-parte para outro cooperado que estivesse se associando. Segundo ele, de acordo com o Estatuto, a quota-parte teria que ser vendida. Ele resolveu se afastar da cooperativa durante dois anos, porque os membros haviam aceitado a entrada do novo sócio sem ter comprado a quota-parte. Ele comentou: “eu já estava vendendo planta direto fora, aí fui convidado pra voltar”.

Quando é tratada a participação, pode-se distinguir entre duas situações diferentes: a) a auto-organização; e b) a organização para os outros (*organisation pour autrui*) (Laville &

Sainsaulieu, 1997, p.284-285). Na auto-organização, os membros são também os beneficiários, a exemplo de uma cooperativa de comercialização; na organização para os outros, os membros e os beneficiários não são idênticos, a exemplo de Emaús que tem, além dos membros voluntários, membros contratados pela organização (profissionais) e os beneficiários (sem teto) ficam sem plena participação (Eme et al., 1997).

No caso da COOPSANT, fala-se em auto-organização, seus membros são os beneficiários. Pois, como os membros são donos da cooperativa, participam da gestão e deliberam as decisões na organização. O poder é fundamental para definir as regras e monitorar para que sejam respeitadas. Assim, precisa-se do poder como uma força estruturante para possibilitar a coordenação da organização. Não se trata de fazer "desaparecer o poder". É nesse sentido que a autogestão é freqüentemente criticada. Por isso, Crozier & Friedberg (1993, p.281) descrevem a autogestão dos operários como problema e não como solução. Apesar de se referir a uma situação histórica na França (anos 1970), em que a introdução da autogestão dos operários era discutida como proposta política com o objetivo de "dar" o poder ao máximo de pessoas possível ou de oprimir o poder e a dominação. Destacam que "o poder, porque é uma relação e, conseqüentemente, não pode ser possuído, tampouco não pode ser apropriado de forma coletiva ou distribuído como confiança e amor" (Crozier & Friedberg, 1993, p.283).

O poder, segundo Crozier & Friedberg (1993, p.39), é "a possibilidade disponível de indivíduos ou grupos de influenciar outros indivíduos ou grupos". Caracteriza-se como uma relação entre atores, sem necessariamente incluir o dever de obedecer (dominação). Não se trata de um atributo de certas pessoas (p.ex., uma autoridade com a capacidade de comandar) ou uma "*combinação* da coerção e da legitimação" (poder político; Chazel, 1995, p.233, 241).²³ Apenas numa relação entre uma pessoa A e uma pessoa B pode-se desenvolver o poder e, assim, representa uma relação e não a qualidade de uma pessoa (Schmitz et.al, 2007). Uma condição é que os interesses pessoais dos atores se dirigem ao alcance de um determinado objetivo comum, o que os torna dependentes uns dos outros. O poder se desenvolve apenas através da troca entre estes dois atores, pela qual o mesmo é relacionado a um processo de negociação (Crozier & Friedberg, 1993, p.39-41). Na COOPSANT, o poder se manifesta nas relações entre os cooperados e os grupos em momentos de negociação, como

²³ Lembramos as idéias de Max Weber (1994, p.33): "*Poder* significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento desta probabilidade. *Dominação* é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis." Para Weber (1994, p.33), o conceito amplo de "poder" é sociologicamente amorfo, pois aplica-se a situações diversas. Por isso, restringiu-se ao conceito estreito de "dominação" (um tipo específico de poder).

por exemplo, ocorreu no início da cooperativa, em que o presidente sugeriu que a quota-parte fosse paga com a produção de plantas dos cooperados e aceitou outras sugestões. Ele comentou: “eu coloquei a idéia em assembléia e eles aceitaram pagar a quota com o que era vendido”. Nesta situação, o poder serviu como uma força estruturante para possibilitar a coordenação da organização. A senhora Tereza comentou a proposta do presidente sobre o meio utilizado para integralizar a quota-parte.

...depois ele deu a idéia para continuar a plantar plantas de jardinagem, ornamentais, era érika, duranta, para poder pagar a quota-parte. A planta era da cooperativa que com a venda cobria a quota-parte. Comigo foi assim, eu terminei de pagar a quota com planta...

O poder ainda se manifesta na cooperativa nas negociações entre grupos e cooperados sobre os projetos da cooperativa, como o projeto da hidroponia que seria expandido no final do ano de 2007, mas em virtude dos questionamentos do grupo de plantas o qual não tinha projeto com financiamento, foi decidido dar prioridade para elaboração de um projeto para as plantas. Dentro dos grupos não conseguimos observar a manifestação do poder, pois como falamos, quase não participamos das reuniões internas a estes. O poder também se manifesta nas negociações entre os cooperados sobre aqueles que participarão dos eventos expondo seus produtos e quais os representantes da cooperativa nas viagens para outros estados, dentre outras situações.

Crozier & Friedberg (1993, p.68) introduziram na análise das organizações a liberdade dos atores. Os atores mantêm certo grau de autonomia, por isto, calculam e manipulam as ações. Assim, proporcionaram uma nova visão da ação social, superando a visão tayloriana de um indivíduo passivo. Crozier (1964, citado por Crozier & Friedberg, 1993, p.27) não via o homem dentro da organização somente como “mão” (como considerava a visão tayloriana) e nem como “mão e “coração” (como considerava a escola de relações humanas). Para o autor, o homem é principalmente cabeça, ou seja, liberdade.

O mecanismo fundamental de estruturação das relações de poder e da ação coletiva pode ser entendido, então, como jogo, possibilitando a cooperação, unindo liberdade e coação. Segundo a visão de Crozier & Friedberg (1993), observamos que os atores não são passíveis. Na COOPSANT, mesmo que sejam poucos os que participam ativamente nas assembléias e expõem suas opiniões, existem aqueles que expuseram suas opiniões nas entrevistas e nas conversas informais sobre a cooperativa. Foi questionado o porquê de não se manifestarem nas reuniões. Estes se disseram “acanhados” e com certo “receio” do presidente que algumas vezes “não escuta o que dizemos e corta a conversa” (como falou o senhor Rogério e a senhora Helena). Mesmo que se trate de uma autogestão equilibrada, a participação ainda

enfrenta alguns problemas, como estes citados. Reis (2002) enfatizou que existem dificuldades nas tomadas de decisões em conjunto nas associações e cooperativas no Estado do Pará. Na COOPSANT, o senhor Severino, ex-cooperado, comentou que não queria mais comercializar suas plantas com o supermercado pela cooperativa, “não mandei, porque eu queria trabalhar para ter lucro que eu não tava tendo”. Por isto, segundo ele, foi impossibilitado pelo Sebrae de comercializar e participar dos eventos e resolveu se dedicar à atividade da hidroponia. O ex-cooperado comentou que foi acusado de ter dito que não queria que o Sebrae atuasse mais na cooperativa. Segundo ele, o presidente preocupado em não prejudicar o relacionamento da cooperativa com o Sebrae, exigiu que o cooperado se retratasse a este órgão.

...aí numa reunião eu assinei um documento tendo que pedir desculpas para o Sebrae que o Gileno preparou e mandou, tava sismado, achava que ia prejudicar esse contato do Sebrae com a cooperativa.

A atitude do presidente foi aquela esperada por qualquer outro gestor que ocupasse aquele mesmo cargo. As críticas ao presidente continuaram. Ele foi denominado como “coronel da cooperativa” pelo senhor Armando e o senhor Mauro. O cooperado Armando comentou sobre as tomadas de decisões do presidente:

A gente sabe que ele tem muito conhecimento, mas aqui já teve confusão, porque ele tomava muita decisão sozinho. Depois só comunicava. Agora ele melhorou um pouco. Muitas decisões são tomadas em assembléia e muitas de forma particular e depois só avisa...

Existem decisões e problemas na cooperativa que o presidente, como representante maior da organização, tem que deliberar e solucionar em tempo hábil e depois informar aos cooperados, como por exemplo, verificar os documentos para elaborar projetos nas instituições bancárias, providenciar o título definitivo da propriedade dos cooperados, dentre outras. Mas, também é necessário que as tarefas burocráticas sejam compartilhadas com os demais membros para que o presidente não fique assoberbado. O próprio presidente, na assembléia ocorrida no dia 02.12.07, enfatizou que era necessário ter um vice-presidente na cooperativa para dividir o trabalho burocrático com ele, inclusive falou sobre os gastos arcados por ele para resolver as questões da cooperativa.

A maioria aqui da cooperativa não sabe o que é a burocracia, aí ficam dizendo que eu não tô por aqui...Eu não tô agüentando cumprir o segundo mandato...sem vice-presidente. Tem que ser alguém competente pra ajudar. Tem que correr atrás. O negócio também tá apertado...eu tô pagando dinheiro de táxi, moto-táxi do meu bolso pra resolver coisas pra cooperativa.

Novamente a partir desta assembléia foi definido entre os membros que a cooperativa tinha que ter um vice-presidente. Como foi dito, foi escolhido na próxima assembléia o senhor

Alicio, mas ainda não está exercendo, pois a ata ainda não foi regulamentada na Jucepa. Apesar de algumas reclamações sobre o presidente tomar decisões e depois informar aos membros, observou-se que alguns cooperados reclamam, contudo não se dispõem a tomar atitudes e ajudar o presidente nas tarefas.

Crozier & Friedberg (1993, p.50) distinguem quatro fontes de poder nas organizações que são relacionados: a) à existência e ao uso de regras organizacionais; b) ao controle de informação e canais de comunicação; c) à relação da organização com seu contexto; e d) a um conhecimento específico (especialização).

O presidente concentra estas fontes. Cria regras, têm acesso as informações, estabelece relações com o contexto e tem conhecimento específico tanto como técnico agrícola e agricultor, quanto em experiências anteriores sobre o cooperativismo. Quanto as regras, criadas por ele, pode ser citada a participação no Projeto de Plantas. Ele permitiu a participação somente das senhoras Raimunda e Graciete e não permitiu mais a participação de Paulo. Ele justificou: “ele não vai mais entrar no projeto das plantas porque já está em projeto e as duas não estão em nenhum” A definição de regras conduzidas por um gestor é importante para coordenar as ações da organização. O presidente também cria regras para liberação e uso dos recursos dos projetos. Como o projeto da horta orgânica. Por isto, foi chamado de “coronel”. Subentende-se que ele dá o aval para o banco liberar o recurso. Este não havia sido liberado, porque os cooperados não queriam seguir as regras do projeto. Nesta situação, o poder foi necessário para que fossem cumpridas as regras. O poder não surge apenas de oportunidades de ação (trunfos), mas também do uso que os atores efetivam nas suas posições. (Crozier & Friedberg, 1993). Segundo o presidente, os cooperados (Roberto e Paulo) queriam utilizar o recurso de outra forma. Ele explicou:

eles querem colocar material de madeira para sustentar a cobertura da horta para ser mais barato, aí eu não libero, isso é sabedoria, é pra usar arco de ferro com esteio de maçaramduba como tá no projeto, o arco é caro, mais é definitivo, o presidente tem que ter pulso firme, não pode agir com o coração senão tá lascado. Aí, como eu acho que a gente deve ser coerente tem que seguir as normas

É importante dizer que as regras não são criadas somente pelo presidente, mas também pela Assembléia Geral. Dentre as principais regras criadas pela Assembléia Geral, os cooperados citaram: pagar os cinco por cento para cooperativa com a venda das plantas e alface, participar e expor opiniões em assembleias para serem votadas, se faltar em três reuniões consecutivas ocorre a exclusão da cooperativa (caso não seja apresentada uma justificativa convincente em assembleia), registrar em ata as deliberações da assembleia, pagar a quota-parte quando se associar à cooperativa e regularmente a mensalidade, quitar os

empréstimos bancários pelos projetos financiados, para os membros do grupo de plantas, transportar até a cooperativa as plantas em vasos limpos (para que sejam destinadas aos supermercados pelo transporte fretado pelos cooperados), participar dos mutirões (caso não seja possível providenciar substituição), dentre outras.

Na COOPSANT, as quatro fontes de poder, não são controladas somente pelo presidente, mas sim também, pela diretoria. A diretoria cria regras para estruturar os jogos, tem a possibilidade de influenciar as informações, estabelece contatos com o meio externo e tem conhecimento específico sobre as atividades dos grupos e as tarefas burocráticas da organização. Contudo, como no âmbito da organização associativa, os interesses dos sócios se confrontam mais, a margem de manobra (negociação, sanção e determinação de regras) da chefia tende a ser limitada, pois os sócios procuram se inteirar dos acontecimentos. Mesmo que em algumas situações o presidente seja duro nos seus posicionamentos, às vezes ele recua e procura ser conciliador porque têm cooperados que são questionadores, como seu João e as senhoras Francisca e Ana que foram muito enfáticos quanto a criação de um projeto para as plantas e como falou a senhora Augusta quando defendeu que permanecessem na hidroponia os cooperados e seus familiares: “o que eu penso, eu falo mesmo, no início o seu Gileno não tava muito favorável, queria pessoal de fora, mas depois recuou e mudou de idéia”.

Sobre a relação da organização com seu contexto (entorno), existem atores que controlam esta relação. Inclusive já foi tratado que são denominados de "intermediários". Friedberg (1995) considera que os intermediários interagem com um número restrito de interlocutores concretos, com os quais se estabelecem relações mais permanentes de troca e de poder. “Os intermediários permitem... que a organização reduza a incerteza inerente a seu contexto e negocia-la em parte...”(Friedberg, 1995:396). Para Friedberg (1995), a articulação da organização e dos atores além das fronteiras é um dos pontos decisivos para o efeito organizacional. A relação com o entorno é importante no duplo sentido: para conseguir recursos (material, pessoas, financiamento) e para "vender" os serviços da organização. A necessidade de uma infra-estrutura e da aquisição de novos conhecimentos relacionados às atividades coletivas cria facilmente dependências com órgãos financiadores e de fomento, assim como, com instituições de difusão de tecnologias e práticas. A questão dos "pais fundadores" da organização e outros líderes carismáticos ganha um peso maior à medida que as lideranças normalmente estão vinculadas a organizações políticas e movimentos sociais maiores. Estas relações se estabelecem através do intermediário, que pode ser em certos casos, ao mesmo tempo, o dirigente da organização. Assim, interesses alheios de grupos externos podem predominar nas decisões da organização associativa (a exemplo da

intervenção de fundadores de uma organização regional de agricultores na noite antes da assembleia geral; Schmitz, 2005, p.141), reforçando o poder dos intermediários na organização.

Na COOPSANT, o presidente é o principal intermediário da cooperativa. Ele estabelece relações com a Prefeitura Municipal de Marituba, com os bancos, com os órgãos que prestam assistência técnica para cooperativa, universidades, dentre outros. Além dele, pode-se chamar de intermediários, o senhor Ivanildo, diretor operacional da cooperativa, o senhor Armando e Sandro (filho de dona Tereza), responsáveis pela venda das plantas nos supermercados, assim como o senhor Almiro (conhecido como Cat), responsável pela venda da alface no mercado local de Marituba e nos supermercados, como também, ajuda na venda das plantas. Observou-se no relato do presidente a sua atuação e de seu Ivanildo como intermediários da organização, quando apresentou em assembleia ocorrida no dia 07/10/07 o projeto da feira do produtor aos cooperados.

Gostaria que todos prestassem atenção e não conversassem com o vizinho do lado, tá aqui o projeto COOPSANT como gestora da feira do produtor. O Ivanildo vai verificar se as plantas, o orgânico e o alface hidropônico, vão ou não pra feira, ele vai dar o veredicto do que vai. São oito parceiros. Eu fiz um ofício em duas vias para todos os parceiros. A COOPSANT solicita R\$3.000,00 para a feira do produtor na BR 316, residencial Almir Gabriel para o Basa, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Petrobrás, Sagri. A Emater, Sebrae e Prefeitura não dão dinheiro.. Eu vou abrir uma conta no BB, feira do produtor gestão. Vamos ver se um desses dá computador e impressora...Não está definida a extensão porque lá vai ser a feira do produtor e uma praça, só quando o prefeito terminar de fazer o aterro ele vai me ligar pra eu ir lá pra poder definir.

Mostrou-se que os intermediários podem “filtrar as informações” (Friedberg ,1995). Aqueles cooperados que disseram que estão insatisfeitos com a autogestão colocaram como um dos pontos a falta de transparência e de repasse de informações entre os membros. O senhor Benedito comentou o motivo de sua saída da cooperativa: “lá na cooperativa as coisas não são tão transparentes, é turvo, turvo, lá entrava mês que não se fazia prestação de conta...quando chegava na reunião, eu abria o verbo”. Aqui, seu Benedito, exemplificou as zonas de incerteza e o controle das informações. A senhora Francisca comentou: “falta ter mais sintonia, dizer um pro outro o que tá acontecendo, lembrar que somos um grupo”. Para alguns cooperados, o sucesso de um empreendimento coletivo, depende principalmente da transparência e da comunicação entre eles. Não se pode afirmar que não há transparência na organização. Todavia, estes aspectos foram citados por alguns cooperados para melhorar a autogestão.

As tabelas abaixo apontam o grau de satisfação com a autogestão e ainda o que é necessário para melhorá-la.

Tabela 5 – Grau de Satisfação com a autogestão da cooperativa

	Entrevistados (%)	Sim (%)	Não (%)
Você está satisfeito com a autogestão da COOPSANT?	18 (100%)	13 (72,2%)	05 (27,8%)

Tabela 6 – Sugestões para melhoria da autogestão – Respostas espontâneas e permitida mais de uma sugestão²⁴.

O que falta para melhorar a autogestão? (Respostas espontâneas)	Número de cooperados	(%) Em relação ao número de cooperados entrevistados (18)
Mudar diretoria	05	27,8%
Melhor formação para diretoria	02	11,1%
Divulgação da Cooperativa	02	11,1%
Mais trabalho e interesse por parte dos cooperados	02	11,1%
Maior interesse dos cooperados em participar das atividades da cooperativa.	01	5,5%
Melhor distribuir as tarefas entre os cooperados	01	5,5%
Maior empenho da diretoria que as vezes deixam a cooperativa em segundo plano para fazer trabalhos particulares.	01	5,5%
Capital para fazer o que se planeja	01	5,5%
Fazer um escritório.	01	5,5%
Transparência e repasse das informações por parte da diretoria.	01	5,5%
Conseguir um veículo adequado para o transporte dos produtos.	01	5,5%
Inovação para se manter no mercado	01	5,5%
Ter um computador para controlar as vendas e despesas	01	5,5%
Sem sugestão por não saber o que deve melhorar.	01	5,5%
Sem sugestão por está totalmente satisfeito	01	5,5%
	22	121,6%

Observou-se que menos da metade dos entrevistados não estava satisfeita com a autogestão da organização. Todavia, dentre aqueles que não estavam satisfeitos, alguns comentaram que já foram realizados projetos pela atual gestão que trará benefícios para a cooperativa, e, por isto, esta gestão tem seus méritos. A senhora Rosana comentou: “não tem só o lado negativo, tá tendo coisas positivas”. O senhor Marcelo falou: “muitas coisas boas já foram feitas nessa gestão”. Aqueles cooperados que disseram estar satisfeitos com a autogestão, também colocaram o seu ponto de vista. O senhor Raimundo falou: “a diretoria é

²⁴ Foram entrevistados 18 cooperados, pois um está afastado e se negou a dar entrevista. As respostas foram agrupadas, pois eram bastante semelhantes.

competente”. O senhor Antônio Matias disse: “a gente pode confiar em cada um deles que estão na diretoria, eles são capacitados para fazer o trabalho deles”. A senhora Alcinéia comentou: “o seu Gileno me dá apoio tudo o que eu quero eu corro com ele, é um bom presidente. O restante da diretoria ainda não sei dizer”. Também têm aqueles que disseram estar satisfeitos “em parte, não totalmente” com a atual autogestão. Foram as senhoras Creuza e Rosalina. A senhora Rosalina justificou:

A diretoria e o presidente são honestos, ele é muito trabalhador, vai atrás do que é importante pra cooperativa, ocorre atrás dos projetos, mas tem que ser menos resistente a opinião dos outros, por isso tem que insistir, aí as vezes ele reconhece e cede.

A senhora Creuza, em complemento ao comentário da senhora Rosalina, fez o seguinte comentário:

Estou satisfeita um pouco, não totalmente, só são poucos cooperados que repassam informação, a diretoria tem que distribuir mais informações e se interessar em participar das reuniões de todos os grupos. Para botar uma diretoria menos capacitada do que essa, eu prefiro que essa continue porque muita melhora já foi feita e o presidente agora tá batalhando pra sair o projeto do grupo de plantas.

Como visto, as opiniões são bem diferenciadas, e mesmo aqueles que não estão satisfeitos, reconhecem benefícios realizados pela atual gestão. Também foram bastante diferenciadas as sugestões para melhorar a autogestão da organização. Dentre as sugestões apontadas, a mudança de diretoria foi citada por cinco cooperados que disseram não estar satisfeitos com a autogestão da cooperativa, porque “é preciso saber ouvir mais os sócios, recuar em alguns momentos, ser mais transparente, passar informações e dividir as coisas”. Estas justificativas foram apresentadas por seu Roberto, seu Ivan, seu Zacarias e a senhora Rosana.

5.3 A PARTICIPAÇÃO DOS COOPERADOS NA ORGANIZAÇÃO

Foi perguntado aos cooperados sobre a participação deles na organização e suas definições de participação. As tabelas e o quadro a seguir mostram estas questões.

Tabela 7 – Grau de participação dos sócios nas atividades da cooperativa

	Entrevistados (%)	Sim (%)	Não (%)
Você tem participado das atividades da cooperativa?	18 (100%)	18 (100,%)	0 (0%)

Tabela 8 – Atividades que os sócios participam na cooperativa

Quais as atividades que você mais participa? (Respostas espontâneas)	Número de cooperados	(%) Em relação ao número de cooperados entrevistados (18)
Reuniões	05	27,7%
Reuniões na cooperativa, com parceiros, cursos, feiras e visitas para conhecer outras experiências	03	16,7%
Reuniões, plantões e mutirões	02	11,1%
Reuniões e feiras	02	11,1%
Reunião, mutirão, controle de vendas, compra de material	02	11,1%
Reuniões e cuidar da parte burocrática	02	11,1%
Reuniões e mutirões	01	5,6%
Reuniões e na venda dos produtos	01	5,6%
	18	100,0%

Na definição de participação dos cooperados, apenas algumas respostas representativas foram selecionadas do universo de entrevistados.

Quadro 2 – Definição de participação dos cooperados

O que é participar de uma cooperativa?
- <i>“É estar entrosado nos acontecimentos da cooperativa” (R.D, 53 anos)</i>
- <i>“É estar nas reuniões, nos plantões, nos mutirões, enfim no trabalho” (A.M, 58 anos).</i>
- <i>“É estar aqui no dia-dia e trabalhar em parceria” (J.I.C,40 anos).</i>
- <i>“É colaborar com o coletivo” (G.R, 58 anos).</i>
- <i>“É trabalhar direito no grupo, fazer pesquisas em outros lugares para ajudar a cooperativa”. (M. C, 59 anos).</i>
- <i>“É estar presente nas atividades” (A.A, 58 anos).</i>
- <i>“É contribuir com o grupo”(A.M, 61 anos).</i>
- <i>“É se integrar, se envolver, têm pessoas que pensam que participar é só estar lá” (M.A.M, 44 anos).</i>
- <i>“É cumprir com os deveres de cooperado e trabalhar pelo grupo. Porque cooperativismo é isso, todo mundo junto” (A.F, 34 anos).</i>

O quadro acima mostrou que os cooperados têm participado de forma ativa das atividades. Até aqueles quando não podem participar procuram se informar (mesmo que algumas vezes as informações não sejam repassadas) após as assembleias e demais atividades e sempre procuram “mandar” alguém da família, como é o caso de dona Tereza, seu Antônio Carlos, a senhora Maria José e a senhora Maria de Nazaré. A senhora Tereza comentou: “quando eu não vou, o meu sobrinho está lá me representando”. O senhor Antônio Carlos, que é motorista de ônibus, falou: “a minha mulher vai sempre pras reuniões, já no final eu chego”. A senhora Maria de Nazaré disse: o meu filho Sandro está sempre lá me representando, até quando eu vou”. Por último, falou a senhora Maria José:

Eu sou prima do Cat, se sabe, me fala o que acontece, o seu Laércio também, as vezes o Armando, não tenho sido assídua, porque faço faculdade e trabalho fora, mas tenho procurado representar a cooperativa nos cursos e faço parte do Comitê de plantas do Estado do Pará, representando a cooperativa. Também quando teve evento que eu não mandei minhas plantas, já mandei minha sobrinha para ajudar o pessoal.

A definição de participação para eles está próxima do sentido do cooperativismo, da ajuda mútua por mais que existam dificuldades para implementar a ação coletiva, como foi mostrado. A definição de participação para os cooperados é aquela praticada no cotidiano, no trabalho, nas assembleias, nas feiras, nas demais tarefas da cooperativa. É o que já chamamos de participação concreta.

Mesmo com pontos de vistas diferenciados, onde foram apontadas algumas críticas a atual gestão, verificou-se que a maioria está satisfeita com a autogestão praticada na cooperativa. Por isto, considera-se que a COOPSANT mantém uma estrutura democrática garantindo a participação dos seus membros nas decisões. Assim, está muito próxima dos empreendimentos autogestionários que praticam a economia solidária. A organização não contrata trabalhadores “de fora”. O trabalho permanece no ceio familiar. Os sócios participam e trabalham nas atividades da organização, quando não, são representados pelos familiares. Eles e seus familiares são membros plenos, muito embora existam familiares que não são cooperados. A participação dos membros da organização na sua gestão aumenta a criatividade da mesma permitindo acertar ou ajustar mais fácil e rapidamente os rumos. Mas, as decisões têm que ser tomadas em tempo hábil. A autogestão não apresenta somente problemas. Mesmo que seus membros sejam proprietários do empreendimento, beneficiados e queiram deliberar, a autogestão tem fatores positivos: os membros se esforçam para melhorar o gerenciamento, se envolvem mais na produção e demais atividades, incentivam a criatividade e a participação. Esta última é estimulada para suscitar opiniões diferentes e divergentes com a finalidade de assegurar a representatividade de uma maioria. Em geral, a participação ativa na autogestão significa um controle (democrático) da diretoria por seus membros e possibilita a constituição de uma maior identidade com a organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cooperativa Agrícola Santo Antônio (COOPSANT) é uma referência no Estado do Pará para a agricultura familiar e para os empreendimentos coletivos no ramo da produção da alface hidropônica, plantas ornamentais e hortaliças orgânicas. Também é reconhecida pelos empresários que atuam neste ramo. A cooperativa também ocupa seu espaço no cenário nacional, reconhecida pelo Ministério da Agricultura como empreendimento da agricultura familiar. Foi recentemente contemplada com o projeto de flores e plantas ornamentais com recursos significativos, concorrendo com diversos empreendimentos coletivos neste país.

As dificuldades apresentadas pelos cooperados no seu dia-dia de trabalho foram inúmeras. Todavia, é um empreendimento coletivo que está crescendo. Como organização autogestionária enfrenta problemas na sua gestão. São eles: conflitos, dificuldade de mobilizar a cooperação, gerenciar efetivamente os recursos, dentre outros. Os conflitos ocorrem principalmente, quando as informações não são repassadas para todos os membros dos grupos, e, por isso, ficam mais centradas em grupos de indivíduos que dispõem de trunfos (Friedberg, 1995). A problemática para organizar a cooperação aparece no desenvolvimento das tarefas, como exemplo, a venda dos produtos nas feiras. Segundo relatos, existem alguns cooperados que no dia em que estão responsáveis pela venda nas feiras se empenham em vender seus próprios produtos e os daqueles que têm mais proximidade e menos se empenham na venda dos produtos dos demais membros. Contudo, existem exemplos de cooperação nas feiras, a exemplo de cooperados que não têm produção suficiente, mas participam das feiras e vendem os produtos dos outros membros. Também têm aqueles que vendem seus produtos e os produtos dos demais. Mesmo que em algumas situações existam problemas para praticar a cooperação, o grupo de forma geral tem procurado se empenhar para alcançar ações coletivas bem sucedidas. A participação no mutirão é um exemplo. O mutirão tem ocorrido recentemente de forma mais freqüente como informou um cooperado. O principal objetivo é para limpeza do terreno da cooperativa. Os sócios consideram que o “terreno” da cooperativa é propriedade deles, por isto, tem que estar limpo. Como dizem: “é o nosso cartão de visita”. Também, têm aqueles que enfatizam a importância dos mutirões nas assembleias, mas sua participação não é efetiva. De qualquer forma, contribuem com o lanche e “pagam” algum familiar para lhe substituir. Outro problema identificado pelos cooperados é a demora na prestação de contas devido ao excesso de tarefas centradas em alguns membros.

Mesmo enfrentando problemas, os sócios procuram contribuir para a gestão da organização. Mas é principalmente o presidente que coordena as ações baseando seu poder

em quatro fontes: a) existência e uso de regras organizacionais; b) informação e canal de comunicação; c) relação da organização com seu contexto; d) conhecimento específico (Crozier & Friedberg, 1993). O presidente é o principal “intermediário” da organização junto ao meio externo, estabelece contatos frequentes com instituições bancárias, com a Prefeitura Municipal de Marituba e com os técnicos dos órgãos que assessoram à cooperativa. Ele é um especialista nas atividades da organização, tem experiências anteriores de cooperativismo, também como técnico agrícola tem experiências na produção de plantas ornamentais, hortaliças e na comercialização. Também modifica as regras, tem as informações, além de se empenhar bastante pelos projetos da cooperativa. Estes são meios para conduzir à organização. Além disto, o presidente, assim como os grupos mantém “zonas de incerteza”, ou seja, espaços livres onde se desenvolve o poder e o comportamento do ator tende a não ser previsível. Como disse um cooperado, “ele costuma ser imprevisível”. No início da pesquisa pensei que se tratava de uma autogestão do tipo “gestão tradicional”, caracterizada por um gerente centralizador. Contudo, observei a participação ativa das pessoas e a importância da figura do presidente para direcionar o rumo da organização e conduzir os processos decisórios na maior instância de participação, a assembléia geral. Nessa assembléia são também criadas as regras. Os sócios têm direito a voz e voto e seus familiares não cooperados têm direito a voz. Assim, pode se considerar que se trata de uma autogestão equilibrada compreendendo o poder uma força estruturante.

O trabalho identificou além do presidente, pessoas estratégicas na organização que acompanham as atividades, se relacionam com o contexto, assumindo papel de “intermediários”, opinam nas reuniões, se aproximam dos demais cooperados e influenciam. Também têm aqueles que mais observam do que se posicionam como falou um cooperado: “procuro colocar pouco a minha opinião nas reuniões, acho melhor ouvir, ficar quieto só ouvindo, mas eu vou e estou nas outras atividades, antes nos plantões, nos mutirões”. A participação se apresenta de forma diferenciada, nas assembléias uma vez por mês, nas reuniões nos grupos, nos mutirões e nos eventos.

O trabalho se caracteriza de forma autônoma cada agricultor trabalhando em seu lote. Muitos contam com a participação da família, como no caso de uma cooperada que tem seu “companheiro”, filhos, genros e noras participando do trabalho no lote agrícola familiar na produção de plantas e hortaliças. Os cooperados também trabalham de forma coletiva na produção da hidroponia. O trabalho ainda assume um caráter coletivo na comercialização da alface hidropônica e das plantas ornamentais e, às vezes, na comercialização dos produtos orgânicos nas feiras. Por isto, a COOPSANT pode ser considerada uma cooperativa do tipo

produção e do tipo comercialização. Os cooperados do grupo de hortaliças orgânicas estão ansiosos pela comercialização coletiva via cooperativa nos supermercados. Mas esbarram na falta de certificação do produto.

O envolvimento dos familiares nas atividades da cooperativa é muito grande, tanto dos familiares que são cooperados como daqueles que não são. Eles têm consciência que o empreendimento é da família e, por isso, acreditam que a participação dos familiares é importante para darem continuidade à organização. Mesmo aqueles que não têm familiares que participam das atividades, falam convictos que a cooperativa “é da família, aqui é agricultura familiar”.

O projeto mais antigo da cooperativa é a hidroponia, em seguida veio o de horta orgânica e brevemente será iniciado o de plantas e flores. A renda oriunda das atividades coletivas e individuais ainda é muito baixa, não chega a um salário mínimo. Pois, os cooperados estão pagando os financiamentos bancários. Mas os cooperados ressaltam que o empreendimento cresceu desde o seu início. Acreditam que com o término do pagamento dos empréstimos irão ter um bom retorno econômico. Citam como um dos benefícios da cooperativa o conhecimento que adquirem nos cursos e consideram que é fundamental o “apoio dos parceiros”, ou seja, dos órgãos que assessoram a organização. A cooperativa pode ser caracterizada também como do tipo mediação (ver capítulo 3). Para os cooperados é importante “caminhar com as próprias pernas” e que “melhor do que ninguém, a gente que conhece as nossas necessidades”. Uma cooperada ainda falou: “nós precisamos dos parceiros, eles ensinam, mas tem coisas que só a gente sabe e ensina pra eles”. Aqui, mais uma vez, ressaltam a importância do conhecimento do agricultor.

Os cooperados conhecem o sentido do cooperativismo e chamam atenção para efetivar a cooperação entre eles, apesar das divergências e dos interesses individuais. Estes são comuns dentro de uma organização. Mas, é preciso saber enfrenta-los. Como disse um cooperado: “num grupo são muitas cabeças, um pensa de um jeito o outro pensa de outro, aí tem que administrar pra trabalhar no cooperativismo”. Assim, o cooperativismo assume faces contraditórias na COOPSANT, como também é comum em outros empreendimentos coletivos, são elas: cooperação, dificuldade de cooperação, conflito, participação, retração, liberdade de pensamento e expressão, controle, interesses individuais, interesses coletivos, dentre outros. Interessante é a persistência dos cooperados e o sucesso alcançado no empreendimento com o qual eles se identificam, tanto, como agricultor, quanto como cooperado. Na lógica dos cooperados a família, o trabalho e o cooperativismo ocupam lugares

preeminentes. Esta lógica é identificada por seus membros como a base de um empreendimento coletivo bem sucedido. O próprio presidente comentou em assembléia:

...por onde eu vou eu falo da experiência da cooperativa, eu sempre sou convidado a dar palestras e falo do sucesso da cooperativa... apresentando a nossa experiência, isso pessoal é um exemplo que tá dando certo, é agricultura familiar e cooperativismo.

Conclui-se que a COOPSANT tem uma autogestão equilibrada com a participação ativa de seus sócios, mas é fundamental a figura do presidente para o direcionamento dos rumos da cooperativa e da condução dos processos decisórios na assembléia geral. A família participa de forma ativa no trabalho individual e coletivo. Por isto os cooperados, mesmo os que não têm familiares envolvidos, dizem que a cooperativa é um empreendimento familiar. A identidade dos membros cria um vínculo entre eles e a organização à qual eles pertencem, fortalecendo paralelamente o caráter familiar do empreendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBADEJO, C; VEIGA, I. A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva. Análises das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá, Amazônia Oriental. In: Albadejo, Christophe; Veiga Iran (orgs). **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**.vol1, n 3. Belém: UFPA/CA/NEAF, 2002. 218p.

ALBUQUERQUE, P.P. Associativismo. In: CATTANI, Antônio David (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003:15-20p.

AMMAN, S. **Participação Social**. SP: Cortez, 1980:139p.

ANDRÉ, M.E.D.A. Etnografia da prática escolar. 4ed. Campinas: Papirus, 2000: 128p.

ANDREWS, C.W. **Implicações teóricas do novo institucionalismo: uma abordagem habermasiana**. vol.48, no.2. Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2005, 20p.

AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. São Paulo: **Lua Nova: Revista de Cultura e Políticas**, CEDEC, 1997, p.149-173.

BAERT, P. Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.12, n.35, Fev. 1997, 17p.

BIALOSKORSKI NETO, S. Cooperativismo é economia social, um ensaio para o caso brasileiro. In: **Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo**, 3, 2004. Cuiabá: OCB, Sescop, 2004. 12p. [<http://www.ocb.org.br>; acesso: 26.02.05].

BARREIRA, C. Entrevistando pistoleiros: as armadilhas simbólicas da pesquisa. In: BARREIRA, C. **Crimes por Encomendas**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1998, p.19-33.

BENATTI, J. H.; MCGRATH, D. G.; OLIVEIRA, Ana Cristina Mendes de. Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia. In: **Ambiente & Sociedade**, v.6, no.2, 2003, p.137-154.

BERGER, P; LUCKMANN, T. A sociedade como realidade subjetiva. In: BERGER, P; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985. 248p.(Antropologia 5).

BERNOUX, P. **La sociologie des organisations**. Paris: Éditions du Seuil, 1985. 382p.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**.SP: Brasiliense, 8 ed,1994. 85p. (Coleção primeiros passos).

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.292p.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Sobrevivência e cidadania: avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Caritas Brasileira**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995. 235p.

CARVALHO, H.M. **Formas de Associativismo Vivenciadas pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: IICA/MEPF/NEAD, 1998. [Disponível em [http://www.dataterra.org.br.](http://www.dataterra.org.br;); acesso:04.05.2000].

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698p.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Trad. K.B. Gerhardt. 3.Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 530p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2).

CATTANI, A.D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. 306p.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 339p. [Primeira publicação em alemão 1923].

CHAYANOV, A.V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Graziano da Silva, J.; Stolcke, V. **A questão agrária**. Trad. E.A. Malagodi; S. Brizolla; J.B.S. Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981:133-163p. [Original: 1929].

CHAZEL, F. Poder. In: BOUDON, R. (dir.). **Tratado de sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995:213-245p.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7 ed. São Paulo: Campus, 2004.112p.

CONCEIÇÃO, M. F. C da; MANESCHY, M. C. Pescadores, Agricultores e Ribeirinhos na Amazônia Oriental: Associativismo e Sustentabilidade. In: ESTERCI, N. ; LIMA, D.; PHILIPPE, L. (orgs). **Dinâmicas de Ocupação e de Exploração - efeitos e respostas socioculturais**. Boletim Rede Amazônia, Ano 2, 2003:61-69 p.

CONCEIÇÃO, M. F. C da Populações Tradicionais, Sociabilidade e Reordenação Social na Amazônia. In: COSTA, M. J. J (org). **Sociologia na Amazônia: Debates Teóricos e Experiências de Pesquisa**. Belém, UFPa, vol 1, 2001:141-164p.

CROZIER, M; FRIEDBERG, E. **Die Zaunge Kollektiven Handelns: Uber Macht und Organisation**. Trad. E Fiedberg, S. Stelzer Hain, Frankfurt a. M, 1993. 391p

DEMO, P. **Participação é Conquista: noções de política social participativa**.3 ed São Paulo: Cortez, 1996.176p.

DORNELES, S. B. **Estudo de caso sobre uma organização autogestionária: como ocorre a adaptação da COOMEC em uma sociedade capitalista.** Dissertação de Mestrado em Direção e Organização de Empresas. Buenos Aires, 2000.

EME, B.; GAUTRAT, J.; GOUNOUF, M.-F.; LAVILLE, J.L. Organisation, charisme et citoyenneté: l'UCC Emmaüs. In: LAVILLE, J.L.; SAINSAULIEU, R. (Dir.) **Sociologie de l'association.** Paris: Desclée de Brouwer, 1997: 219-265p.

ERIKSON, E.H. **Identidade, juventude e crise.** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. 322p. <Original: Identity, youth and crisis, 1968>.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838p.

FRIEDBERG, E. organização. In: Boudon, Raymond (org). **Tratado de Sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995:375-411 p.

FRIEDBERG, E. **O poder e a regra: dinâmicas da ação organizada.** Trad. A.P. da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 412p.

FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Edições Loyola, 1985. 192p.

GARVÍA, R. **Conceptos fundamentales de sociología.** Madrid: Alianza Editorial, 1998. 115p.

GLASL, F. **Konfliktmanagement. Ein Handbuch für Führungskräfte und Berater.** 4.Ed. Bern, Stuttgart, Haupt, Freies Geistesleben, 1997. 464p.

GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense**. Belém:UFPA/NAEA, 2001. 169p.

GOFFMAN, E. **Stigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ªed. Rio de Janeiro:GuanabaraKoogan,1988.160p.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. 112p.

HÉBETTE, J; MOREIRA, E. S. **Situação Social das áreas rurais amazônicas**.

S/d.22p.<http://www.fundaj.gov.br/docs/text/jean.doc>. Acesso em 02.03.2008.

KERSTENETZKY, C. L. **Sobre associativismo, desigualdades e democracia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol 18, Nº 53, 2002. 131-142p.

LAUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. 2ª ed. São Leopoldo, Unisinos, 1995.296p.

LAVILLE, J.L; BERNARD, E; MARECHAL, J.P. **Economia Solidária: ilusão ou caminho de futuro?** Artigo publicado em 10/10/2001. 24p.
<http://www.france.attac.org/spip.php?article3451>. Acesso 13.10.2006.

LAVILLE, J.L.; SAINSAULIEU, R. (Dir.). **Sociologie de l'association**. Paris: Desclée de Brouwer, 1997. 399p.

MACDONALD, J.B. A autogestão enquanto modo de produção e algo mais. In: CANDEIAS, C. N. B; MACDONALD, J. B; MELO NETO, J. F (Orgs.). **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDUFAL, 2005, p.42-59.

MANDEL, E. **Der Spätkapitalismus: Versuch einer marxistischen Erklärung**. Frankfurt a.M.: Suhrkamp Verlag, 1973. 543p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: Feuerbach - a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista**. Trad. F. Müller. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005. 147p. <Original: escrito 1844; publicado 1932>.

MANCINI, E. A. Consumo Solidário. In: CATTANI, A. D (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. 44-62p.

MARTINS, H. H. T. de S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educ. Pesquisa, maio/ago.2004,vol.30, nº 2. 289-300p.

MARTINS, J. de S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: UFRGS,2003. 238p. (Coleção estudos rurais).

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Trad Reginaldo Sant'ana Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 12 ed, Vol 1, Livro 1,1988. 579p.

MENEZES, A. **Nos rumos da cooperativa e do cooperativismo**. São Paulo: Editora Confebrás, 2005. 264p.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo -Rio de Janeiro. Editora Hucitec, 4 ed.1996.269p.

MINAYO, M. C. de S; SANCHES, O. **Qualitativo-quantitativo: oposição ou complementariedade?** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1993, V.9, Nº3. 239-262p.

MORRIS, W. **Notícias de lugar nenhum: ou uma época de tranquilidade**. Trad. P.C. Castanheira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 318p. [Original: 1892].

MOTA, D. Tese de Doutorado em Sociologia. **Trabalho e Sociabilidade em Espaços Rurais.Os Trabalhadores da Fruticultura do Platô de Neópolis**.UFPE/ Recife, 2003. 293p.

NAVARRO, Z. O MST e a Canonização da Ação Coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho). IN: SANTOS, Boaventura de Sousa, (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.263-280 p.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: bens públicos e teoria dos grupos**. Oeiras, Celta Editora, 1998. 186p.

OLIVEIRA, R. C. de. **Ensaio sobre Etnicidade e Multiculturalismo**. São Paulo: Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006. 256p.

OLIVEIRA, R. C. de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.118p.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Eds.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Trad. E.F. Alves, Á. Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996. 970p.

PRADO, E. S. de A. C. **A Caminho de Um Empreendimento Solidário e Sustentável: o caso AFLORBEN**. Monografia de Especialização em Empreendedorismo Rural e Desenvolvimento Sustentável.UEPA/Belém, 2003. 67p.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.192p.

REIS, M. F. Dissertação de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. **“Dinâmica do Cooperativismo Alternativo na Bragantina, Estado do Pará: Agricultores familiares no caminho da participação e da gestão.** NEAF/UFPa/EMBRAPA/Belém, 2002, 231p.

RITZER, G. **Sociological Theory**. 4.Ed. New York: McGraw-Hill, 1996. 757p.

SAINSAULIEU, R; KIRSCHNER, A. M. **Sociologia da empresa: organização, poder, cultura e desenvolvimento no Brasil**. Trad Jaime Clasen. Rio de Janeiro: DP&A, 2006:464p.

SCHMITZ, H; MOTA, D; SIMÕES, A. Métodos Participativos e Agricultura Familiar:atualizando o debate. In: **Semana da Caprinocultura e Ovinocultura Brasileira**, 4, Sobral, 2004. Sobral: Embrapa Caprinos, 2004 (CD).

SCHMITZ, H. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: SIMÕES, A; SILVA, L.; MARTINS, P; CASTELLANET, C (orgs). **Agricultura Familiar. Métodos e Experiências de Pesquisa-Desenvolvimento**. Belém: NEAF/CAP/UFPa: GRET, 2001: 39-99p.

SCHMITZ,H; MOTA, D. Métodos participativos para a agricultura familiar. In: MONTEIRO, D; MONTEIRO; M (orgs). **Desafios da Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: UFPA/NAEA, 2006, 266p.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. In: SCHMITZ, H.; MOTA, D.M. **Revista Agrotrópica**. Ilheus/Itabuna, v.19, p.21-30, 2007.

SCHMITZ, H; MOTA, D; PRADO, Edy. Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural. In: **Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, 7. Fortaleza. Anais. Fortaleza: SBSP, 2007.

SCHNEIDER, J.O. Democracia, participação e autonomia cooperativa. 2.Ed. São Leopoldo: Editora Unsinos, 2003. 496p. [Original: 1991].

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002: 127p.

SINGER, P. A Recente Ressureição da Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S, (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002: 81-129p.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A.R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p.11-28.

SINGER, P.; SOUZA, A.R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003, 360p.

SOUZA, A.R. Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, A.R.; CUNHA, G.C.; Dakuzaku, R.Y. (Orgs.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p.27-43.

SOUZA, M.A. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**. Campinas: Unicamp/Faculdade de Educação, 1999. 260p. (Tese de Doutorado em Educação).

TAVARES DO SANTOS, J. V. A aventura sociológica na contemporaneidade. In: ADORNO, S (org). **A Sociedade ente a Modernidade e a Contemporaneidade**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1993,73-84p.

THENÓRIO FILHO, L. D. **Pelos Caminhos do Cooperativismo: Com destino ao crédito mútuo**. SP: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 2002: 304p.

VEIGA, S. M; FONSECA I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**.RJ:DP&A: FASE- Série Economia Solidária, 2001:112p.

VEIGA, S. M; RECH, D. **Associações: como construir sociedades civis sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase- Série Economia Solidária, 2001: 128p.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários**. Caxambú, MG. Outubro, 1996, 21p.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão Técnica: Gabriel Cohn-Brasília, DF: UnB, 1999:584p

Questionário

Dados Pessoais

Nome do Produtor:

Endereço:

Município:

Localidade:

Estado Civil:

Idade:

Sexo:

Apelido:

1- Escolaridade:

1.1 Grau de Escolaridade:

Analfabeto () 1º grau completo () 1º grau incompleto () 2º grau completo ()
2º grau incompleto () 3º grau completo () 3º grau incompleto ()

2- Residência/Moradia:

2.1 Natureza da moradia

Própria () Alugada () Arrendada () Outros () _____

2.2 Tipo de Moradia

Alvenaria () Madeira () Barro () Mista () Outros () _____

3- Propriedade:

3.1 Extensão da propriedade _____ ha

3.2 Área produtiva _____ há

3.3 Situação jurídica da propriedade

Própria () Alugada () Arrendada () Outros () _____

4- Produção:

4.1 Ramo de atividade _____

4.2 N° de pessoas da família que trabalham nesta atividade _____

4.3 N° de pessoas que não pertencem à família e trabalham na atividade _____

4.4 Total de pessoas que trabalham na atividade _____

4.5 Produz em área comum com os demais associados?

Sim () Não () Em caso de resposta negativa, justificar:

4.6 Já pediu algum financiamento produtivo?

Sim () Não ()

4.7 Conseguiu saldar sua dívida?

Sim () Não () Em caso de resposta negativa, justificar:

4.8 Possui equipamentos próprios?

Sim () Não () Em caso de resposta positiva, quanto tempo faz que não compra? _____

4.9 Compartilha o uso de equipamentos com a entidade que pertence?

Sim () Não () Em caso de resposta positiva, quanto tempo faz que ela não adquire? _____

4.10 Quantas espécies de flores você produz? Descrever

4.11 Quantas espécies de flores a entidade produz?Descrever

4.12 Qual a quantidade de flores por espécie produzidas pela entidade mensalmente?

4.13 Você possui empregados?

Sim () Não () Em caso de resposta positiva, quantos? _____
_____ Temporários _____ Efetivos

4.14 A entidade possui empregados?

Sim () Não () Em caso de resposta positiva, quantos? _____
_____ Temporários _____ Efetivos

4.15 Você pretende mudar de atividade?

Sim () Não () Em caso de resposta positiva

5- Comercialização:

5.1 Quais as espécies de flores mais procuradas no mercado?

5.2 Quem é o maior comprador de flores e folhagens?

Decoradores () Paisagistas () Consumidores diretos ()
Outros() _____

5.3 A entidade produz somente para o mercado local?

Sim () Não() Em caso de resposta negativa, para onde exporta?

5.4 Cumpre prazo de entrega?

Sim () Não ()

5.5 Quais são os principais problemas da comercialização?

5.6 A entidade controla o volume da produção comercializada?

Sim () Não () Em caso de resposta positiva qual a frequência?

5.7 Participa constantemente junto com a entidade que pertence das feiras e exposições de floricultura? Sim () Não () Em caso de resposta positiva, qual o último evento?

6- Renda/Trabalho

6.1 Renda individual mensal com a atividade da floricultura _____

6.2 Renda familiar mensal com a atividade da floricultura _____

6.3 Possui outra atividade geradora de renda? Sim () Não ()

6.4 Caso a resposta anterior seja positiva, Qual? _____ Quanto ganha mensalmente nesta atividade? _____

6.5 Quantas pessoas da família trabalham em outra atividade? _____

6.6 Renda familiar mensal de outras atividades _____

6.7 Renda familiar total _____

7-Capacitação/Tecnologia

7.1 Participou de algum treinamento ou curso referente a sua atividade produtiva ?

Sim () Não () Quando foi a última participação? _____
No treinamento ou curso de _____

7.2 Existe (em) algum(ns) órgão(aos) que presta (am) assessoria para a entidade a qual pertence? Sim () Não () Qual (ais)? _____

7.3 Há quanto tempo mais ou menos? _____

7.4 Em caso de resposta positiva, utiliza a tecnologia repassada pela assistência técnica?
Sim () Não () Qual (ais)? _____

8-Organização Social/ Gestão

8.1 De que forma os associados encontram-se organizados?

Associação () Cooperativa () Igreja () Clube de Mães () Sindicato ()
Ong () Centro Comunitário () Outro () _____

8.2 Quais destas instituições você é mais atuante?

8.3 Você participa das atividades da Associação?

Sim () Não () Em caso de resposta negativa, justificar:

8.4 Qual a atividade que você mais participa?

8.5 Qual a periodicidade de sua participação?

Semanalmente () Quinzenalmente () Mensalmente () Somente em casos extraordinários ()

8.6 Está satisfeito com a gestão da entidade? Sim () Não () Em caso de resposta negativa, justificar:

8.7 O que falta para melhorar a gestão da entidade?

8.8 Como é a relação da entidade com o poder institucional local?

8.9 Existe alguma forma de atuação do poder local na entidade? Qual?

Anexo 2
Fotos



Figura 1: Entrada da produção de alface hidropônica. Banner que mostra a linha financiamento e os parceiros da cooperativa.

Fonte: Edy Prado em novembro de 2007



Figura 2: Produção de alface hidropônica na propriedade da cooperativa

Fonte: Edy Prado em novembro de 2007



Figura 3: A cooperada Maria José explica sobre o trabalho na atividade da hidroponia
Fonte: Heribert Schmitz em agosto de 2007



Figura 4: O cooperado senhor Alicio trabalha na atividade da hidroponia
Fonte: Edy Prado em novembro de 2007



Figura 5: Familiar de cooperado no trabalho na atividade da hidroponia
Fonte: Edy Prado em novembro de 2007



Figura 6: A cooperada senhora Tereza trabalha no mutirão de limpeza na propriedade da cooperativa.
Fonte: Edy Prado em novembro de 2007



Figura 7: Os cooperados Ivanildo, Antônio Matias, Raimundo e no fundo o irmão de seu Ivanildo, “Chico”, trabalham no mutirão de limpeza na propriedade da cooperativa.

Fonte: Edy Prado em novembro de 2007



Figura 8: Assembléia Geral realizada em agosto de 2007 na sede da cooperativa. O presidente reunido com membros da diretoria

Fonte: Heribert Schmitz em agosto de 2007



Figura 9: Término da Assembléia Geral na sede da COOPSANT
Fonte: Edy Prado em dezembro de 2007



Figura 10: Assinatura da Ata no final da Assembléia Geral.
Fonte: Edy Prado em dezembro de 2007



Figura 11: Produção de ervas medicinais. Propriedade dos cooperados Laércio e Graciete.
Fonte: Edy Prado em dezembro de 2007

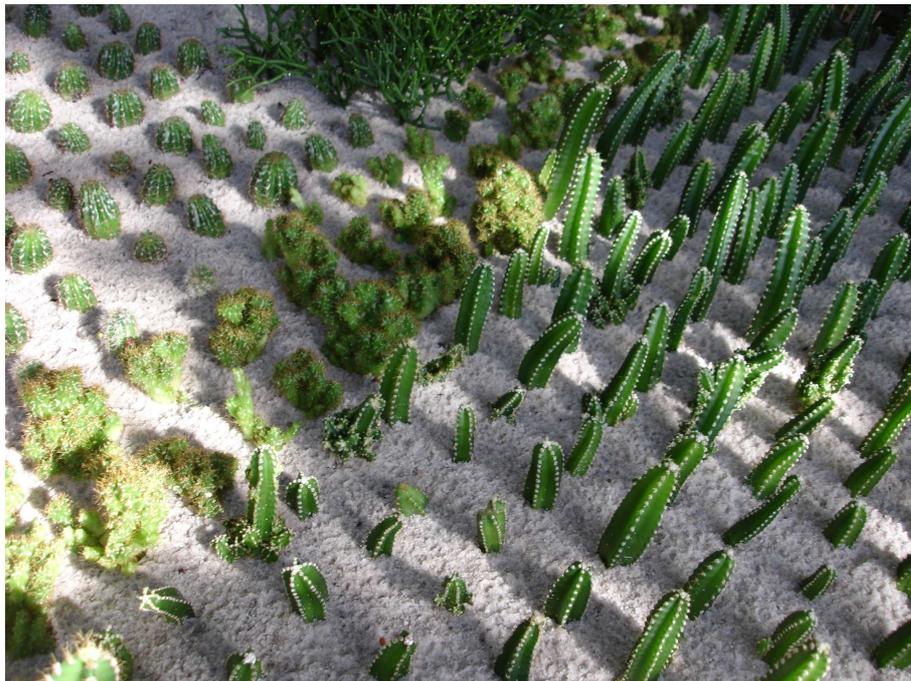


Figura 12: Produção de cactos na propriedade do cooperado Ivanildo
Fonte: Heribert Schmitz em agosto de 2007



Figura 13: Feira de Produtos Medicinais na Praça Batista Campos, Belém-PA . A cooperada Alcinéia e seu filho Thiago participam da feira pela cooperativa.
Fonte: Edy Prado em novembro de 2007



Figura 14: A cooperada Alcinéia vende as plantas da cooperativa na Feira de Produtos Medicinais na Praça Batista Campos.
Fonte: Edy Prado em novembro de 2007